



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE – CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM



CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGCASA

**GESTÃO SUSTENTÁVEL COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO PELO MUSEU
AMAZÔNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**

KAREM TELES FREITAS

**Manaus-AM
2021**

KAREM TELES FREITAS

**GESTÃO SUSTENTÁVEL COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO PELO MUSEU
AMAZÔNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS -UFAM**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

**Manaus-AM
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Freitas, Karem Teles
F866g Gestão sustentável como instrumento de valorização do
patrimônio arqueológico salvaguardado pelo Museu Amazônico da
Universidade Federal do Amazonas - UFAM / Karem Teles Freitas,
2021
192 f.: il. color.; 31 cm

Orientador: Carlos Augusto da Silva
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Arqueologia. 2. Conservação arqueológica. 3. Gestão
ambiental. 4. Patrimônio cultural. I. Silva, Carlos Augusto da. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

KAREM TELES FREITAS

**GESTÃO SUSTENTÁVEL COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO PELO MUSEU
AMAZÔNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente, área de pesquisa em Dinâmicas Socioambientais.

Aprovado por:

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

Banca Examinadora: Profa. Dra. Helena Pinto Lima
(Examinadora Externa – Museu Paraense Emílio Goeldi)

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria Helena Ortolan
(Examinadora Interna - Universidade Federal do Amazonas)

Banca Examinadora: Profa. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino
(Examinadora Interna - Universidade Federal do Amazonas)

Manaus, 20 de dezembro de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação às vítimas da Covid-19; em especial, aos docentes, discentes e técnicos em educação da Universidade Federal do Amazonas, que tiveram a vida ceifada pela doença.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo dom da vida.

Ao meu esposo, Hildebrando, pelo apoio incondicional e pela compreensão durante a caminhada do Mestrado, nos momentos de aflição e ansiedade, por se fazer presente na companhia dos nossos filhos durante a minha ausência, em virtude das atividades do curso.

Aos meus filhos, Maria Clara e Rafael, por fazerem a minha vida valer a pena.

Ao meus pais, Jorge e Raimunda, por todo o apoio e a ajuda nessa caminhada acadêmica, principalmente pelo ensino de valores de honestidade, respeito e responsabilidade.

Aos meus irmãos, Ketlen, Keyla e Kleyton, pelo carinho e apoio nessa caminhada acadêmica.

Ao meu orientador, Carlos Augusto da Silva, pelos ensinamentos, conversas e confiança depositada na realização desta pesquisa.

Aos membros da banca; em especial à professora Maria Helena Ortolan por ter acompanhado essa minha caminhada profissional e acadêmica dos meus últimos quatorze anos de UFAM.

A minha eterna gratidão à amiga Fernanda Rodrigues Lima, pelas valiosas contribuições a esta pesquisa.

Aos meus colegas de Mestrado; em especial Ângela e Xadrique, pela companhia e por deixarem compartilhar as alegrias e tristezas que vivenciamos durante a jornada acadêmica.

Aos professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente; em especial aos professores Henrique dos Santos Pereira e Valmir César Pozzetti, pelos incentivos que levarei por toda a minha vida.

Aos colegas do Museu Amazônico, pelo fornecimento de informações para a realização da pesquisa. Em especial, Rosângela Martins, por contribuir com algumas referências bibliográficas para a pesquisa.

“Mesmo que já tenha feito uma longa caminhada,
sempre haverá mais um caminho a percorrer”.

Santo Agostinho de Hipona

RESUMO

A questão ambiental, atualmente, permeia todos os aspectos da vida social. A predominância do modo de produção capitalista impulsionou o mundo em direção ao consumo desenfreado dos recursos naturais. O crescimento econômico acelerado e a globalização atingiram fortemente a noção do valor intrínseco ao patrimônio, seja ele material, seja imaterial. Na defesa do patrimônio cultural material, os museus representam importante instrumento de construção de identidade e de transmissão de conhecimento, devendo, pois, ser valorizados pelo seu papel social, ambiental e cultural. O crescimento populacional da região e as pesquisas em solo amazônico, sejam as acadêmicas, sejam as que são frutos de licenciamento ambiental, têm acarretado a descoberta de grande volume de artefatos arqueológicos, cuja conservação requer cuidados específicos que demandam materiais e métodos que podem ser nocivos ao meio ambiente, sendo um desafio às instituições museais adotar mecanismos que possam mitigar as agressões ambientais. Em razão disso, esta pesquisa teve por objetivo analisar os processos de gestão aplicados ao patrimônio arqueológico salvaguardado pelo Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico, sob o prisma de uma gestão museal sustentável. Justifica-se a pesquisa em vista do valor histórico, cultural e científico do acervo arqueológico investigado. Além disso, foi preciso conciliar a adoção de um modelo de gestão sustentável como forma de valorizar a Instituição dentro de um contexto de responsabilidade socioambiental. Metodologicamente, foi utilizado na pesquisa o método dedutivo; quanto aos meios, a pesquisa foi bibliográfica, já que se utilizaram artigos acadêmicos, livros, leis, decretos, portarias, instruções normativas e relatórios internos do Laboratório; quanto aos fins, a metodologia utilizada foi a da pesquisa qualitativa e quantitativa. Foi realizado um diagnóstico da gestão do Laboratório de Arqueologia em que foram pontuados os dados coletados na pesquisa e traçado um paralelo com as dimensões da sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental. Como resultado da pesquisa, foram apresentadas propostas de práticas sustentáveis que a gestão do Laboratório de Arqueologia poderá adotar, como forma de avançar em áreas como: economia de energia, consumo de água, reciclagem e geração de resíduos.

Palavras-chave: Arqueologia. Conservação Arqueológica. Gestão Ambiental. Patrimônio Cultural

ABSTRACT

The environmental issue currently permeates all aspects of social life. The predominance of the capitalist mode of production pushed the world towards the unrestrained consumption of natural resources. Accelerated economic growth and globalization have strongly affected the notion of the intrinsic value of heritage, whether material or immaterial. In the defense of material cultural heritage, museums represent an important instrument for building identity and transmitting knowledge, and should therefore be valued for their social, environmental and cultural role. The region's population growth and research in Amazonian soil, whether academic or resulting from environmental licensing, have resulted in the discovery of a large volume of archaeological artifacts, whose conservation requires specific care that require materials and methods that can be harmful to the environment, being a challenge for museum institutions to adopt mechanisms that can mitigate environmental aggressions. For this reason, this research aimed to analyze the management processes applied to the archaeological heritage safeguarded by the Archaeological Laboratory of the Amazon Museum, under the prism of sustainable museum management. The research is justified in view of the historical, cultural and scientific value of the investigated archaeological collection. In addition, it was necessary to reconcile the adoption of a sustainable management model as a way of valuing the Institution within a context of socio-environmental responsibility. Methodologically, the deductive method was used in the research; as for the means, the research was bibliographical, since academic articles, books, laws, decrees, ordinances, normative instructions, and internal laboratory reports were used; as for the purposes, the methodology used was that of qualitative and quantitative research. A diagnosis of the management of the Laboratory of Archeology was carried out, in which the data collected in the research were scored and a parallel was drawn with the dimensions of sociocultural, economic and environmental sustainability. As a result of the research, proposals were presented for sustainable practices that the management of the Archeology Laboratory could adopt, to advance in areas such as: energy saving, water consumption, recycling and waste generation.

Key words: Archeology. Archaeological Conservation. Environmental management. Cultural heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS.....	47
Figura 2	Fachada do prédio do Museu Amazônico	52
Figura 3	Entrada do prédio do Museu Amazônico	52
Figura 4	Organograma do Museu Amazônico	54
Figuras 5, 6	Cestaria e objetos etnográficos	57
Figuras 7, 8	Máscara e esculturas da etnia Ticuna	58
Figuras 9, 10	Escultura cerâmica e objetos etnográficos	58
Figuras 11,12	Imagens de telas de pinturas de natureza indígena	58
Figuras 13,14	Registros fotográficos temática de navegação e cachoeira	59
Figuras 15,16	Placas de reconhecimento e imagens de fotografias de peças de teatro	59
Figuras 17,18	Imagens de fotografias construção e cotidiano do campus	60
Figuras 19, 20	Colares indígenas e produtos de origem animal	60
Figuras 21, 22	Objetos pessoais de Lira (microscópio e documento)	61
Figuras 23, 24	Cestaria indígenas e artefatos arqueológicos	61
Figuras 25, 26	Desenhos feitos pelo artista Gabriel Gentil	61
Figuras 27, 28	Condecorações	62
Figuras 29, 30	Fotografia do acervo pessoal e publicações	62
Figuras 31, 32	Imagens de fotografias do acervo pessoal	63
Figuras 33, 34	Registro fotográfico urna funerária e resgate urna funerária	63
Figuras 35, 36	Imagens de cartas manuscritas e livro contábil da firma J. G Araújo..	64
Figuras 37, 38	Imagens dos manuscritos Galvez Imperador e Mad Maria	64
Figuras 39, 40	Imagens manuscrito e recorte de jornal	65
Figuras 41, 42	Imagens relatório do Presidente da Província e coleção das Leis da Província	65
Figuras 43,44	Imagens da Constituição do Estado do Amazonas e Decreto Lei Municipal	66
Figuras 45, 46	Imagens de registro de documento administrativo e procuração	66
Figuras 47, 48	Imagens de recorte de jornal e caixas box de documentos pessoais do poeta	67
Figura 49	Microfilmes do Serviço de Proteção do Índio	67
Figura 50	Fitas Cassete do projeto	67
Figura 51	Registro fotográfico da Semana de Museus	68
Figura 52	Registro fotográfico Cine Museu	68
Figura 53	Material armazenados no departamento de Geologia/ UFAM	74
Figura 54	1º prédio da Divisão de Arqueologia	75
Figura 55	Material Arqueológico armazenado	75
Figura 56	Imagem atual onde ficava o antigo prédio da Divisão	75
Figura 57	Prédio cedido pelo DEMAT	75
Figura 58	Parte interna do prédio cedido pelo DEMAT	75
Figura 59	Material arqueológico armazenado no prédio	76
Figuras 60, 61	Início da construção do prédio atual do Laboratório de Arqueologia ...	77
Figura 62	Entrega do prédio atual do Laboratório de Arqueologia	77
Figura 63	Espaço da reserva técnica I	77
Figura 64	Transferência do acervo	78

Figura 65	Acervo arqueológico armazenado no prédio atual	78
Figura 66	Visão do alto da floresta da UFAM	92
Figura 67	Visão do alto do prédio do Laboratório de Arqueologia (prédio inferior)	92
Figura 68	Sala de recebimento	93
Figura 69	Reserva Técnica I	93
Figura 70	Sala de aula	93
Figura 71	Sala de exposição	93
Figura 72	Materiais arqueológicos trasladados para Reserva Técnica I	94
Figura 73	Imagem das caixas de polipropileno	95
Figura 74	Caixa plástica sem tampa com material arqueológico	95
Figura 75	Acondicionamento das caixas plásticas brancas	95
Figura 76	Imagem do armário deslizante	96
Figura 77	Armário de duas portas com gavetas e prateleiras	96
Figura 78	Parte externa da Reserva Técnica	101
Figura 79	Parte interna da Reserva Técnica	101
Figura 80	Imagem do alarme contra incêndio no prédio do Laboratório de Arqueologia.....	102
Figura 81	Imagem do hidrante instalado no prédio do Laboratório de Arqueologia	102
Figura 82	Print Screen da publicação no portal do Diário do Amazonas, 2015.....	110
Figura 83	Print Screen da divulgação da exposição “Vianorte”, 2015	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Política Cultural das Universidades Federais da Região Norte do Brasil ...	31
Quadro 2	Aspectos legais de proteção e gestão do patrimônio arqueológico	37
Quadro 3	Contribuições dos museus frente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	48
Quadro 4	Estrutura funcional do Museu Amazônico	56
Quadro 5	Síntese do acervo museológico e documental do Museu Amazônico	57
Quadro 6	Estrutura física do Laboratório de Arqueologia	78
Quadro 7	Instituições de guarda no Estado do Amazonas	79
Quadro 8	Demonstrativo das coleções oriundas de projetos acadêmicos	81
Quadro 9	Demonstrativo das coleções oriundas de projetos de arqueologia de contrato	86
Quadro 10	Demonstrativo das coleções doadas ao Museu Amazônico	90
Quadro 11	Resumo do Diagnóstico	102
Quadro 12	Procedimentos para a obtenção de apoio institucional	105
Quadro 13	Quantidade de concessão de apoio institucional do Museu Amazônico	106
Quadro 14	Amostra das atividades realizadas nos anos anteriores.....	109
Quadro 15	Propostas de ações sustentáveis para o Laboratório de Arqueologia	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tipos de acondicionamento e suas quantidades no arquivo deslizante	96
Tabela 2	Tipos de acondicionamento e suas quantidades no armário fixo	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CAUA	Centro de Artes da Universidade do Amazonas
CONSAD	Conselho de Administração
CCA	Centro de Ciências do Ambiente
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CNIGP	Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa
DEMAT	Departamento de Material
FUA	Fundação Universidade do Amazonas
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MA	Museu Amazônico
MAE-USP	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAG	Transportadora Associada de Gás
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	17
1.1 Caracterização da metodologia.....	17
1.2 Método da pesquisa	18
1.3 Instrumentos de coleta e análise dos dados	18
2 UM PANORAMA DOS CAMINHOS PERCORRIDOS NAS QUESTÕES AMBIENTAIS E PATRIMONIAIS	21
2.1 Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental	21
2.2 Patrimônio cultural e arqueológico: Aportes conceituais e legais.....	34
2.3 A temática da sustentabilidade na conservação do patrimônio cultural musealizado	43
3. O MUSEU AMAZÔNICO ENQUANTO INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	49
3.1 Breves considerações sobre o contexto histórico de criação do Museu Amazônico	50
3.2 Dinâmica funcional do Museu Amazônico	53
3.3 A Atuação do Museu Amazônico na pandemia	69
3.4 O acervo arqueológico do museu e sua contribuição na construção de uma história indígena de longa duração para a arqueologia da Amazônia	72
4 POR UM OLHAR SUSTENTÁVEL NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUSEU AMAZÔNICO.....	92
4.1 Diagnóstico da gestão do acervo arqueológico do Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico.....	92
4.2 Repensando as práticas de gestão do laboratório de arqueologia com o viés para sustentabilidade	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	132
ANEXO A Termo de responsabilidade para utilização das imagens.....	132
ANEXO B Documento de parceria entre Museu Amazônico, IPHAN e MAE (USP).....	134
ANEXO C Ofício nº 001/2015	137
ANEXO D Ficha de controle de temperatura e umidade relativa do ar (U.T) 2020	138
ANEXO E Ficha de controle de temperatura e umidade relativa do ar (U.T) 2021	139
ANEXO F Protocolo de acesso a RT, manuseio e movimentação do acervo arqueológico	155
ANEXO G Protocolo de higienização dos acervos e registros de intervenções	165
ANEXO H Protocolo de manutenção dos espaços do Laboratório.....	172
ANEXO I Protocolo do termo de uso de imagem.....	180
ANEXO J Protocolo para concessão de apoio institucional (endosso).....	182
ANEXO K Ficha de controle de temperatura e umidade relativa do ar (U.T) Nov. 2021	191

INTRODUÇÃO

As agressões ao meio ambiente não são exatamente um evento novo. A humanidade vem explorando os recursos naturais há milhares de anos, mas foi mais modernamente, com a predominância de um modelo predatório do ambiente, que prioriza o capital financeiro, ao mesmo tempo que promove a concentração de renda e a desigualdade social, que o meio ambiente se viu ameaçado, em contraste com as populações indígenas e populações tradicionais, cuja característica é a sobrevivência em equilíbrio com a natureza. Esse desequilíbrio, atualmente coloca em risco a vida no planeta e aponta para a necessidade de adoção de modelos sustentáveis de desenvolvimento. Foi este caminho que as discussões de 1972 em Estocolmo e as de 1992, no Rio de Janeiro, apontaram: o do desenvolvimento sustentável, de explorar os recursos naturais sem comprometer o usufruto destes pelas próximas gerações.

Inerente ao desenvolvimento sustentável, a gestão sustentável, entendida como uma estratégia de gerenciamento em que é avaliado o impacto de suas ações do ponto de vista financeiro, social e ambiental, passa a compor a estratégia de empresas e de instituições. Essa mudança de paradigma requer que o equilíbrio entre exploração e preservação seja perseguido, uma vez que o homem se comporta como algo externo à natureza, e não como inserido nessa realidade, ou seja, existe um componente cultural que leva a agir sobre a natureza sem considerar outros aspectos que não sejam apenas a necessidade imediata.

Nesse debate contemporâneo sobre problemas socioambientais, surge a necessidade da preservação e da conservação do patrimônio cultural, sendo este imaterial (práticas, representações e conhecimentos de uma sociedade) ou material (representado por monumentos, obras, sítios, esculturas, pinturas, e entre outros). É nesse aspecto que merece destaque a emergência da previsão legal quanto ao patrimônio cultural material, como objeto de proteção do Estado, dentre do qual está o arqueológico, bastante afetado pelo crescimento urbano.

Inegável lembrar que a expansão e a intensificação no uso e na ocupação do solo têm levado à descoberta de vestígios – importantes registros da vida e da cultura de nossos antepassados. Da mesma forma, movimentos de resgate e preservação de áreas de centro históricos, ações de arqueologia preventiva e doações são fontes de artefatos, que enriquecem o acervo e elevam o alcance do conhecimento histórico. Esse conhecimento é importante, pois permite conhecer caminhos que nos trouxeram ao momento atual, a cultura e os hábitos e costumes, quer dizer, nossas escolhas e nossa forma de perceber o mundo não são frutos do

agora; são resultados de uma herança cultural que nos conduz e impulsiona na experiência de viver. As populações indígenas e tradicionais¹ são exemplos dessa herança histórica, mas marginalizadas como fonte e modelo de conduta sustentável.

É preciso destacar que, uma fonte desse conhecimento histórico e cultural são as instituições museais, que, por meio de seus acervos, nas mais diversas tipologias, são capazes de fomentar conhecimento e sendo lugares de reflexão e mudança. Na Amazônia, uma das instituições autorizadas à guarda de patrimônio arqueológico é o Museu Amazônico, órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Nessa qualidade, o museu e seu laboratório de arqueologia não podem ser entendidos apenas como lugares que retêm conhecimento para apenas guarda e conservação de acervo. Deve ser visto como a universidade: público, fonte de pesquisa, lugar de transmissão de conhecimento, de reflexão, com poder de transformação, graças ao seu caráter educador, ou seja, é lugar de protagonismo no cenário sociocultural.

Um dos desafios do Laboratório de Arqueologia, objeto desta pesquisa, é a conservação do seu acervo arqueológico num contexto sustentável, pois devido ao cenário atual é necessário que sua gestão se sustente em parâmetros socioambientais nas atividades-fim e meio, visando atingir níveis de sustentabilidade que permitam racionalizar o uso dos recursos e dos insumos sem comprometer a conservação das suas coleções. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os processos de gestão aplicados ao patrimônio arqueológico salvaguardado pelo Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico, sob o prisma de uma gestão museal sustentável, tendo como objetivos específicos destacar a importância do museu como instituição de produção de conhecimento e de resgate da cultura e da memória amazônica; correlacionar as coleções arqueológicas salvaguardadas pelo museu com a história indígena na Amazônia; e propor ações sustentáveis que visem contribuir no processo de gestão do patrimônio arqueológico no Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico.

A partir desses objetivos, a pesquisa no Laboratório de Arqueologia justifica-se, em vista do valor histórico, cultural e científico de seu acervo arqueológico. Com ela, mostra-se que é preciso conciliar a adoção de um modelo de gestão sustentável como forma de valorizar o Laboratório dentro de um contexto de responsabilidade socioambiental. No mais, a pesquisa contou com um olhar particular no seu desenvolvimento, visto que a pesquisadora é servidora

¹ PRADO (2012, p. 175) esclarece que, no Brasil, o conceito de população tradicional está relacionado à questão ambiental, face à existência de populações humanas nas unidades de conservação, originando diversos sentidos ao tema, que abrangem as disputas no campo social, a regulação desse conceito no campo jurídico e a compatibilização dessas visões no meio acadêmico.

efetiva da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e executa atividades no local da pesquisa desde o ano de 2017, incluindo atividades administrativas, e também atividades ligadas à aquisição e à manutenção do acervo arqueológico. Nesse caso, usando do conhecimento profissional como administradora e pela observação cotidiana, pode contribuir para a implantação de uma gestão no laboratório que esteja voltada à busca de padrões de sustentabilidade.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro tratou da metodologia adotada para a realização da pesquisa. O fato da pesquisadora ser servidora efetiva do Museu Amazônico, lotada na Divisão de Arqueologia – Laboratório de Arqueologia, fez que houvesse uma grande interação entre ela e o objeto pesquisado, ultrapassando a simples observação, razão pela qual a pesquisa se caracteriza como observação participante. A abordagem mais evidente é a qualitativa, embora a medida matemática de algumas grandezas ofereça algo de quantitativo à pesquisa. A coleta de dados se iniciou a partir de fontes bibliográficas, publicações científicas, trabalhos acadêmicos e técnicos, listados ao final, nas referências. Posteriormente, foram realizadas visitas técnicas à sede do Museu e aos seus anexos, além do Laboratório de Arqueologia, para consulta de relatórios, protocolos internos e informações sobre as coleções. Foram realizadas observações *in loco* para realização de diagnóstico das ações de gestão adotadas.

O segundo capítulo foi desenvolvido no sentido de contextualizar como as questões ambientais e patrimoniais evoluíram ao longo do tempo. As ideias de Ulrich Beck e Anthony Giddens serviram de base para demonstrar como o conceito de sociedade de risco foi-se modificando ao longo do tempo até chegar ao estágio atual, em que a questão ambiental passou a ser o centro das análises que demonstram que vivermos numa sociedade de risco devido às agressões ao meio ambiente. Ao se debater a conservação e a preservação do meio ambiente, a percepção do significado do patrimônio permite compreender melhor as suas formas de proteção e como os componentes do tecido social precisam assumir suas responsabilidades no cuidado ambiental. Um elemento importante que pode também assumir essas responsabilidades são as instituições museais, capazes de dar sua contribuição à sustentabilidade, conservando o patrimônio sob sua salvaguarda e servindo de lugar de reflexão, de produção de conhecimento e de difusão cultural.

No capítulo seguinte, buscou-se apresentar o Museu Amazônico, o contexto da sua criação, a sua organização administrativa, com as suas Divisões, e o acervo salvaguardado. É informada a composição do acervo, com imagens, resultado de doações e projetos que representam sobretudo a história e a cultura da Amazônia. Também é informado como foram as atividades do Museu no passado recente, em que a pandemia de Covid-19 dificultou a continuidade das atividades museológicas presenciais. Restou demonstrada, a partir das coleções provenientes dos sítios arqueológicos, a importância do acervo arqueológico para a construção da história indígena e da ocupação da Amazônia pretérita, à medida que permite remontar como os primeiros ocupantes da Amazônia manejavam plantas, alimentos, animais, além de seu modo de organização social.

Por último, discutiu-se a gestão praticada no Laboratório de Arqueologia, demonstrando de forma detalhada os dados coletados na pesquisa e fazendo um paralelo com as dimensões da sustentabilidade. Nesse sentido, foram apresentadas características dos ambientes interno e externo ao Laboratório de Arqueologia como forma de identificar maneiras de adaptar o funcionamento da Instituição a padrões mais sustentáveis.

Portanto se esperou na pesquisa subsidiar ações que visem à conservação do acervo arqueológico com a adoção de práticas sustentáveis nas atividades do Laboratório de Arqueologia.

1. BASE METODOLÓGICA DA PESQUISA

Neste capítulo, será apresentada a metodologia adotada para a realização da pesquisa, os métodos e as técnicas que, ao auxiliarem na coleta das informações, na organização e na análise dos dados permitiram inferir um resultado baseado no método científico.

1.1 Caracterização da metodologia

Para atingir os objetivos desta pesquisa de mestrado, foram escolhidos métodos e técnicas que auxiliassem na coleta de informações, na organização e na análise dos dados para que o caminho seguido estivesse amparado por uma **proposta participativa**. Isso porque, por ser servidora lotada no Museu Amazônico, houve interação ativa do meu papel de investigadora com o objeto investigado. Mas cabe apontar que, pelas diferentes estratégias metodológicas de uma pesquisa participante, no caso deste projeto, como meu envolvimento foi mais intenso que uma simples observação e, mais além, do que a análise distanciada como a de um estudo de caso, foi adotada como base metodológica da pesquisa a observação participante, caracterizada por Krohling Peruzzo (2017, p. 170) nos seguintes termos:

O pesquisador ou a pesquisadora se insere no grupo pesquisado, participa de suas atividades na condição de observador/a, ou seja, acompanha as situações de vida do ambiente investigado. Assim, o investigador mantém uma distância tática para não se confundir como membro do grupo, exceto em situações especiais em que se rompe essa condição.

Como pesquisadora, ao mesmo tempo que observei o objeto de investigação, fui participe do contexto investigado, já que usualmente não só acompanho as atividades do Museu e do Laboratório, mas estou inserida na sua realidade, o que de certa forma me permitiu assumir um papel funcional de intercâmbio com os agentes envolvidos na atuação desse espaço. Além do mais, há comprometimento em devolver os resultados da pesquisa com o Museu, porquanto o trabalho de mestrado possibilitou conhecer mais da realidade e da dinâmica local e ainda poderá colaborar com suas práticas de gestão. Isto é, a pesquisa com observação participante desempenha seu papel cooperativo, e não apenas tem o foco na coleta de informações.

Assim, a pesquisa teve a intenção de alargar o conhecimento sobre a atuação do Museu enquanto instituição vinculada ao ambiente universitário e, mais especificamente, compreender a realidade de um laboratório de arqueologia num contexto amazônico, que está incorporado a um cenário mais amplo de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro. Para tal, a pesquisa esteve amparada por algumas etapas que seguem descritas.

1.2 Método da pesquisa

Foi utilizada primordialmente a abordagem qualitativa por voltar-se a uma análise de caso concreto, buscando maior compreensão do grupo e da organização. Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) explicam a pesquisa qualitativa nos seguintes termos:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito (...) A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Por outro lado, para o necessário acompanhamento de grandezas mensuráveis como a temperatura e a umidade relativa do ar, ao quantificar essas medidas, foi fornecido ao trabalho um viés quantitativo, caracterizado pela objetividade e pela análise de dados colhidos por instrumentos com modelos matemáticos que auxiliam na interpretação dos fenômenos observados. Na verdade, os métodos não são excludentes, podendo coexistir na mesma pesquisa, e isso é possível porque são métodos complementares, que permitem uma melhor compreensão do objeto de estudo e a adoção de diversos instrumentos de coleta de dados.

Quanto à natureza, a pesquisa foi dedutiva, pois se buscou-se um conhecimento para o seu uso prático, visando contribuir com a solução de problemas vivenciados no Museu e no Laboratório, e de modo a otimizar seus processos internos. Para Lakatos e Marconi (2003, P. 168) “o planejamento bem elaborado da pesquisa e a complexidade do problema impactam diretamente no tempo necessário para análise e interpretação dos dados”. Nesse ponto, acrescento que a metodologia de pesquisa foi sensivelmente afetada pela pandemia no que tange aos seguintes aspectos: o início das disciplinas obrigatórias ocorreu em setembro de 2020, e as disciplinas optativas começaram no primeiro semestre de 2021; no primeiro semestre de 2021 as atividades administrativas da UFAM ocorreram de forma remota e com escalas, retornando 100% presenciais somente no dia 19 de novembro de 2021². Quer dizer, todas essas intercorrências afetaram a base metodológica do projeto.

1.3 Instrumentos de coleta e análise dos dados

Inicialmente, a coleta de dados deu-se pela leitura de documentos legais e de pesquisa bibliográfica da área de arqueologia, gestão e de sustentabilidade, provenientes de publicações científicas, trabalhos acadêmicos e técnicos, listados ao final, nas referências. Trata-se, em essência, da técnica de pesquisa documental-bibliográfica, que se torna importante para a coleta

² Portaria n.º 1686, GR/UFAM, de 19 de outubro de 2021.

de dados históricos por serem geralmente dados dispersos, e também por ajudarem a ampliar a pesquisa, mais do que usando somente a investigação direta. A análise de documentos, planilhas e relatórios permitiu a obtenção de informações históricas importantes e deu subsídios para a análise crítica de dados obtidos durante a observação *in loco* do objeto de pesquisa.

Para realização da pesquisa, a Direção do Museu Amazônico foi consultada, por meio de e-mail, quanto à possibilidade de realização da pesquisa, tendo sido esclarecidos os acessos necessários e o retorno à instituição dos dados coletados e do resultado da pesquisa, com potencial para servir de instrumento de conhecimento para tomada de decisão.

Diante da aquiescência da Direção, teve início a coleta de dados, com consultas realizadas por meios virtuais e presenciais aos servidores responsáveis pelas Divisões do Museu Amazônico. Foram selecionadas informações cuja pesquisadora tem acesso em razão do cargo que ocupa na instituição, sendo possível identificar as lacunas que precisavam ser preenchidas durante a pesquisa.

As imagens têm a capacidade de transmitir uma ideia e tornar o entendimento de um tema mais fácil. Em razão disso, a pesquisa possui diversas imagens distribuídas ao longo do texto. Essas imagens, foram coletadas do acervo museológico e documental, algumas foram solicitadas por e-mail das divisões correspondentes e as demais foram tiradas pela própria pesquisadora. Para as visitas *in loco*, tanto no Museu quanto ao Laboratório de Arqueologia, foi solicitado por e-mail e também via aplicativo de comunicação WhatsApp à Direção do Museu Amazônico.

Dando seguimento às técnicas usadas no projeto, posteriormente, foram feitas visitas à sede do museu e aos seus anexos, além do Laboratório de Arqueologia, para consulta de relatórios, protocolos internos e informações sobre as coleções. Associadas às visitas, foram feitas observações *in loco* da estrutura física e administrativa com registro fotográfico, verificando as condições de acondicionamento do acervo. Essas visitas compreenderam, a aquisição de dados do quantitativo de material arqueológico (tipos de acondicionamento na Reserva Técnica I) e das coleções originadas de pesquisa acadêmica, projetos de arqueologia preventiva e de doações para verificar o estado de conservação do material arqueológico, da estrutura física do prédio, além de observar se a estrutura disponível é suficiente para suportar o volume de material salvaguardado e/ou passível se ainda é passível de receber mais material. Também foi possível levantar dados relevantes acerca da organização do trabalho.

Portanto, durante esta fase da pesquisa, foi possível identificar a forma como as atividades são desenvolvidas e o padrão de comportamento adotado pelos envolvidos na gestão

da Instituição. Esse diagnóstico permitiu confrontar a postura esperada com a efetivamente adotada, o que otimiza a percepção dos fatos que foram analisados no decorrer da pesquisa.

No Laboratório de Arqueologia foram feitas várias visitas para levantamento de informações. Nas reservas técnicas, foram abertos os armários deslizantes para verificar o estado de conservação das coleções, a forma de armazenamento e de acondicionamento e as condições ambientais e de controle de temperatura e de umidade relativa do ar. Foram colhidas imagens dos ambientes: sala de aula, acessos, laboratórios e área externa ao prédio.

No ambiente virtual, extremamente necessário neste período de pandemia, foi possível interagir com outros museus da Região Norte, consultar o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Sistema Eletrônico de Informação – SEI desse órgão, bem como estabelecer conversas informais que permitiram recolher informações úteis ao direcionamento da pesquisa. A parte documental e virtual, aliás, foi de grande importância, vista que, a partir dos documentos internos pesquisados, de consultas ao sítio eletrônico da instituição e ao sistema informatizado em implantação no Laboratório, foi possível realizar o levantamento das coleções arqueológicas salvaguardadas, os sítios relacionados, além dos bens de natureza material que compõem essas coleções.

Adicionalmente, como síntese da pesquisa, foi feita uma análise pela comparação dos dados coletados com a legislação, os procedimentos internos e as informações colhidas *in loco*. Essa junção e análise dos dados obtidos se traduziram numa espécie de diagnóstico do Laboratório no que concerne à estrutura, aos processos relativos ao recebimento e guarda dos materiais arqueológicos e aos procedimentos de conservação das coleções. Finalmente, foram propostas ações voltadas à sustentabilidade, que possam melhorar o desempenho ambiental do Laboratório no que tange ao seu monitoramento, controle climático, segurança do acervo, proteção quanto à contaminação por agentes biológicos e poluentes, bem como no que toca à manutenção e à higienização do acervo, otimizando assim sua conservação.

Enfim, a base metodológica deste trabalho se apresentou como um processo fluido em virtude da realidade vivenciada no período de pandemia, com momentos de maior restrição social e maior flexibilidade, possibilitando apenas em certos momentos as visitas *in loco*. De todo modo, como servidora lotada no Museu e exercendo atividades no Laboratório de Arqueologia, entendo que as técnicas de pesquisa utilizadas neste projeto de mestrado foram apenas o início de um longo, contínuo, desafiante e potente caminho a ser percorrido em relação a uma gestão museal sustentável.

2 UM PANORAMA DOS CAMINHOS PERCORRIDOS NAS QUESTÕES AMBIENTAIS E PATRIMONIAIS

Neste capítulo abordamos três temas, que tratam acerca da sociedade de risco e responsabilidade socioambiental; do patrimônio cultural e arqueológico, com seus conceitos e seus aspectos legais; e da temática da sustentabilidade na conservação do patrimônio cultural musealizado.

2.1 Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental

Na história da humanidade ocorreram diversas transformações que modificaram a relação do ser humano com a natureza. Enquanto os grupos humanos eram nômades e sobreviviam por coleta de recursos da flora e da fauna, havia um equilíbrio nessa relação. Com a agricultura e a pecuária levando ao sedentarismo, iniciou-se um processo de exploração mais intenso, embora ainda incipiente, da natureza, embora tal situação não se aplica às populações pretéritas amazônicas. Contudo a Revolução Industrial e o uso de máquinas em substituição ao trabalho manual, aliados ao crescimento populacional, de fato incrementaram a exploração do ambiente, e passou-se a gerar poluição resultante destes processos fabris. Para Orsi (2014), a mecanização na agricultura foi um fator marcante de ação do ser humano sobre o meio ambiente, bem como a aceleração da industrialização e do consumo, o que incentivou o êxodo rural e ampliou a geração de resíduos.

Esse período tornou evidente a cisão entre dois aspectos fundamentais da experiência humana: a natureza e a cultura. Segundo Sussekind (2018), o pensamento ocidental que coloca o homem como figura central e considera a natureza como recurso a serviço da necessidade humana fez surgir uma sociedade voltada para o progresso, fundada na percepção da natureza como algo exterior e transcendente. É justamente o fortalecimento dessa visão antropocêntrica e etnocêntrica que corresponde ao desenvolvimento industrial-tecnológico que produziu um processo de agressão intensa ao meio ambiente.

Essa crise ambiental que então se anunciou é atualmente bastante complexa, pois envolve condições sociais, culturais e econômicas, e detém dois pontos fundamentais: o espaço, porque abrange desde problemas locais a globais; e o tempo, por indicar a duração dos processos, até irreversíveis. Aquecimento global, perda da biodiversidade e outros, revelam uma crise do modelo de desenvolvimento, sobretudo do mundo ocidental. Dado isso, surgiram movimentos como resposta à crise; primeiro na Inglaterra, berço da Revolução Industrial; e de

lá, ganharam força nos Estados Unidos, as propostas de proteção da natureza pela criação de parques como o Parque Nacional de Yellowstone em 1872, resultado, segundo Diegues (2004), do pensamento preservacionista que marcava o início do século passado nos Estado Unidos.

Depois do período preservacionista e conservacionista, em meados do século XX, o ambientalismo passou a preocupar-se com uma agenda de reivindicações e de reformulação do modelo de desenvolvimento, compreendendo o ambiente como dimensão fundamental da vida. O caminho percorrido para valorização do meio ambiente, no entanto, não ocorreu sem traumas. Os prejuízos e os impactos das duas grandes Guerras Mundiais provocaram um debate acerca dos limites mínimos para convivência entre os povos. A assinatura do Tratado de Versalhes, a criação da Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem colaboraram para que os problemas mundiais tivessem um fórum mundial de debate.

Mais à frente, movimentos sociais na Europa e Estados Unidos reivindicando soluções para a melhoria da qualidade do ar e o combate aos efeitos da poluição impulsionaram a importância das questões ambientais para a vida no planeta. A criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, em 1962, disseminaram a ideia de que a natureza é vulnerável à intervenção humana. Nesse contexto, o ativismo ambiental cresceu; foram fundadas a World Wide Fund for Nature – WWF e o GreenPeace. Nos anos seguintes, governos, organizações, cientistas e pessoas de relevância no cenário internacional, passaram a buscar soluções conjuntas para os problemas globais.

Assim, as questões ambientais se tornaram parte de discussões internacionais nas últimas décadas, com a elaboração de políticas e programas. Destaca-se, em 1968, o relatório *Os Limites do Crescimento* e depois, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, na cidade de Estocolmo, como sendo o primeiro grande esforço internacional para debater tais questões. Como registra Lago (2006), a crescente preocupação internacional com a preservação da natureza, incluindo o descontentamento com o impacto da poluição na qualidade de vida das populações, teve como resultado essa reunião, que foi a primeira tendo como tema principal as questões ambientais.

No Brasil, embora existissem leis que tratassem da temática ambiental, a gestão ainda era incipiente. Sobre a gestão ambiental no País, Almeida (2002, p.18) esclarece:

Até meados da década de 1970, não existia no Brasil a gestão ambiental, no sentido de um conjunto de ações e políticas integradas para moldar a relação do homem com o ambiente. As normas de proteção à natureza estavam dispersas em diferentes instrumentos legais, como o Código Florestal, de obras, de água, de caça e pesca; a lei de proteção aos animais; e outras posturas municipais. Esse panorama começou a mudar depois que a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente Humano, marcando-a para junho de 1972.

Depois de Estocolmo, conferências temáticas foram realizadas. Além dessas, em 1975, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com propostas para o cenário internacional. Em 1987, o PNUMA publicou o relatório *Nosso Futuro Comum*, pioneiro na ideia de desenvolvimento sustentável. Como resultado desse relatório, a ONU realizou a Rio-92 ou Cúpula da Terra, enfatizando a necessidade de compatibilizar a preservação ambiental, o desenvolvimento econômico, a dimensão social, cultural e espacial. A Rio-92 estabeleceu responsabilidades pelos danos ambientais, salientando o papel dos países desenvolvidos em buscar alternativas para reduzir a degradação ambiental. Na opinião de Nascimento (2012), a Rio-92 relacionou, da mesma forma, como Estocolmo, a gestão eficiente dos recursos naturais, sem prejudicar o modelo econômico atual. Outras conferências ocorreram em Berlim e Copenhague; e, em 2002, a cúpula de Johannesburgo, como avaliação e correção dos rumos dos acordos até então celebrados. Acerca desse tema, Lago (2006, p.18) se manifesta:

A Cúpula de Johannesburgo (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, 2002) foi convocada, por sua vez, com vistas a estabelecer um plano de implementação que acelerasse e fortalecesse a aplicação dos princípios aprovados no Rio de Janeiro. A década que separa as duas conferências confirmou o diagnóstico feito em 1992 e a dificuldade em se implementar suas recomendações.

Em suma, os encontros sobre o meio ambiente foram uma tentativa de conscientização da necessidade de engajamento global na busca de um planejamento satisfatório. Isso porque, para Almeida (2002), há um tempo curto entre o impacto no ambiente e o momento em que é percebido pela sociedade, devido aos avanços tecnológicos. Assim, a postura preventiva pode garantir a sustentabilidade, pois impactos positivos podem ser maximizados; e negativos, mitigados. Ainda na opinião do autor, a gestão da sustentabilidade “exige consciência do fator espaço, porquanto ações locais – geograficamente restritas – têm efeito global se são replicadas” (ALMEIDA, 2002, p. 33).

Outrossim, diante desse panorama de reflexões sobre a questão ambiental global, no fim dos anos de 1970, as ciências sociais se colocam no debate, ampliando as discussões pela chamada *crise da modernidade*, devido às catástrofes ambientais generalizadas. Ao buscar um melhor entendimento da crise, e visando analisar o lado sombrio da modernidade, o conceito de *risco* ocupou posição central na teoria social. Ganham ênfase as ideias do sociólogo alemão Ulrich Beck, do sociólogo britânico Anthony Giddens e da antropóloga britânica Mary Douglas, para os quais os riscos são resultados do desenvolvimento de uma sociedade amparada pela racionalidade científica e técnica, e cujas consequências não podem mais ser avaliadas com precisão.

Beck (2011) ressalta que a noção de risco se modificou ao longo do tempo: se antes a ideia de risco estava mais associada à aventura e à ousadia, nos dias atuais, esse conceito está mais direcionado às catástrofes que podem prejudicar a continuidade da vida na Terra, chamando-o de risco da modernidade. Douglas (2003) indica que o conceito teria surgido originalmente no século XVIII, num contexto de competição, pelo uso de cálculos matemáticos para mensurar a chance de um evento ocorrer, confrontando a dimensão da perda ou ganho obtido ao assumir o risco.

Portanto a inserção da temática dos riscos nas ciências sociais vem reconhecer que, além das variáveis sociais, os elementos biofísicos afetam a estrutura e as mudanças sociais. Em âmbitos gerais, os autores assinalam que a crise da modernidade ocorre devido ao constante progresso material e às mudanças provenientes da globalização, com a transformação do espaço e do tempo, o rápido e intenso desenvolvimento das tecnologias de automação, de comunicação e de transporte, as mudanças de valores e a crise nas tradições, apresentando-se ao coletivo humano um mundo de incertezas e riscos. Para Beck e Giddens, a questão ecológica não trata apenas de um tema ambiental alheio à vida social, mas também é influenciado pela ação humana.

Beck condena o intenso poder e a racionalidade da ciência, a qual passa a determinar uma racionalidade social, culpando-a da imensa produção de riscos sociais e ambientais, como os grandes laboratórios químicos, por exemplo. Segundo esse autor (2010, p.230) “os perigos são fabricados de forma industrial, exteriorizados economicamente, individualizados no plano jurídico, legitimados no plano das ciências exatas e minimizados no plano político”. Embora denuncie o *status* atual da modernidade e mostre uma ideia inovadora de que os problemas ambientais são problemas internos da sociedade, dentre as críticas que se fazem a esse autor, há a de não problematizar a lógica capitalista, de colocar uma relativa igualdade de risco frente às questões ambientais, não importando a classe ou outro elemento de diferenciação social e desconsiderando as interpretações culturalmente localizadas, ou seja, a diversidade dos riscos nas diferentes regiões do mundo, de condições históricas, políticas, culturais e ambientais diversas.

Por sua vez, Giddens desenvolve a ideia de risco socialmente construído, ou seja, o de compreender o significado social de uma sociedade de produção de riscos, considerando estes como defeitos do projeto de modernidade (AGRIPA, 2000). Nessa visão, o autor infere que a produção de riscos é fruto da sociedade como consequência involuntária e incontrolável de um avanço científico complexo atingido na contemporaneidade. E, para ampliar essa noção de risco como construção social, Acselrad (2002) agrega o viés de classe, isto é, aponta a ideia de justiça

ambiental ao questionar a apropriação dos recursos ambientais e ao sugerir que o risco, além de ser construído socialmente por diferentes grupos, atinge de modo desigual as classes sociais.

Conquanto Beck e Giddens tenham destacado todo esse potencial destrutivo dos riscos ao meio ambiente, dos problemas advindos da pós-modernidade, os autores se mostram otimistas, seja pela mudança de valores, seja pela criação de novos parâmetros de medição das responsabilidades sociais (SPINIELI e SOUZA, 2019).

É necessário ressaltar que, nessa ideia de universalidade da noção de risco ambiental, Mary Douglas contribuiu com o avanço teórico desse tema ao incorporar os aspectos culturais na produção de conhecimento, a chamada *Teoria Cultural do Risco*. Na perspectiva dessa autora, a percepção dos riscos é cultural, cheia de significados e influenciada por valores dos indivíduos, de modo que o que é ou o que deixa de ser risco e as ações para evitá-los estão amparados pela visão de mundo das pessoas e também pela concepção das organizações.

Isso posto, partindo estritamente do conceito de risco, Guivant (2000, *apud* Kalb e Carelli 2018, p. 22) afirma que “numa abordagem técnico-quantitativa, o risco é considerado evento adverso, uma atividade, um atributo físico, com determinadas probabilidades objetivas de provocar danos estimados por meio de cálculos quantitativos e níveis de aceitabilidade”. Vinculada à ideia de incerteza, essa visão objetiva do risco tem sido substituída, como exemplo, pela inserção dos aspectos culturais propostos na Teoria Cultural do Risco, para a qual a análise objetiva do risco é acrescida de características políticas e sociais, pois o indivíduo é guiado por seu interesse, mas também por demandas de seu grupo social.

Sendo assim, o entendimento atual de risco não o considera apenas uma ameaça (evento físico em si), mas também um contexto socioambiental bem mais abrangente, que é o da gestão de risco. Para Lavell (2003, *apud* Dutra 2015, p. 179) “um processo mais abrangente que a ocorrência do evento detonador, a gestão de riscos inaugura uma nova concepção sobre o tema, passando a considerar que a ausência de políticas de desenvolvimento também constitui um fator causal de risco de desastres”. Dessa forma, risco não é exclusivamente ameaça, mas também vulnerabilidade.

Zanirato *et al.* (2008), por sua vez, sustentam que:

Não será possível avançar na mitigação dos riscos se não forem considerados os princípios de solidariedade, de cidadania, de humanidade e de corresponsabilidade dos indivíduos em face dos perigos que nos ameaçam. É inegável que vivemos em uma sociedade de riscos. Controlá-los os riscos requer a construção de outras formas de viver a democracia e a cidadania. Isso exige a participação de todos os indivíduos como cidadãos diante dos perigos que nos ameaçam.

Assim, a crise ambiental demonstra claramente a amplitude dos riscos, de modo que os ecológicos afetam a sustentabilidade da qualidade de vida no planeta (ARAÚJO, FARIA, 2018). É inegável, portanto, a presença do risco nos nossos dias, de sorte que somente o exercício da empatia e do sentido do coletivo, a visão de longo prazo e o sentido de urgência podem provocar uma mudança de rumo que se sustente ao longo do tempo, mitigando o nível de incerteza que o processo de crise socioambiental gera. Em razão disso, os processos ligados à gestão ambiental ganharam ênfase no fim do século XX. Ações voltadas à proteção ambiental, mas que possam manter o crescimento econômico têm sido perseguidas desde então. Nesse sentido, termos como *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* povoaram as discussões sobre meio ambiente.

Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável independem de questões semânticas. O fato é que a temática do meio ambiente passou a influenciar as decisões e as estratégias das organizações. Nesse contexto, vislumbra-se sua importância para a Administração, a qual, embora estivesse presente como arte desde as civilizações antigas, emergiu como ciência a partir da Revolução Industrial do século XVIII. Nas palavras de Maximiano (2000, p.53):

A administração começou a nascer como corpo independente de conhecimentos na Europa do século XVIII, durante a Revolução Industrial. Naquela época, as primeiras fábricas modernas começaram a colocar em prática diversos conceitos que se tornaram universais nos séculos seguintes.

Enfim, o progresso da humanidade fez surgirem novas soluções e novos problemas, envolvidos num ciclo de retroalimentação permanente. O crescimento populacional, a adoção de novas fontes de energia, o ritmo acelerado da vida moderna com novas demandas, novos modos de produção, entre outros, culminaram numa preocupação premente com o meio ambiente. Druck e Franco (1998, p.62) afirmam que, a “partir da Revolução Industrial, houve profunda transformação da relação dos homens em sociedade e com o ambiente, acarretando alterações nas condições da saúde do homem e da sustentabilidade ambiental”.

Trazendo à realidade amazônica, em especial no que tange aos povos indígenas e tradicionais, essa revolução demorou a chegar, uma vez que faziam “gestão ambiental” à medida que apresentavam modelo de ocupação do espaço e uso dos elementos naturais voltados sobretudo à subsistência, de uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto sobre a natureza e, em razão disso, de base sustentável. Essa é a razão por que Levis³

³ Em sua obra *How people domesticated Amazonian Forests: Frontiers in Ecology and Evolution* defende que os povos amazônicos têm gerenciado os recursos florestais há milênios, sendo importante fator de manutenção da biodiversidade.

(2018 *apud* SOUZA, 2020) reconhece a importância dos povos indígenas tradicionais para a constituição e a manutenção da biodiversidade do planeta. Lamentavelmente, não é o caso das organizações atuais e do modo de vida contemporâneo, em que a produção e o consumo exacerbam a capacidade da natureza de prover serviços ecossistêmicos de forma estável, tornando premente a forma como relacionamos com ela.

Assim, no tocante às organizações, um modelo de gestão ambiental em que as empresas buscam otimizar o consumo de recursos naturais, o reaproveitamento e o descarte de resíduos sólidos passaram a serem perseguidos. A sustentabilidade se tornou tema principal das ações estratégicas, e a preservação do ambiente a única forma de garantir a existência das próximas gerações. Mais do que isso, degradação e conservação vêm assumindo um caráter de natureza política. Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009 *apud* Machado, 2018, p.18) ratificam o poder transformador dessa nova realidade das organizações, enxergando a potencial contribuição que pode surgir aos novos modelos de gestão e às políticas socioambientais durante esse processo.

Em verdade, conciliar proteção ambiental, crescimento econômico e igualdade social representa provavelmente o maior desafio da sociedade contemporânea, pois aliar o uso de recursos naturais e o patrimônio cultural ao desenvolvimento econômico, num ambiente social desigual, é desafio de grande complexidade, à medida que envolve um padrão de uso que permita o equilíbrio entre a satisfação de necessidades básicas humanas e o uso inteligente de recursos sabidamente finitos, de forma a garantir seu uso e seu desenvolvimento pelas gerações futuras. Corroborando com o Manual de Referência do Patrimônio Mundial Cultural: “Desde a Cúpula da Terra, o paradigma do desenvolvimento sustentável foi ampliado para incluir elementos que o constituem e se apoiam mutuamente: a proteção ambiental, o crescimento econômico e a igualdade social.”. (IPHAN, 2016, p.23).

O desafio é tamanho que Boccato (2013) afirma que ocorreu o esvaziamento do conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que mantém as premissas que provocaram a crise socioambiental que vivemos. Nascimento (2020), por sua vez, posiciona-se no sentido de que seria necessária uma economia circular para que o conceito de desenvolvimento sustentável respondesse ao seu objetivo. O autor, inclusive, alerta que mais importante que “defender o desenvolvimento sustentável é encontrar a alternativa.”

Ações de gestão ambiental podem auxiliar nesse encontro de alternativas. Destaca-se, nesse caso, que, dos vários ramos em que a Administração atua, o que tem estado mais evidente nas últimas décadas, adquirindo *status* estratégico junto às organizações, é o da administração ambiental. Para Barbieri, (2007, p. 25) “administrar tem o objetivo de alcançar efeitos positivos

sobre o meio ambiente, eliminando ou reduzindo os danos causados pelo homem ou impedindo que eles ocorram, a partir de diretrizes e atividades administrativas ou operacionais”. Quanto à amplitude da sua aplicação, Barbieri, (2007, p. 26) expõe que:

A expressão gestão ambiental aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental. Na sua origem estão as ações governamentais para enfrentar a escassez de recursos, como mostrado anteriormente. Com o tempo, outras questões ambientais foram sendo consideradas por outros agentes e com alcances diferentes, de forma que atualmente não há área que não esteja contemplada. Qualquer proposta de gestão ambiental inclui no mínimo três dimensões, a saber: (1) a dimensão espacial que concerne à área na qual se espera que as ações de gestão tenham eficácia; (2) a dimensão temática, que delimita as questões ambientais às quais as ações se destinam; e (3) a dimensão institucional, relativa aos agentes que tomaram as iniciativas de gestão.

Nesse sentido, observa-se que iniciativas anteriormente exclusivas do poder público, voltadas sobretudo para aspectos da poluição, aos poucos, foram tornando-se objeto de diversos atores do tecido social como a ciência administrativa, abrangendo uma gama de problemas e de ferramentas que possibilitassem caminhar em direção ao desenvolvimento sustentável.

Em síntese, após essa breve contextualização histórica das questões ambientais, é possível associar esta pesquisa ao conceito de risco. Isso porque, ao sugerir uma gestão sustentável do patrimônio arqueológico musealizado é inevitável refletir como esse patrimônio vem respondendo aos riscos na contemporaneidade, como as políticas públicas têm contribuído para sua proteção e de que forma a omissão ao patrimônio pode ser percebida como risco.

Nesse ponto, falar de riscos é lembrar as catástrofes recentes no Brasil, que causaram a perda de um patrimônio científico, histórico e cultural insubstituível; no caso, os incêndios no Instituto Butantan (2010), Memorial da América Latina (2013) e Museu da Língua Portuguesa (2015) em São Paulo; Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2018) e Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2020). Destaco os dois últimos, por serem museus universitários de guarda de coleções arqueológicas que compõem o patrimônio de nossa gente e da humanidade. Quanto ao Museu Nacional, falar de uma peça notável como o *crânio de Luzia*, o mais antigo fóssil humano conhecido no Brasil, que permitiu novas hipóteses sobre o povoamento do continente americano, suscita o alerta sobre a tragédia consumada e a necessidade de gestão de riscos patrimoniais e orçamentários. Da mesma forma o impacto sofrido por dois dos acervos das várias coleções mantidas nas cinco salas da Reserva Técnica I do Museu da UFMG – os vegetais de escavações do norte de MG e esqueletos humanos do complexo de sítios de Lagoa Santa e Serra do Cipó – mostra que não dá para aceitar tranquilamente incêndios como obras do acaso. E sobre as tragédias, Cunha (2019, p.3) expressa sua opinião ao afirmar que:

A perda de tão importante patrimônio sensibilizou a todos. As coleções de museus são tesouros nacionais atemporais, que representam nossas histórias, culturas e conquistas científicas. Toda instituição e governo devem refletir e prestar atenção a esse momento triste. Precisamos investir e proteger nossos museus e acervos para o benefício da ciência e da sociedade em todo o mundo. Portanto basta cumprir os preceitos constitucionais para que os museus possam ser protegidos, preservados e difundidos.

É necessário frisar que as tragédias não se explicam só pelo fogo, mas também por um conjunto de fatores de descaso estatal diante de vários sintomas de urgência de ações pregressas anunciadas, pois poderiam ter sido evitadas ou mitigadas se sinais tivessem sido considerados. Fatores sujeitos ao acaso não devem ser confundidos com descaso, pois museus bem tratados exigem atenção constante ao risco, que se traduz em verbas e cuidados permanentes. Moutinho (2018), inclusive, alerta que a redução de verbas orçamentárias atingiu não somente o Museu Nacional, mas também outras instituições como o Instituto Butantã, por exemplo, revelando o descaso e a ausência de vontade política que vitimam mais do que o Memorial da América Latina ou o Museu da Língua Portuguesa, pois atingiram a memória e a cultura do povo brasileiro.

Assim, externar possíveis riscos às coleções de um museu universitário na Amazônia, propondo minorar suas vulnerabilidades e manifestar como ainda cuidamos de forma frágil do patrimônio sociocultural é expressar resistência pelo “viés das arqueologias compromissadas com as pessoas vivas pelo não apagamento de memórias” (ARCURI e COSTA, 2020) e ir na contramão da narrativa colocada na sociedade brasileira de dissociar as sociedades indígenas do presente ao contexto arqueológico (BUENO, 2019). Contexto, a propósito, narrado e salvaguardado nas instituições como patrimônio – patrimônio de quem e para quem?

Disso, cabe reiterar as atribuições dos sujeitos sociais envolvidos. Desta questão, tem-se um quadro posto – (I) uma mestrandia *no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia*, servidora e administradora lotada na Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico; (II) uma instituição federal de ensino superior; e (III) dois órgãos suplementares integrados à pesquisa: o *Centro de Ciências do Ambiente* (CCA), responsável pela pós-graduação; e o *Museu Amazônico*, objeto de estudo. Então como equacionar a participação dos sujeitos frente aos riscos aceitáveis ou não? É preciso incorporar ações híbridas, pois um museu universitário é cultura e educação, basicamente elementos motrizes de desenvolvimento nacional e de cidadania. E “como museu universitário, constrói e compartilha conhecimento e depende do *modus operandi* da instituição de ensino, diante das tragédias, é necessário repensar seu papel no âmbito interno e da sociedade, e as questões éticas e filosóficas que impactam práticas de colecionamento” (SILVA, *et al.*, 2020).

Assim sendo, devem-se adotar processos coletivos de prioridades, amparados pela ética social – a ética da precaução -, comprometida com o tempo profundo (a história indígena de longa duração), o tempo presente e o direito das gerações futuras pela não desmemória cultural. Portanto, para apurar a participação dos agentes sociais envolvidos, gostaria de frisar três pontos do **art. 4.º** (grifo do autor) do Estatuto da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no que diz respeito a sua finalidade:

Art. 4.º - A Universidade tem por finalidade cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, cumprindo-lhe, para tanto:

[...] *omissis*

III – Promover a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim como a criação e a difusão da cultura, melhorando, desse modo, o entendimento do ser humano sobre o meio em que vive; (gn)

IV – Manter, a partir da preocupação com a realidade amazônica, compromisso com os povos indígenas, reconhecendo a dívida histórica da sociedade brasileira e construindo possibilidades concretas para sua inserção plena na vida universitária e no exercício da cidadania; (gn)

V – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio de ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; (gn)

No âmbito da instituição, indispensável destacar também a Resolução n.º 02/2012 que institui a Política Ambiental da UFAM, e reforçar quatro aspectos desse instrumento, a saber:

[...] *omissis*

Art. 2.º - Alguns dos princípios relaciona à “sustentabilidade, prevenção, precaução...”; (gn)

Art. 3.º - Um dos seus objetivos é “estimular ações multidisciplinares e desenvolver tecnologias socioambientais orientadas para o uso sustentável dos recursos ambientais” (gn);

Art. 4.º - Um dos seus instrumentos é elaborar projetos relativos a gestão de risco;

Art. 6.º - Dos constituintes relativos ao Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA) incorporado à Política Ambiental, foi definido que o *Centro de Ciências do Ambiente* é o órgão técnico responsável por propor pesquisas e projetos, visando reduzir impactos, melhorar a qualidade ambiental e emitir pareceres ambientais, quando solicitado.

Inserido na política ambiental da UFAM, é importante destacar a atuação do CCA, “cujo objetivo inclui interagir com unidades acadêmicas e órgãos suplementares, com a missão de formar recursos humanos e realizar estudos para promover o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica⁴” e o Museu Amazônico cuja missão é “promover a pesquisa e a difusão do conhecimento acerca da diversidade cultural e socioambiental dos povos da Amazônia, a partir da preservação do patrimônio científico e cultural sob sua custódia” (Plano Museológico, 2020)⁵.

⁴ Disponível em: <https://www.cca.ufam.edu.br/apresentacao.html>. Acesso em: 14 fev.2021

⁵ Disponível em: <https://www.museuamazonico.ufam.edu.br> Acesso em: 14 fev.2021

O foco direcional do CCA, segundo o *site* do órgão, portanto, é capacitar e treinar recursos humanos dentro da abrangência das ciências ambientais, a partir da qual o órgão busca difundir conhecimento acerca do uso dos ecossistemas regionais, visando fomentar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Para tanto, interage junto aos demais departamentos e aos órgãos suplementares e atua nas esferas pública e privada prestando serviços voltados ao meio ambiente. O Museu Amazônico, por sua vez, direciona seus esforços à valorização e ao resgate da história e da cultura dos povos da Amazônia, sendo fonte de pesquisa e difusão da produção de conhecimento acerca da diversidade cultural e socioambiental da Região Amazônica, reservando à questão ambiental uma parcela residual das suas operações.

Dessa forma, surge um hiato institucional entre as dimensões ambiental e cultural. Isso decorre do fato de que a Resolução 002/2012 instituiu uma política ambiental na UFAM, mas deixou de lado a questão cultural, ou seja, não possui normativa legal – política cultural. Tal norma, teria o condão de oferecer as bases de sustentação para o desenvolvimento de ações voltadas à valorização da cultura, entre elas a extroversão do acervo arqueológico. Para tanto, faz-se necessário desenvolver uma política de acervo que ultrapasse a guarda do patrimônio e se volte às atividades de extroversão, de forma a “potencializar a pluralidade de leituras, percepções e ressignificações do patrimônio arqueológico e reconectar os objetos aos seus contextos originais e documentações, oferecendo novas possibilidades para sua conexão com diferentes grupos sociais”. (Lima, Barreto, 2020, p. 45).

Para amparar o tema, segue o (Quadro 1), que trata da gestão cultural das universidades federais da região norte do país.

Quadro 1. Política Cultural das Universidades Federais da Região Norte do Brasil.

Instituição	Política Cultural	Área que realiza as atividades culturais	Unidade associada à arqueologia	Presença de acervo arqueológico
Universidade Federal do Acre (UFAC)	Ainda não tem sistematizado um documento de política cultural próprio, seguindo, por enquanto, os preceitos compilados no instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IFES.	A Universidade possui uma linha de atuação político-cultural, implementada pela Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária (DACIC), dentro da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX)	Centro de Arqueologia e Antropologia Indígena da Amazônia Ocidental (CAAINAM)	Sim
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Não possui – tem Programa de Cultura (Procult) vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Ações	Pró-Reitoria de Extensão e Ações comunitárias (PROEAC)	Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá (CEPAP-UNIFAP)	Sim

	Comunitárias (PROEAC)			
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Não possui ainda uma política cultural formalmente implementada. Mas há demanda do sentido de criar uma política cultural no âmbito na Universidade.	Na área de extensão, CAUA, FAARTES, Museu Amazônico e entre outros.	Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico	Sim
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Possui – Resolução n.º 81 de 12/01/2015	É executada pela Pró-reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão – PROCCE	Laboratório de Arqueologia Curt Niumendajú	Sim
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Não possui – está iniciando a elaboração do Plano de Cultura da UFPA	Na área da extensão por meio da DACEL- Diretoria de Arte, Cultura, Esporte e Lazer. São desenvolvidas também pelo ICA (Instituto de Ciências da Arte), Escola de Teatro e Dança, Escola da Música, FAV- Faculdade de Artes Visuais, Museu da Universidade, entre outros.	Laboratório de Arqueologia I e Laboratório de Arqueologia II, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia	Sim. Acervo arqueológico no IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), no <i>Campus</i> de Altamira, o acervo legado de Belo Monte. Também no campus em Belém.
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Não possui	As ações culturais são conduzidas por meio da extensão universitária.	Não possui	Não possui
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Não possui – iniciará, por meio do Fórum de Cultura da universidade, a construção da resolução que tratará da política de cultura.	Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis – PROCEA	Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia (DARQ)	Sim
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Não possui – ações de cultura desenvolvidas no Plano Nacional de Extensão Universitária.	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão.	Não possui	Não possui
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	A política cultural da UFT está em fase de implementação.	As atividades culturais são desenvolvidas a partir da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos comunitários (PROEX)	Laboratório de Arqueologia Histórica, Pré-Histórica e Educação Patrimonial	Não informado

Fonte: Site das UF's, respostas por e-mail, Sistemas Fala. BR.
Dados compilados pela pesquisadora, 2021.

Como visto no quadro acima, apenas a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, possui política cultural implantada. Todas as demais, informaram que a elaboração de uma política cultural ainda está em fase inicial. Por outro lado, a maioria informou possuir acervo arqueológico na instituição. A UFAM informou que está iniciando as tratativas para a elaboração dessa política. Por outro lado, não obstante a iniciativa, é fundamental que a composição da comissão que tratará desse tema seja constituída de forma multidisciplinar, envolvendo áreas relacionadas ao assunto – antropologia, arqueologia, história, sociologia etc. – sob pena de surgir uma política que não considere a realidade e prejudique o desenvolvimento de ações positivas de valorização cultural. Ainda que se sustente que o Centro de Artes da Universidade do Amazonas – CAUA possui um viés cultural, ele não atende ao que está disposto no Programa Nacional de Cultura, que alerta que a cultura não pode se limitar a manifestações artísticas, mas ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética, nos termos da Lei 12.343/2010.

Para concluir esta primeira parte da pesquisa, gostaria de exprimir que o conceito de “sociedade de risco” de Beck é atual neste momento de urgência ante o enfrentamento da pandemia de Covid-19, isto porque, devido a necessidade do distanciamento social, seus impactos têm sido enormes para as instituições de ensino superior, seus museus universitários, coleções e acervos arqueológicos. Por outro lado, estes tempos fazem aflorar novas perspectivas de mudança e pressionam em direção a novos contextos de gestão com responsabilidade socioambiental. Apesar dos riscos, existem oportunidades, que atingem com intensidade, diferentes instituições ao redor do mundo, de forma que o nível de preparo das instituições vai definir a forma como cada um cada um desses aspectos influenciará o futuro delas. Nesse caso, um dos riscos que as instituições correm é a ausência de políticas culturais. Estas têm o poder de transformar a defesa do patrimônio cultural em política institucional, fortalecendo as ações que buscam difundir as manifestações da cultura nas suas diversas faces, incluindo o patrimônio arqueológico, e permitindo que a legislação pertinente seja aplicada e aprimorada de forma mais efetiva.

Recentemente foram debatidas, no IV Fórum de Acervos Arqueológicos, políticas de coleções, no qual também foram pontuadas questões envolvendo a sustentabilidade. Na oportunidade, foi salientada a necessidade de uma visão mais ampla e sistêmica na discussão sobre sustentabilidade que envolva os microambientes, os entornos, os procedimentos e os protocolos como forma de enriquecer, aprofundar e evoluir no caminho da sustentabilidade.

2.2 Patrimônio cultural e arqueológico: Aportes conceituais e legais

A respeito do conceito de patrimônio, Fonseca (2005) esclarece que o estatuto ideológico do patrimônio foi garantido pela ideia de nação, enquanto o Estado nacional garantiu a sua preservação, por meio de ações específicas. Assim, o patrimônio passou a servir ao propósito da construção de uma identidade nacional, permitindo a consolidação dos estados-nação modernos. Sob mesma perspectiva, Abreu (2003) diz que patrimônio “firmou-se com base num Estado nacional, comprometido com a ideia de que a nação tinha um passado e que era preciso salvá-lo do esquecimento; hoje, a área do patrimônio estrutura-se de maneira prospectiva em direção ao futuro”. Complementarmente, Costa (2004, p. 333) afirma que:

A ideia de patrimônio surge pela primeira vez como concepção de passado que garantiria continuidade de determinada cultura. Este patrimônio que, na visão dos romanos era um bem privado e após o Renascimento, torna-se bem público, adquire outra inversão quando a memória é fragmentada pela materialidade presente na sociedade, e é mantido pelo poder público com o interesse direto no presente. O acesso ao conhecimento histórico por meio da concepção de patrimônio envolve elementos combinados entre situações políticas, valores econômicos e atitudes pessoais.

O patrimônio surgiu como um conceito relativo ao indivíduo, alusivo aos bens material, monetário, emocional e até espiritual, tal quais os ensinamentos de vida de antepassados, transmitidos aos herdeiros (FUNARI e PELEGRINI, 2009). Para Gonçalves (2009), mesmo na literatura etnográfica, os bens não se separam de seus proprietários, seja utilitário, social ou mágico.

Dessas definições, fica evidenciado que a noção de patrimônio foi modificando ao longo do tempo, acrescentando novos elementos e abandonando outros. Especialmente na segunda metade do século XIX, a ideia de patrimônio se mescla ao processo de formação dos Estados nacionais, servindo como argumento à necessidade de desenvolvimento de uma identidade nacional.

Conquanto seja um conceito de múltiplos sentidos e definições, não foi detalhado nesta pesquisa. Aqui se pretendeu abordar o patrimônio apenas no seu aspecto cultural; e, nesse viés, já se revela uma perspectiva de permanência das coisas, de resguardar algo significativo no campo das identidades socioculturais, em relação ao que Poulot (1997, *apud* Ferreira 2006, p. 79) aponta que “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais”.

Mais tarde, o seu entendimento atingiu a esfera coletiva e essa mudança do caráter individual-coletivo ocorreu por alterações na sociedade moderna, com a ideia de Estado-nação.

Trata-se de uma proposta de “inventar cidadãos”, com a mesma língua, mesma origem, mesmo território e mesma cultura (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Como defendem os mesmos autores, pela implantação dos Estados nacionais surgiram dois sistemas jurídicos: de tradição latina, amparada pelo direito romano; e de tradição britânica (*common law*). A origem da legislação brasileira esteve amparada na primeira, que em essência limita o direito de propriedade privada em benefício do patrimônio nacional. Nesse ínterim, o patrimônio foi entendido como bem concreto e objeto de valor à nação, como assevera Poulot (2012, p. 29): “Convém apreender a história dos patrimônios como conjuntos materiais e, de modo indissolúvel, como saberes, valores e regimes do sentido”. A partir desse entendimento, criaram-se instituições (museus, serviços de proteção), legislação e cartas patrimoniais.

Assim, há de se lembrar do caráter eletivo do que é representativo, que envolve um jogo de escolhas, narrativas e conflitos, porque como aponta Machado (2013), a cultura de gerações anteriores passa por juízo de valor das gerações atuais do que conservar, modificar ou demolir. Portanto tratar o que é importante ao outro, ao entendimento de outras culturas e para o universo mental e social de outros grupos, é complexo, pois, segundo Gonçalves (2009), além de diferenciar coletividades, o patrimônio em suas várias representações aparenta mostrar-se uma forma de autoconsciência cultural, mais que nos desvelam os debates políticos e ideológicos.

Outro aspecto importante é que, segundo Ferreira (2006), identidade e tempo parecem operar juntos no reconhecimento de algo como patrimônio. Mas, se o patrimônio é um vetor do tempo, também é portador de vivências (SIBONY, 1998). Assim, não é possível tratar desse decurso como passado fixado, mas como presente e futuro de um tempo vivido e ressignificado.

Quanto ao conceito de patrimônio cultural, a **Constituição Federal de 1988** foi importante para definir as bases legais, visto que, em seu art. 20 considera bens da União “cavidades naturais subterrâneas e sítios arqueológicos e pré-históricos”; no art. 23 declara “competência da União, estados, Distrito Federal e municípios proteger os bens de valor histórico, cultural, monumentos e sítios arqueológicos”; no art. 215 trata exclusivamente da cultura e no art. 216 define o que constitui o patrimônio cultural brasileiro, como segue:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (gn)

O texto legal adota, como visto, uma definição abrangente de patrimônio cultural, a partir da qual Fiorillo (2013, p.52) complementa ao afirmar que “o bem que compõe o chamado patrimônio cultural traduz a história de um povo, a sua formação, a sua cultura e, portanto, os próprios elementos identificadores de sua cidadania, que constitui fundamental norteador da República Federativa do Brasil”. O patrimônio cultural, então, é entendido como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” no conceito previsto no art. 216 da Constituição Federal do Brasil, que compreende as manifestações sociais dentro de um contexto histórico, as quais representam uma herança que deve ser preservada para a geração atual e para a futura. Conforme Salcedo (2008, p. 154), a preservação dessa herança “permite à ciência a realização de pesquisas sobre as formações físicas e biológicas, necessárias para a história, a ciência, bem como a preservação do meio ambiente”. Sendo assim, não é exagero acompanhar as palavras de Rangel (2015, p. 4), que afirma que “a proteção do patrimônio cultural se revela como instrumento robusto de sobrevivência da própria sociedade”.

No que tange ao patrimônio arqueológico tem-se que é qualquer vestígio material que testemunhe a presença humana em certo espaço geográfico, servindo de referência ao resgate da memória e da identidade de culturas pretéritas que podem se ligar-se ao presente. Meneses (1984, p. 34) sugere valorizar e resgatar a memória e a identidade, pois “é preciso compreender o passado como a força que nos trouxe ao presente e sem a qual não há futuro, pois pelo passado é possível perceber o fenômeno da mudança, ponto de referência que impede a solidão da existência, que só percebe o presente”. Para o autor, memória é instrumento de identidade, conservação e desenvolvimento, tornando legível o fluxo dos acontecimentos.

Dessa forma, a arqueologia e o patrimônio arqueológico, remetem-nos a esse resgate cultural, por meio do qual o conhecimento advindo das pesquisas nos permite “encontrar” a memória da identidade cultural num certo momento histórico. Em menção à memória cultural “fica estabelecido que patrimônio arqueológico é todo produto material que faça alusão à memória humana; esteja em superfície, no subsolo ou sob as águas” (COSTA, 2004, p. 346). Esse autor deixa evidente a relação com a memória da humanidade e em associação à identidade cultural. Outro conceito difundido de patrimônio arqueológico está presente no art. 1.º da Carta

de Lausanne, de 1990⁶. É na convergência de memória e identidade cultural que o patrimônio arqueológico se situa e deve ser protegido. Segundo as autoras Montalvão e Gonçalves (2016, p.30):

A Carta de Lausanne também destaca a necessidade de manutenção, conservação e gestão em longo prazo, pois o resgate irá violar os princípios da Preservação do Patrimônio se submeter os bens aos riscos durante o procedimento ou ao abandono após a escavação. Justamente por isso, a Carta reconhece que a Preservação deve ocorrer de “forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados”.

Evidenciada essa questão da preservação do patrimônio, é válido salientar que, no período democrático até 1964, em data bem anterior à Carta de Lausanne, foi aprovada a única lei de proteção ao patrimônio arqueológico – Lei 3.924/1961, que dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos, tendo a preocupação de preservar os sítios arqueológicos e visando mitigar a destruição do patrimônio histórico pelo crescimento urbano desordenado das grandes cidades. A Lei instituiu que “todos os tipos de vestígios arqueológicos (...) que contenham informações e testemunhos de culturas passadas sejam consideradas patrimônios, cabendo ao Poder público guardar e proteger monumentos arqueológicos ou pré-históricos no território nacional” (LIMA, MORAES, 2010, p. 98). Cabe refletir, então, como as políticas culturais têm contribuído para a proteção do patrimônio arqueológico.

A partir desse ponto, abordaremos o arcabouço legal que versa sobre patrimônio e patrimônio arqueológico. O quadro abaixo (Quadro 2), torna possível vislumbrar um panorama mais amplo da legislação acerca do patrimônio arqueológico:

Quadro 2. Aspectos legais de proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Legislação	Resumo
Decreto-Lei n.º 25 de 30/11/ 1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Destaque aos artigos 1.º, 4.º e 25.º - definem o que constitui patrimônio histórico e artístico nacional e dá atribuições ao SPHAN.
Recomendação de Nova Délhi, 1956	Elenca os princípios internacionais a serem aplicados em pesquisa arqueológica e prevê a cooperação internacional para estudo e preservação de vestígios arqueológicos.
Lei Federal n.º 3.924 de 26/07/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Indica que material arqueológico no território nacional fica sob guarda e proteção do Poder Público e dá outras providências.
Carta de Veneza, 1964	Dispõe sobre princípios que versam sobre conservação e preservação do patrimônio, notadamente os monumentos.
Carta de Burra, 1980	Traz definições acerca dos termos <i>bem</i> , <i>conservação</i> , <i>preservação</i> , <i>restauração</i> , <i>reconstrução</i> e <i>outros</i> .

⁶ O “patrimônio arqueológico” compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando que sejam estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como material associado. (Art. 1.º da Carta de Lausanne, 1990)

Lei n.º 6.938, de 31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e seus mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. O artigo 8.º, no seu inciso II, destaca a necessidade de estudos de impacto ambiental.
Lei Federal n.º 7.347, de 24/07/1985	Disciplina ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao ambiente, a bens e a direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências. O artigo 4.º destaca qual possível ação cautelar, a fim de evitar danos ao patrimônio, inclusive de valor histórico.
Resolução Conama n.º 001 de 23/01/1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Observa-se nos artigos 1.º, 2.º e 6.º a definição de impacto ambiental e estabelece os casos aplicáveis, forma e responsabilidades do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental – (EIA-RIMA).
Constituição Federal de 1988	Destaque aos artigos 20.º, 23.º, 215.º e 216.º, que tratam dos bens pertencentes à União, falam acerca de cultura e delimitam o que é patrimônio cultural.
Portaria IPHAN n.º 07, de 01/12/1988	Estabelece procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações. Regulamenta os pedidos de pesquisa arqueológica e guarda de materiais.
Portaria Interministerial n.º 69, de 23/01/1989	No artigo 1º aprova normas sobre pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, interesse histórico ou arqueológico, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.
Carta de Lausanne – 1990	Carta de proteção e gestão do patrimônio arqueológico. Conceitua patrimônio arqueológico e dispõe as diretrizes para intervenções no sítio arqueológico diante das degradações.
Resolução Conama n.º 237, de 19/12/1997	Dispõe sobre a revisão e a complementação de procedimentos e critérios ao licenciamento ambiental. Revisa os procedimentos necessários à concessão de Licenciamento Ambiental.
Lei Federal n.º 9.605, de 12/02/1998 (Lei de Crimes Ambientais)	Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Destaque aos artigos 62.º, 63.º e 64.º, que definem os crimes contra o Ordenamento Urbano e Patrimônio Cultural.
Portaria IPHAN n.º 230, de 17/12/2002 (REVOGADA PELA IN 001/2015)	A Portaria 230/02 compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia. Estabelece procedimentos necessários para obter licenças ambientais, em urgência ou não, referentes à apreciação e ao acompanhamento de pesquisas arqueológicas no País.
Decreto n.º 5.520, de 24/08/2005	Institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e composição e funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura.
Lei n.º 11.906, de 20/01/2009	Cria o Instituto Brasileiro de Museus.
Lei Federal n.º 11.904, de 14/01/2009	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Art. 1.º, 23.º e 46.º caracterizam as instituições museológicas e destacam o seu papel de guarda dos acervos sob sua custódia.
Portaria Interministerial n.º 419 de, 26/10/2011	Regulamenta a atuação dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental. Artigos 1.º e 2.º - regulamentam a atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Fundação Cultural Palmares – FCP, do IPHAN e do Ministério da Saúde, incumbidos da elaboração de parecer em processo de licenciamento ambiental de competência federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Lei n.º 12.840, de 09/07/2013	Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
Resolução IBRAM n.º 1, de 31/07/2014	Normatiza inventário nacional dos bens culturais musealizados.
Instrução Normativa n.º 001, de 25/03/2015	Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental.
Portaria IPHAN n.º 137, de 28/04/2016	Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e Casas do Patrimônio. Assinala-se o artigo 2.º que define Educação Patrimonial como processos educativos que têm como foco o patrimônio cultural, sendo usado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais.
Portaria IPHAN n.º 160, de 11/05/2016	Dispõe sobre instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN. O inventário cultural serve de instrumento para propiciar ao Estado e à sociedade o conhecimento e a visibilidade da diversidade cultural brasileira.
Portaria IPHAN n.º 195, de 18/05/2016	Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional. Seu Art. 1.º aprova o termo de referência disciplinar dos Procedimentos para Solicitação de Movimentação de Bens Arqueológicos em Território Nacional.
Portaria IPHAN n.º 196, de 18/05/2016	Dispõe sobre conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. O art. 1.º disciplina procedimentos adotados pelo IPHAN, pesquisadores, Instituição de Guarda e Pesquisa e demais agentes envolvidos na gestão dos bens móveis arqueológicos.
Portaria IPHAN n.º 197, de 18/05/2016	Dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior. O art. 1.º aprova o termo de referência disciplinar dos Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior.
Portaria IPHAN n.º 366, de 04/09/ 2018	Dispõe sobre diretrizes a serem observadas para projetos de prevenção e combate ao incêndio e pânico em bens edificados tombados.
Portaria IPHAN n.º 375, de 19/09/2018	Institui a Política de Patrimônio Cultural Material e dá outras providências. Destaque aos artigos 12.º, 41.º, 58.º, 73.º, 76.º, 78.º e 105.º
Portaria IPHAN n.º 316, de 04/11/2019	Estabelece procedimentos para identificação e reconhecimento de sítios arqueológicos pelo IPHAN.
Resolução IBRAM n.º 2, de 19/10/2020	Dispõe procedimentos técnicos e administrativos para elaboração, implementação e avaliação dos planos de gestão de riscos ao patrimônio musealizado, no âmbito de unidades museológicas administradas pelo IBRAM.
Portaria IBRAM n.º 265, de 23/03/2021	Dispõe sobre a instituição do Programa Acervo em Rede no âmbito do IBRAM, e dá outras providências.
Resolução IBRAM n.º 3, de 28/07/2021	Dispõe sobre a formalização do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.

Fonte: Dados compilados pela autora da pesquisa, 2021.

No Brasil, o marco inicial da proteção ao patrimônio arqueológico ocorreu em 1937, quando foi instituído o **Decreto-lei n.º 25/1937**, para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo um instrumento usado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão criado em 1936 e cujas ações eram focadas na

preservação de bens móveis e imóveis, permitindo uma mudança na concepção de patrimônio, em que a utilização do monumento para representação do passado é mais importante que a celebração do presente. A criação do SPHAN iniciou um movimento de busca por uma identidade nacional que pudesse exprimir, por meio da cultura, os valores e as aspirações da população brasileira. (JULIÃO, 2006).

Outros instrumentos de mobilização frente à preservação do patrimônio cultural e que serviram de incentivos às legislações nacionais foram as cartas patrimoniais. A **Recomendação de Nova Delhi, de 1956**, valoriza a arqueologia e a pesquisa arqueológica, indicando os princípios que regem a pesquisa e a cooperação internacional, prevê direitos e deveres de pesquisadores, e aborda, ainda, a repressão à clandestinidade e a preservação de vestígios. A **Carta de Veneza**, de 1964, discursa sobre a questão da valorização do patrimônio cultural, introduzindo a noção de preservação e de conservação de monumentos. A **Carta de Burra**, de 1980, elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICMOS, trouxe uma série de definições acerca de temas importantes como preservação, conservação, manutenção e conservação. Esta Carta tem passado por atualizações desde então, que buscaram espelhar avanços na prática da conservação, bem como “o reconhecimento dos aspectos menos tangíveis com significado cultural” (Carta de Burra – Revisão 1999), incluindo aqueles que respeitam o uso dos sítios patrimoniais, as associações com um sítio e os significados que os sítios têm para as pessoas.

Representando um avanço na proteção do patrimônio cultural, a **Lei n.º 3.924/1961** trouxe à guarda e à proteção do poder público os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza, criminalizando, inclusive, os atos de destruição ou de mutilação desses bens patrimoniais. Tanto o Decreto-lei n.º 25/1937 quanto a Lei n.º 3.924//61 mostram que, além dos conceitos, é preciso tratar dos aspectos legais do patrimônio cultural. Assim, foi elaborada uma base legal para amparar todo o processo que envolvesse o patrimônio, e, portanto, como esta pesquisa esteve voltada ao âmbito da preservação e da guarda de acervos arqueológicos, não basta refletir sobre a sociedade, seus atores e suas organizações, mas é mister ponderar as políticas públicas que visam à sua gestão e contextualizá-las no universo de uma instituição de guarda.

Lembra-se que, no contexto legal brasileiro, todos os objetos e sítios arqueológicos são patrimônio da União, cabendo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal, agora vinculada ao Ministério do Turismo, responsabilidade, controle e regulamentação das pesquisas, normatização da gestão dos acervos e promoção dos bens culturais nacionais. Causa impacto sobre essa missão a diversidade do patrimônio cultural

do País, a sua dimensão territorial, as demandas sociais, a escassez de recursos e os “jogos” de interesse político, que têm imposto desafios ao órgão e às disposições legais de proteção.

Na década de 80, destacamos a **Lei n.º 6.938/81**, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, tendo um de seus instrumentos o licenciamento ambiental, e que incluiu a necessidade de estudos às atividades impactantes ao patrimônio arqueológico. Essa lei surgiu pelo aumento da poluição e da degradação ambiental, devido ao crescimento urbano e ao modelo de desenvolvimento econômico, pois as preocupações com o ambiente e o momento político da época inspiraram a criação de instrumentos para orientar a ação do Estado a disciplinar o uso dos recursos naturais. Para Almeida (2002, p. 22) essa lei:

[...] instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente e introduziu uma nova figura jurídica, a dos *recursos ambientais*, que definiu como “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera”.

Depois, a **Lei n.º 7.347/85** veio disciplinar ações de responsabilidade por danos ambientais, incluindo os bens de valor histórico e a **Resolução 01/86** do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) dispôs sobre critérios para os estudos de avaliação de impacto ambiental, com destaque ao art. 6.º por incorporar no meio socioeconômico sítios, monumentos arqueológicos, históricos e culturais.

Assim, por efeito das normativas associadas aos estudos ambientais foi estabelecida a Portaria **IPHAN 07/1988**, pela necessidade de regulamentar pedidos de permissão, autorização e comunicação prévia de pesquisas de campo e escavações arqueológicas a fim de resguardar os objetos de valor científico e cultural. E, logo a seguir, instituiu-se a **Portaria Interministerial 69/1989**, voltada à normatização das pesquisas de bens de valor artístico, interesse histórico ou arqueológico submersos em água sob jurisdição nacional. Enfim, os anos de 1980 foram de avanços no que tange aos instrumentos normativos de proteção ao patrimônio arqueológico.

Na década seguinte, como explicam Funari e Pelegrini (2009), houve revisões teóricas no campo da preservação dos bens culturais para superar práticas quase exclusivamente voltadas aos conjuntos arquitetônicos. Embora em progressão às bases legais, a intervenção nos conjuntos históricos ainda excluía os seus agentes sociais, mantinha foco na “indústria cultural” e estava pouco atenta à perspectiva de bens culturais como memória social e histórica. Apenas o **Decreto n.º 3.551/2000**, pelo registro da cultura imaterial, mudou esse cenário. Nesse decênio, destaca-se ainda a **Resolução Conama n.º 237/1997**, com a revisão dos procedimentos

do licenciamento ambiental e a **Lei n.º 9.605/1998** (Lei de Crimes Ambientais), incluindo sanções penais e administrativas contra o ordenamento urbano e o dano ao patrimônio cultural.

No século XXI (início dos anos 2000), a **Portaria IPHAN n.º 230/2002** foi um dos ordenamentos jurídicos significativos para a arqueologia, pois compatibilizou as fases de obtenção de licenças ambientais dos estudos preventivos de arqueologia, perdurando por 13 anos, até a revogação pela **Instrução Normativa n.º 001/2015**; esta, por sua vez, com momentos de conflitos de narrativas para sua elaboração, mas que não serão tratados nesta pesquisa.

Além dessas, destaca-se a **Lei n.º 11.906/2009** criando o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); e, para a gestão de acervos, ênfase à **Resolução IBRAM n.º 01/2014** que normatiza o inventário nacional dos bens culturais musealizados. Somente em 2016 foram criadas quatro portarias IPHAN voltadas à gestão de acervo: **Portaria n.º 160/2016**, **Portaria n.º 195/2016**, **Portaria n.º 196/2016** e **Portaria n.º 197/2016**, também objetos de debates, pela multiplicidade e especificidades das instituições de guarda e pesquisa, como têm evidenciado os recentes fóruns de acervos arqueológicos: Ouro Preto-2017; Rio de Janeiro-2018; Belo Horizonte-2019 e ambiente virtual-2021.

Por sua vez, em 2018, dois dias após o incêndio que vitimou o Museu Nacional, foi publicada pelo IPHAN a **Portaria n.º 366/2018**, cujo objetivo era oferecer os parâmetros mínimos para a elaboração de planos de combate a incêndio em edifícios tombados. Isso porque as características dos prédios e dos acervos oferecem obstáculo à implantação padrão adotada pelo corpo de bombeiros. A impossibilidade de uso de extintores ou água sem danificar os acervos provocou a definição de medidas alternativas que pudessem mitigar o risco aos artefatos e à vida humana. Nesse sentido, a Portaria oferece um instrumento importante para gestores e autoridades quanto às suas responsabilidades na preservação dos bens sob seus cuidados.

No mesmo ano, foi publicada a **Portaria n.º 375/2018**, tendo como escopo o patrimônio cultural material, instituindo uma Política de Patrimônio Cultural Material, que, ao definir uma série de princípios aplicáveis, exerce papel orientador, estratégico e operacional, facilitando a articulação institucional entre os vários níveis de governo e sociedade. Nesse sentido, o reconhecimento dos sítios arqueológicos e a sua delimitação, visando a sua preservação, foram disciplinados por meio da **Portaria IPHAN n.º 316/2019**.

Em 2020, o Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM publicou a **Resolução n.º 002/2020**, a qual definiu procedimentos técnicos e administrativos, dentro do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, visando identificar as vulnerabilidades a que os

acervos e instituições estavam submetidos de forma a possibilitar a tomada de medidas que pudessem eliminar ou mitigar os riscos a níveis controláveis. Para tanto, a análise do contexto de cada instituição assume importante fator de sucesso para o diagnóstico e a tomada de decisão. Vale informar que a formalização do Programa de Gestão de Riscos do Patrimônio Musealizado Brasileiro foi realizada por meio da **Resolução IBRAM n.º. 003/2021**.

É sabido que uma instituição é mais do que um local que serve de guarda para acervos culturais; é sobretudo local de produção de conhecimento. Nesse sentido, ao emitir a **Resolução n.º 265/2021**, o IBRAM, ao mesmo tempo que oferece uma resposta ao período de isolamento social que atravessamos, amplia as possibilidades de alcance das atividades museais ao instituir o Programa Acervo em Rede, reconhecendo a importância de usar os recursos tecnológicos à disposição, sobretudo os sistemas informatizados, como forma de democratizar o acesso às coleções musealizadas. Dessa forma, o resultado esperado é contribuir com o desenvolvimento das instituições museológicas a partir do incentivo ao estabelecimento de programas que visem à sustentabilidade do patrimônio museológico nacional.

Assim, a partir do rastreo histórico da legislação que permeou a questão do patrimônio cultural e arqueológico no Brasil, percebemos uma evolução ao longo das décadas- embora por vezes impulsionada pela tragédia – que busca fornecer as ferramentas formais em direção à preservação, à conservação e à sustentabilidade. É notório, por outro lado, que a ausência de recursos e de vontade política de valorizar a questão cultural representa um desafio que não apenas atrasa conquistas nesse campo, impõe derrotas e faz refletir quanto ao futuro da cultura no Brasil.

2.3 A temática da sustentabilidade na conservação do patrimônio cultural musealizado

A percepção crescente, na segunda metade do século XX, de que uma crise ambiental global estava em curso impulsionou os debates sobre a problemática do uso excessivo dos recursos naturais e suas consequências. As reuniões ocorridas em Estocolmo em 1972 e no Rio de Janeiro em 1992 evidenciaram que o uso sustentável dos recursos da natureza não abrange apenas questões ambientais, uma vez que o modo de produção e de consumo e as desigualdades sociais pressionam igualmente os níveis de agressão ao meio ambiente.

As dimensões da sustentabilidade – ambiental, econômica e social – são ampliadas por Sachs (2002), que elenca oito modelos de sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, políticas nacionais e políticas internacionais, acreditando que o desenvolvimento sustentável só se torna exequível ao conciliar esses modelos. Não obstante

a possibilidade de incluir novas perspectivas, falar de sustentabilidade é ultrapassar a esfera ambiental, pois as transformações da realidade também são buscadas principalmente pelo viés social, econômico e cultural. Assim, desenvolvimento sustentável não é objetivo; antes disso é processo que implica mudanças nas esferas que compõem as dimensões da sustentabilidade.

Isto posto, pela amplitude desse conceito, a cultura se integra a esta temática, pois os valores culturais permeiam as relações humanas com o meio ambiente. Além do mais, é incoerente pensar em sustentabilidade sem um cuidado com a herança cultural dos povos. Como defendido por Silva (2011), a sustentabilidade cultural está associada ao respeito às diferentes culturas e às suas contribuições para os modelos de desenvolvimento específicos de cada ecossistema, cada cultura, cada local.

Especificamente para um museu, as dimensões da sustentabilidade devem ser analisadas conforme suas especificidades. No que tange à sustentabilidade ambiental, por exemplo, um museu não desenvolve atividade econômica a partir da exploração direta do meio ambiente, razão pela qual este não é um fator de continuidade da atividade museológica. Por outro lado, um museu causa degradação ambiental no uso de energia e no consumo de materiais inerentes às suas atividades-fim e meio.

No caso da dimensão econômica da sustentabilidade, a instituição museológica não sobrevive e tampouco consegue desempenhar sua missão sem os recursos necessários à sua manutenção; e, como maior parte dos museus é de natureza pública, os recursos são limitados. Nesse ponto, a busca por outras fontes de recursos, de forma direta, pelo incremento de capital, ou indireta, que podem ocorrer de forma direta, pelo incremento de capital, ou de forma indireta, pela redução de custos, pode auxiliar a instituição a trilhar esse caminho. Para Lima e Barreto (2020, p. 45) opinam que:

(...) instituições de ensino e pesquisa brasileiros têm em comum o enfrentamento de um longo processo de desmonte e sucateamento, deliberadamente acentuado nos tempos atuais. A desestruturação dessas instituições evidencia a atual política de governo que visa criar uma espécie de ‘anti-memória’ (ou uma memória enviesada) para o povo brasileiro.

Ademais, as instituições museais estão no meio de um conflito em que, de um lado, está o desenvolvimento econômico, voltado para a produção e o consumo; e do outro, a preservação e o bem-estar social. Nesse ambiente, torna-se necessário fomentar um conceito de desenvolvimento voltado para o aumento da qualidade de instituições e para os indivíduos, substituindo o “mais” pelo “melhor”, ou seja, direcionar os esforços de gestão rumo à sustentabilidade.

Movido por essa necessidade de integrar as várias dimensões da sustentabilidade na gestão museológica, em 2015, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) promoveu a 13.^a Semana de Museus com a temática *Museus para uma sociedade sustentável*. Esse evento é realizado anualmente, para celebrar o dia 18 de maio – Dia Internacional de Museus. São diversas atividades, tais como palestras, exposições, oficinas, minicursos, ações educativas, exibições de filmes e espetáculos teatrais. Verifica-se, portanto, que a dinâmica social contemporânea impõe que as organizações atualizem sua forma de atuação; e com as instituições museológicas não é diferente, o que já foi posto pelo Conselho Internacional de Museus, como indicam Aureliano *et al.*, (2016, p. 3726):

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) vem atualizando as atribuições do que vem a ser considerado o espaço museal. Foi somente na década de 1970, paralelo ao aquecimento das discussões e movimentos ambientalistas, que a organização passou a tratar, também, o ambiente vivido como objeto de seu estudo. Assim fazendo, foram alargados os conceitos de patrimônio, ganhando instituição museal a definição mais recente segundo o ICOM (2007): O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do *seu meio*, com fins de estudo, educação e deleite.

Para Zanirato (2016), a sustentabilidade na conservação do patrimônio requer estes entendimentos: de que o patrimônio é uma criação social; o de permitir compreender que os elementos em riscos de desaparecer podem e devem ser conservados por inúmeros fatores; de que a participação social atua na seleção e na gestão do bem protegido; de viabilizar reconhecer inúmeras possibilidades de utilizar um objeto ou lugar patrimonializado e o de desvincular o patrimônio da condição de mercadoria. A autora defende que é preciso caminhar para uma visão holística que não separe natureza e sociedade, pois a proteção deve ocorrer pela dimensão social e intangível dos elementos; pelos seus múltiplos valores; pelos efeitos sociais consubstanciais ao processo de desaparecimento dos bens; e pelas possibilidades de deter o ritmo de transformações sociais. Isso requer reconhecer a participação social que legitima ações em prol da conservação integrada, que articule políticas de proteção do patrimônio com as políticas ambiental, econômica e social, para viabilizar e garantir sua conservação.

Assim, o papel do museu frente à sustentabilidade é ir além da preservação e da conservação do seu acervo por servir de farol para ações institucionais voltadas para a educação ambiental. Nesse sentido, Saladino (2015) afirma que, para ser coerente com sua missão, o museu precisa ser sustentável e tornar-se lugar de debates sobre o uso racional dos recursos naturais e o consumo consciente. Por sua vez, de acordo com Stabile *et al.* (2020), no Brasil, as coleções museológicas estão constantemente ameaçadas, pois há poucas instituições com recursos financeiros suficientes. Mendes (2019) vai ao encontro dessa ideia ao afirmar que

“uma das alternativas para que as instituições museológicas contribuam para a sustentabilidade ambiental e econômica é utilizarem dos meios técnicos disponíveis para atingir níveis importantes de eficiência energética e uso de fontes de energias limpas e renováveis”.

Do ponto de vista sociocultural, tradicionalmente, os museus são as instituições a quem é designada a missão de atuar na salvaguarda do patrimônio cultural, todavia novos esforços têm surgido para reafirmar que o papel do museu é mais que preservar acervos, pois deve ser um espaço multicultural de gestão compartilhada, troca de experiência e conhecimento a serviço da sociedade, além de fonte identitária num contexto globalizado.

É relevante pontuar que a preservação do patrimônio cultural, em que se inserem os bens arqueológicos, é parte de um sistema complexo de gerenciamento. Para Gonçalves e Souza (2014), a ciência da sustentabilidade é uma temática contemporânea que se articula a esse campo de conhecimento, pois, dos vários instrumentos de gestão das coleções museológicas, os subcampos de conservação preventiva, gerenciamento de riscos e gerenciamento ambiental se alinham à ciência da conservação. Os mesmos autores (2014) lembram o seminário do ICCROM, realizado em Bolonha na Itália, em 1999, onde se concluiu em documento que não é possível pensar em conservação sem a sustentação das ciências naturais, pois há necessidade de compreender as propriedades dos materiais e o macro e microambiente que incidem no estado de preservação, além dos processos de deterioração. Souza (2008) entende que é imprescindível conservar para não restaurar, e isso é possível conhecendo a vulnerabilidade do material à degradação, por meio de processos de envelhecimento e a compreensão da realidade ambiental brasileira, com sua variedade climática, e entre outros aspectos.

Ao mesmo tempo, Gonçalves e Souza (2014) destacam que um gerenciamento ambiental estratégico compõe uma estrutura bem mais abrangente do que simplesmente monitorar e controlar climas internos, pois é preciso privilegiar um trabalho em equipe e formar redes de colaboração entre instituições e profissionais. Para os autores, dentre alguns princípios de sustentabilidade aplicáveis aos museus, destaca-se a utilização de arquitetura bioclimática; a gestão eficiente de recursos (água, energia, resíduos); uso de materiais locais; a minimização do uso de sistemas ativos e planejamento de seus custos.

Sendo assim, as instituições devem buscar alternativas ecologicamente viáveis visando reduzir eventuais impactos negativos de suas atividades, como lembram Aureliano *et al.* (2016), ao informar que o consumo de energia, água e produção de resíduos são itens relevantes, e, para um melhor desempenho, podem-se buscar ainda alternativas arquitetônicas e tecnológicas. Nesse debate, Henry (2007) entende que, se os museus buscam prolongar a existência material e também a significância imaterial dos bens culturais, ao mesmo tempo, utilizam sistemas ativos

com alto consumo de energia para o controle das condições ambientais, o que, de certo modo, contribui para o aquecimento global. Outro aspecto da dimensão ambiental nos museus é a seleção de temáticas expositivas que reforcem uma educação ambiental voltada ao uso equilibrado dos elementos naturais.

Refletindo o compromisso dos museus com a sustentabilidade, Muniz e Saladino (2021) abordam a função educativa desses espaços e discutem medidas de mitigação e/ou de contenção de danos, para se integrarem aos objetivos da Agenda 2030, visualizados na Figura 1.

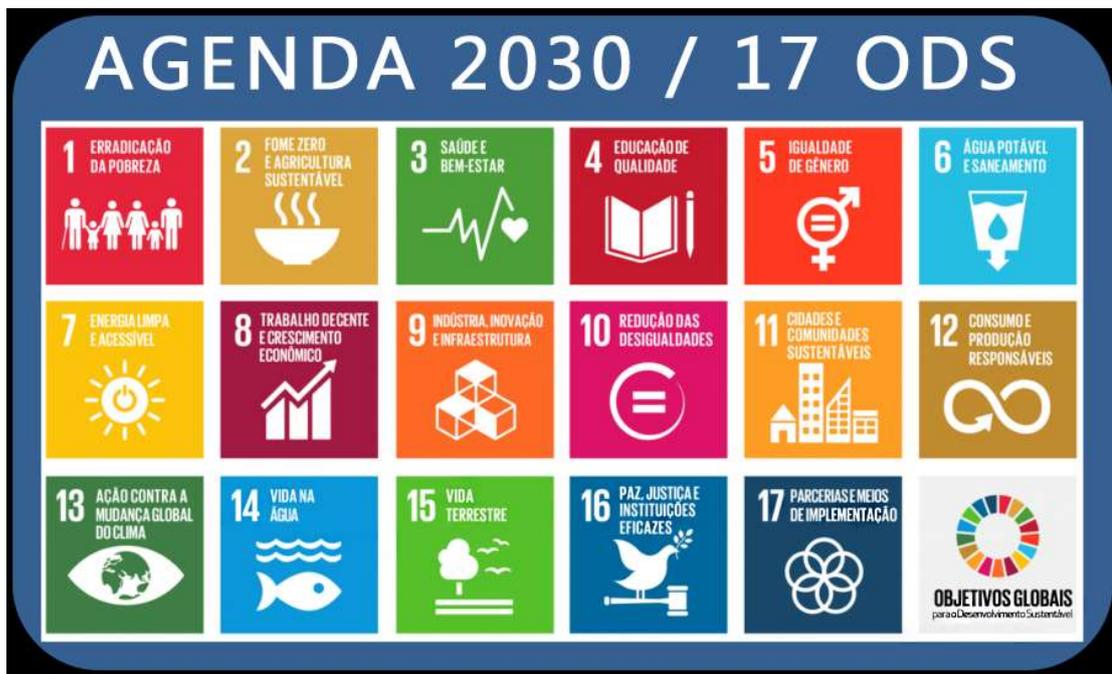


Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS

Fonte: <https://www.ppgaquicultura.furg.br/agenda-2030>. Acesso em: 03 ago.2021

A Agenda 2030 nasceu de um acordo realizado por representantes dos 193 Estados-membros da ONU, visando o compromisso com medidas transformadoras para um mundo mais sustentável. Para tanto, propõe ações dos diversos atores da sociedade – governos, instituições, empresas e sociedade em geral – visando superar os desafios impostos pela vida moderna.

Muniz e Saladino (2021) destacam programas socioambientais na estrutura dos planos museológicos, em vista de uma perspectiva de patrimônio integral. “Compreendemos que as políticas públicas e as ações educativas museais de caráter socioambiental podem justificar-se e apoiar-se, numa dimensão jurídico-legal, na articulação entre a Lei nº. 11.904/09 e os objetivos de desenvolvimento da Agenda 2030” (MUNIZ e SALADINO, 2021). Para os autores, não é importante só o aspecto jurídico-legal, mas também a definição de prioridades no planejamento estratégico das entidades, dirigidas para a mudança de padrões de comportamento

institucional, ou seja, é preciso novas práticas e protocolos nas rotinas das equipes, capazes de fortalecer a perspectiva socioambiental, porque uma instituição engajada pode ser catalisadora de mudanças de comportamentos. E os museus podem contribuir com os seguintes objetivos da Agenda 2030, conforme exposto no Quadro 3:

Quadro 3. Contribuições dos museus frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

ODS	AÇÃO	CONTRIBUIÇÃO DOS MUSEUS
4	Educação de qualidade	Ao exercer seu papel multiplicador de conhecimento, servindo de lugar de reflexão e estimulando a mudança de padrões e comportamentos ambientalmente degradantes.
6	Água potável e saneamento	Ao utilizar racionalmente o recurso hídrico a seu dispor.
7	Energia limpa e acessível	Ao visitar padrões e utilizar equipamentos mais econômicos. Consumo eficiente de energia
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Resultado da influência positiva na comunidade, a partir da difusão do conhecimento.
12	Consumo e produção responsáveis	Da racionalização do uso de materiais e pelo estímulo à reciclagem.
13	Ação contra mudança global do clima	A partir da alteração de padrões de consumo e pelo uso de equipamentos ambientalmente mais eficientes.
14	Vida na água	Pela redução na geração de resíduos e pela destinação correta do lixo.
15	Vida terrestre	Uso racional dos materiais como madeira, plásticos e papéis.

Fonte: Webinário “Museus e Sustentabilidade Ambiental”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3PdUKE8_Ync. Acesso em: 10 out. 2021.
Adaptado pela autora, 2021.

Pelo exposto, pode-se inferir que deve ser perseguido o equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico e sociocultural no museu, de forma que possa ser reafirmado o seu papel de fonte de conhecimento e cultura, lugar de diálogo e de convivência multicultural e intercultural face à rica troca de experiências que a intersecção entre culturas provoca, sem perder de vista o seu compromisso com a sustentabilidade e o meio ambiente.

3. O MUSEU AMAZÔNICO ENQUANTO INSTITUIÇÃO DE GUARDA E PESQUISA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Neste capítulo, tecemos considerações sobre o contexto histórico do Museu Amazônico, sua organização administrativa, o seu acervo salvaguardado no prédio histórico, as atuações das Divisões, breve resumo das atividades do Museu frente à pandemia e considerações históricas sobre a Divisão de Arqueologia, bem como a importância das suas coleções para a sociedade.

Por serem lugares de riqueza cultural, os museus servem como promotores de reflexões sobre os mais diversos assuntos, inclusive de interesse para a sociedade atual, que se baseiam em imagens para representar e entender momentos vividos pelos mais diversos grupos sociais. Os museus são fontes de cultura, capazes de fomentar o conhecimento e fazer nascer um sentimento de identidade e pertencimento que pode potencializar na comunidade a vontade de participar de iniciativas que, ao mesmo tempo que valorizam a identidade cultural, favorecem a convivência multicultural da sociedade atual. Aureliano *et al*, (2016, p. 3727), opinam que:

Além da salvaguarda do patrimônio, as instituições museais representam fonte de identidade – elemento particularmente relevante no contexto globalizado do século XXI – educação e lazer. Suas atividades têm o potencial de encorajar a participação da comunidade em diferentes contextos culturais, estimulando a celebração da diversidade e aceitação das diferenças. A UNESCO, em declaração de 1982, sustenta que é a partir do fortalecimento e entendimento de sua própria cultura que o indivíduo se torna capaz de estabelecer uma relação de respeito e apreço pelas demais.

Uma das formas de os museus estimularem o conhecimento é estabelecendo um contato mais próximo entre a escola, principal entidade de educação formal, e as instituições museais, que são importantes lugares de memória e, portanto, de promoção do conhecimento. Cândido, (2006, p. 31) assim comenta o espaço museal:

Um museu constitui um espaço privilegiado para a produção e reprodução do conhecimento, tendo a cultura material como instrumento de trabalho. Nessa perspectiva, além de suas salas de exposições, é preciso conhecê-lo em seus bastidores, questioná-lo em suas ações diárias, demandando uma postura ética na construção de sua identidade sociocultural.

Nesse raciocínio, é possível compreender que um museu não é um local que serve de depósito de objetos antigos, mas um lugar que reverencia a memória, resgata do esquecimento diversos artefatos que servem de testemunhas da cultura de um povo. No mesmo sentido, manifesta-se Ramos (2001, p. 127) quando afirma que:

O papel do museu não é revelar o implícito, nem o explícito, não é resgatar o submerso, não é dar voz aos excluídos (nem aos incluídos ...), não é oferecer dados ou informações. Em suma, o museu não é um doador de cultura. Sua responsabilidade

social é excitar a reflexão sobre as múltiplas relações entre o presente e o passado, por meio de objetos no espaço expositivo.

Os objetos de um museu possuem significado diferenciado para cada visitante, porém possuem um sentido maior que é fazer “mediação entre passado e presente, entre material e imaterial, entre alma e corpo, condição e efeito de determinada modalidade de autoconsciência” (LIPPI, 2008, p. 135).

Outra função do museu é destacada por Julião (2006, p. 96). Ao afirmar que:

Não se pode desconhecer a sua função investigativa e a gama de possibilidades de estudos que seus acervos oferecem, em diferentes áreas. Não basta aos museus responsabilizarem-se exclusivamente pela guarda, conservação e exibição de suas coleções, sob pena de transformarem-se em meros depósitos e mostruários de objetos. É fundamental a implementação de um programa de pesquisa institucional permanente, capaz de restituir-lhes o papel de espaço destinado à construção e à disseminação do conhecimento na sociedade. Empreitada que pode assentar tais instituições em bases mais sólidas, capazes de fazer face ao processo, em curso em todo o mundo, de espetacularização do patrimônio cultural e de mistificação do objeto musealizado, que tem reduzido os museus a lugares de turismo e lazer.

No caso de museus universitários, uma característica comum é a diversidade tipológica dos acervos, abrangendo várias áreas do conhecimento e impondo a existência de abordagens multidisciplinares no cuidado e nos processos de manutenção e de extroversão do patrimônio.

3.1 Breves considerações sobre o contexto histórico de criação do Museu Amazônico

As primeiras instituições museológicas no Brasil surgiram no século XIX, destacando-se o Museu Real (atual Museu Nacional), os Museus do Exército, da Marinha, o Paranaense, do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, o paraense Museu Emílio Goeldi e o Museu do Ipiranga.

Em específico no Amazonas, o crescimento de estudos antropológicos e arqueológicos acerca da vida das populações amazônicas, especialmente na segunda metade do século XX, levou à percepção de que a sistematização das informações e produção do conhecimento advindo desse período necessitavam de um órgão de pesquisa e salvaguarda que pudesse fazer ciência sobre documentos, artefatos e outros vestígios de populações pretéritas. Em razão da necessidade de fomentar a pesquisa histórica, geográfica, sociológica e econômica na Região Amazônica, foi criada, em 1979, a Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM, que conseguiu reunir um acervo capaz de permitir pesquisas que abrangem do século XV até o século XIX, especialmente no que tange à colonização da Amazônia. Mas,

com a extinção da CEDEAM em 1987, todo seu acervo documental e bibliográfico foi transferido para a Biblioteca Central da UFAM, que não possuía as condições humanas e estruturais necessárias ao tratamento do acervo, o que colocava a integridade desse material em risco e prejudicava o acesso à documentação. (Catálogo da Exposição Oficina de Memórias, Museu Amazônico, 1998).

Nesse contexto, surgiu a necessidade da criação de uma área que pudesse atender aos requisitos técnicos e humanos que permitissem receber e dar o tratamento ideal ao volume de documentos, de forma a oferecer uma fonte de pesquisa acerca do passado da Amazônia. E o Estatuto da Universidade Federal do Amazonas já previa a existência de órgãos suplementares subordinados diretamente à Reitoria, fato que permitiu a criação do Museu Amazônico.

A história do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas remonta a 1975, quando foi criado por meio do Artigo 8.º do Estatuto da Universidade, que prevê a existência de órgãos suplementares subordinados diretamente à Reitoria. (Boletim Informativo do Museu Amazônico, 1991, p.3).

A missão do Museu Amazônico – MA está fundamentada no tripé acadêmico da universidade pública brasileira: apoiar a pesquisa, o ensino e a extensão sobre a Amazônia, principalmente nas áreas de História, Antropologia e Arqueologia, que constituem o pilar científico do Museu (Relatório de Gestão Consolidado, UFAM 2009-2017, p.375).

Sua implementação ocorreu em dezembro de 1989 quando “abrigou os acervos da extinta CEDEAM e a firma J.G. Araújo & Cia. Ltda., e sua inauguração ocorreu no dia 21 de junho de 1991, com abertura das exposições para o público”. (Catálogo da Exposição Oficina de Memórias, Museu Amazônico, 1998, p. 22). Desde então, o Museu Amazônico passou a desempenhar suas atividades como entidade de pesquisa e guarda de fontes históricas, buscando garantir o resgate e a manutenção da identidade cultural dos povos da Amazônia. Nesse sentido, Brito (2009, p. 114) pontua que:

A função primordial do Museu é resgatar a dívida da ciência com as camadas populares (migrantes nordestinos e estrangeiros), com as sociedades originárias da região (povos indígenas e caboclos), com os trabalhadores extrativistas (jiticultores, seringueiros e outros), que contribuíram para a formação e o desenvolvimento da sociedade regional.

Corroborando Brito, a atuação do Museu Amazônico é externada no seu Plano Museológico, 2020, o qual dispõe que:

O Museu Amazônico tem o compromisso institucional de disponibilizar mecanismos para a realização de pesquisas científicas produzidas na Universidade e de pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa que dialogam com a UFAM. Também tem o compromisso social de abrir as portas da UFAM para os

conhecimentos produzidos por distintos agentes sociais e culturais da região que promovem a interpretação da Amazônia, em diferentes linguagens e epistemologias.

Há, portanto, desde a sua criação, a busca pelo resgate da representatividade da história e da cultura amazônica, em que o desenvolvimento do museu como instrumento e fonte de pesquisa e produção de conhecimento desempenha importante papel social e cultural em relação à sociedade contemporânea ao difundir e transmitir a herança das populações. Padilha (2014, p.17) reforça essa percepção da função social do museu quando assevera que:

O museu possui função social, cultural e de pesquisa. Seu acervo consiste em criações artísticas, bens materiais criados pelas comunidades e/ou em formas de expressões culturais e tradições preservadas por um grupo. A organização estrutural e funcional dessa instituição é baseada em métodos e técnicas específicas, visando à melhor forma de documentar, conservar e divulgar os procedimentos realizados, tendo em vista sua variedade tipológica de acervo.

No exercício da sua função, o Museu Amazônico ocupa um prédio localizado⁷ no centro histórico de Manaus, onde são realizadas as exposições e funciona a área administrativa e as Divisões do Museu (Figuras 2 e 3). É um prédio histórico, de interesse de preservação pelo Decreto n.º 7.176, de 10 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial do Município de 11 de fevereiro de 2004 que classifica o Museu Amazônico como unidade de interesse de preservação que deve conservar suas características mais marcantes da ambiência local. Antes disso, o município de Manaus, por meio da Lei Orgânica do Município de Manaus, artigo 342, determina:

Art. 342. Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei, o centro antigo da cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant.

⁷ Rua Ramos Ferreira, n.º 1036 - Centro



Figura 2: Fachada do Museu Amazônico
Crédito: Thiago Morais, 2020



Figura 3: Entrada do Prédio do Museu
Crédito: Karem Teles, 2021

Recentemente, a Portaria do Ministério do Turismo – Mtur n.º 25 de 20 de julho de 2021, publicada no DOU em 28 de julho de 2021, homologou o tombamento do centro histórico de Manaus, fornecendo ao prédio do Museu Amazônico o *status* de patrimônio tombado. Esse fato impede grandes alterações no prédio e exige que sejam adotadas medidas paliativas para adaptá-lo ao uso a que se destina, o que, por vezes, obsta que intervenções mais agressivas, ainda que necessárias, sejam feitas para melhorar a experiência no museu. Uma delas é a questão da acessibilidade, pois não há rampa de acesso para uso de pessoas com dificuldade de locomoção.

3.2 Dinâmica funcional do Museu Amazônico

O Museu Amazônico, órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas, atua, além da salvaguarda do patrimônio cultural material dos povos da Amazônia, difundindo o conhecimento da região e de suas culturas. Essa missão é árdua, mas facilitada pelo interesse mundial pela Amazônia. Por outro lado, ser um museu universitário, apesar de garantir um certo nível de continuidade, limita o desenvolvimento da Instituição, uma vez que os recursos escassos prejudicam a estrutura material e humana, que se veem despojadas de requisitos importantes para o desempenho eficaz das atividades museológicas.

Em conformidade com a definição de museus prevista na Lei 11.904/2009, que instituiu o Estatuto de Museus, o Museu Amazônico busca com empenho o papel de manter seus acervos sob sua proteção preservados e conservados e ao mesmo tempo divulgar e colaborar na pesquisa sobre esses acervos. Como previsto no artigo 1.º da Lei 11.904/2009:

Art. 1.º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Para guarda desse patrimônio, também se impõe ao museu o cuidado no que tange à guarda e à segurança, pois os museus devem garantir condições de segurança não apenas para os bens patrimoniais sob guarda, mas também para usuários, funcionários e para os locais onde funcionem, como bem observado no artigo 23.º da Lei 11.904/2009:

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Ainda assim, o Museu Amazônico, com o apoio da UFAM e a partir da participação em editais, estabelecimento de parcerias com outras instituições, celebração de convênios, termos de cooperação técnica e doações, procura manter na sua estrutura física condições ideais para conservação de bens sob sua guarda e, para tanto, com a criação do novo regimento interno (Resolução n.º 12/2007), o seu artigo 4.º previu na sua estrutura e na sua ordenação administrativa seis unidades organizacionais, que receberam a denominação de Divisões. São elas: Divisão de Antropologia, Divisão de Arqueologia, Divisão de Difusão Cultural, Divisão de Museologia, Divisão de Paleontologia e Mineração, Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica, conforme organograma abaixo, aprovado por meio da Resolução CONSAD n.º 046/2014:



Figura 4: Organograma do Museu Amazônico, adaptado pelo autor, 2021.
Fonte: Resolução CONSAD n.º. 046/2014.

O Museu Amazônico possui uma biblioteca setorial instalada nas suas dependências, contendo acervo temático e especializado sobre a Amazônia e é composto por folhetos, livros, dicionários, periódicos, enciclopédias, manuais, teses, dissertações e outros. Para mais, algumas salas do antigo prédio da Faculdade de farmácia da UFAM onde funciona um laboratório de arquivo, sob responsabilidade da Divisão de Documentação e Pesquisa Histórica. Nessas salas, estão armazenadas o acervo da Faculdade de Direito.

No que tange às competências das Divisões do Museu Amazônico, pormenorizamos a responsabilidade de cada uma: a Divisão de Museologia, composta pelos setores de Museologia e de Conservação e Restauro, é responsável pela gestão de parte do acervo de cultura material do Museu Amazônico. Cabe a essa Divisão realizar atividades de documentação, conservação, pesquisa e comunicação a fim de tornar os objetos e seus conteúdos acessíveis ao público. É competência da Divisão, também, desenvolver e acompanhar projetos das exposições de curta e longa duração.⁸ A Divisão de Pesquisa e Documentação Histórica – DPDH, tem a missão de salvaguardar e disponibilizar conjuntos documentais relevantes para a história e a cultura da Região Amazônica, assim como desenvolver pesquisas em sua área de atuação.⁹ A Divisão de Difusão Cultural busca promover a divulgação do conhecimento científico e da cultura, utilizando-se, para isso, de atividades culturais, de música, teatro, cinema, sessões de contação de história e eventos que apresentam e discutem temas da Ciência junto ao público de estudantes.¹⁰

E a Divisão de Arqueologia tem como finalidade produzir, promover e divulgar o conhecimento do âmbito amazônico, de natureza material, atuando na salvaguarda dos artefatos arqueológicos.¹¹ As Divisões de Antropologia e de Paleontologia e Mineração, embora previstas no regimento interno do Museu Amazônico, atuam de forma parcial; e, no momento, tais divisões estão inoperantes por falta de profissionais. A Divisão de Antropologia foi implementada em 2007, com a vinda de 10 professores doutores em Antropologia Social para compor o quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, que na época estava vinculado ao Museu Amazônico¹². Cabe a Divisão de Antropologia o assessoramento à Divisão de Museologia na identificação e catalogação de artefatos etnográficos do acervo pertencente ao Museu Amazônico. Também são desenvolvidas atividades de fomento a debates de temas alusivos à pesquisa antropológica na Amazônia. No decorrer nas gestões anteriores ocorreram parcerias com outras instituições como o Instituto Brasil Plural (IBP). Já a Divisão de Paleontologia e Mineralogia foi ativada em 2018 com a vinda de uma professora do curso de geologia da UFAM e a partir daí realizou diversas

⁸ Informação obtida no *site* da Instituição, disponível em: <https://www.museuamazonico.ufam.edu.br/sobre-a-divisao-de-museologia.html> Acesso em: 10 mar.2021

⁹ Informação obtida no *site* da Instituição, disponível em: <https://www.museuamazonico.ufam.edu.br/sobre-a-divisao-de-pesquisa-e-documentacao-historica.html>. Acesso: 10 mar.2021

¹⁰ Informação obtida no *site* da Instituição, disponível em: www.museuamazonico.ufam.edu.br/sobre-a-divisao-de-difusao-cultural.html. Acesso em: 10 mar.2021

¹¹ Informação obtida no *site* da Instituição, disponível em: <https://www.museuamazonico.ufam.edu.br/sobre-a-divisao-de-arqueologia.html>. Acesso em: 10 mar.2021

¹² Atualmente, este Programa se encontra subordinado diretamente à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEP) da Universidade Federal do Amazonas. Informações consultadas no Plano Museológico, 2020. Disponível em: <https://www.museuamazonico.ufam.edu.br>> Acesso em: 10 mar.2021

atividades relacionadas à área. Cabe a essa Divisão promover e estimular atividades de pesquisa, extensão e ensino, bem como assessorar a Divisão de Museologia em exposições especiais realizadas pelo Museu.

Nas Divisões do Museu Amazônico, está distribuído o corpo funcional da Instituição, discriminado no Quadro abaixo:

Quadro 4: Estrutura Funcional Atual do Museu Amazônico – MA- UFAM.

CARGO	QUANTIDADE	DIVISÃO QUE ATUA	SITUAÇÃO
Administrador	01	Divisão de Arqueologia	Licença para Mestrado
Auxiliar Administrativo	01	Divisão de Documentação e Pesquisa	Ativo
Assistente Administrativo	02	-	1. Licença para Doutorado; 2. Cedido para TRE.
Arqueólogo	01	Divisão de Arqueologia	Ativo
Arquivista	01	Divisão de Documentação e Pesquisa	Ativa
Museóloga ¹³	01	Divisão de Museologia	Ativa
Pedagoga	01	Divisão de Difusão Cultural	Ativo
Secretária Executiva	01	Diretoria	Ativa
Téc. Lab./ Produção Áudio-Vídeo	01	Divisão de Difusão Cultural	Ativo

Fonte: Dados compilados da pesquisa, adaptado pela autora, 2021

Pelo exposto no Quadro 4, algumas considerações são importantes. É possível observar um número reduzido de profissionais para atender à demanda das atividades administrativas e específicas do museu. As Divisões de Antropologia e de Paleontologia e Mineralogia, até o momento da elaboração desta pesquisa, estão sem profissionais. As demais divisões contam com um ou dois profissionais, porém, os efetivos estão afastados por motivo de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) e um servidor foi cedido para outro órgão federal. A ausência de um profissional de conservação e restauro é outra carência observada no corpo funcional do Museu Amazônico. O profissional que exercia essa atividade aposentou-se, e não há concurso vigente com previsão de contratação para essa vaga.

¹³ O Edital 07/2021 UFAM para provimento de cargos do quadro permanente de pessoal técnico-administrativo contemplou uma vaga de museólogo para o Museu Amazônico. Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-destaque/2978-ufam-divulga-resultado-final-dos-concursos-para-nivel-medio-e-superior.html>. Acesso em: 16 nov.2021.

Em suma, o Museu Amazônico, como outros museus universitários, é deficitário de profissionais. Em razão das portarias GR n° 0387/2007 e 0598/2010, foi instituído o Programa bolsa-trabalho, que permitiu a utilização de bolsistas remunerados como força de trabalho auxiliar nas atividades do Museu. Posteriormente, o programa foi extinto por meio da portaria GR n° 0424/2018¹⁴. Atualmente, o Programa de Voluntariado, regido pela Resolução n° 005/2002 do Conselho de Administração da UFAM, permite o apoio de estudantes voluntários. Somam-se a estes, bolsistas de programas como da FAPEAM, colaboradores e pesquisadores para formar o conjunto de colaboradores do Museu Amazônico.

Quanto ao acervo, no Museu Amazônico existe “vasto acervo documental, etnográfico e arqueológico que está disponibilizado para os pesquisadores,”¹⁵ característica ressaltada por Rosado (2008, p.20) quando afirma que “os acervos museológicos são compostos normalmente por peças tridimensionais (esculturas, mobiliários, utensílios etc.) e/ou bidimensionais (pinturas dos mais variados suportes com ou sem moldura, documentos em papel, fotografias etc.)”. Adiante, segue quadro contendo informações do acervo museológico e documental e imagens das coleções salvaguardas pelo Museu Amazônico, que servem de amostra da amplitude das mesmas.

Quadro 5: Síntese do acervo museológico e documental.

ACERVO MUSEOLÓGICO¹⁶	
<p>Museu Amazônico Começou a se constituir no início dos anos 1990 e abarca, atualmente, cerca de 600 itens; é composto, principalmente, de objetos etnográficos indígenas e de populações ribeirinhas amazônicas.</p>	
	
<p>Figuras 5, 6: Cestaria e objetos etnográficos, coleção MA Crédito: Karem Freitas, 2021</p>	
<p>Coleção Jair Jacqmont Coleção do artista plástico manauara. Formada por 178 itens de cultura material da etnia Ticuna. Compõe-se de esculturas, máscaras e bastões rituais, que revelam, em distintas dimensões, a riqueza estética e as visões de mundo do grupo indígena.</p>	

¹⁴ Disponível em: <https://progesp.ufam.edu.br/programas-e-auxilios/programa-bolsa-trabalho.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.

¹⁵ Disponível em: www.museuamazonico.ufam.edu.br. Acesso em: 10 fev. 2021.

¹⁶ Termo de responsabilidade assinado para utilização das imagens do acervo documental e iconográfico do Museu Amazônico/UFAM. Vide Anexo A.



Figuras 7, 8: Máscara e esculturas da etnia Tikuna
Crédito: Karem Freitas, 2021

Coleção Renato de Gasperi

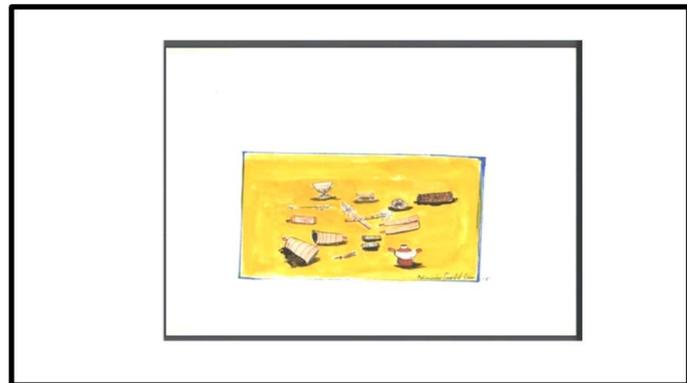
Médico, artista plástico (pinta quadros figurativos e abstratos) e também se dedicou à cerâmica escultórica, voltada para mitologia indígena. A coleção é composta por 33 itens, a coleção compreende desde objetos etnográficos a obras de arte. Além de esculturas, ainda integram a coleção: cerâmica indígena (seis itens, das etnias Pirahã, Matis, Kadweu e Tukano), máscaras cinco itens da etnia Tikuna e 1 da etnia Matis) e uma manta de algodão da etnia Kaxinawá.



Figuras 9 e 10: Escultura cerâmica e objetos etnográficos
Crédito: Lucimeire, 2021

Coleção Feliciano Pimentel Lana

Composta por 367 aquarelas sobre papel e uma pintura sobre tururi, obras do artista plástico indígena Feliciano Pimentel Lana, da etnia Dessana, natural da aldeia de São João Batista, rio Tiquié, no Distrito de Pari-Cachoeira, município de São Gabriel da Cachoeira, interior do Amazonas.



Figuras 11,12: Imagens de telas de pinturas de natureza indígena
Crédito: Lucimeire, 2021

Coleção Silvino Santos

Compreende um conjunto diversificado de materiais que retratam a vida e a obra do fotógrafo e cinegrafista luso-brasileiro Silvino Santos. Formada por fotografias, negativos em vidro, filmes, equipamentos fotográficos, documentos e objetos pessoais, recortes de jornais, revistas, livros e manuscritos.



Figuras 13,14: Imagens de fotografias com temáticas de navegação e cachoeira
Crédito: Karem Freitas, 2021.

Coleção Márcio Souza (TESC/SESC)

Composta por condecorações e fotografias de peças de teatro montadas pelo grupo do Teatro Experimental do Serviço Social do Comércio – TESC/SESC, dirigidas pelo escritor Márcio Souza, nas décadas de 1960-1980.



Figuras 15, 16: Placa de reconhecimento, fotografias de peças de teatro.
Crédito: Lucimeire, 2021.

Coleção UFAM

Composta de itens bibliográficos, condecorações e presentes, recebidos pela Reitoria e de fotografias do acervo institucional da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), compreendendo o período de 1964 a 2009, que registra diferentes aspectos da vida acadêmica da Instituição no período, como solenidades, eventos, imagens do *campus* universitário, dentre outros.



Figuras 17,18: Imagens de fotografias: construção e cotidiano do campus universitário
Crédito: Karem Freitas, 2021

Coleção IBAMA

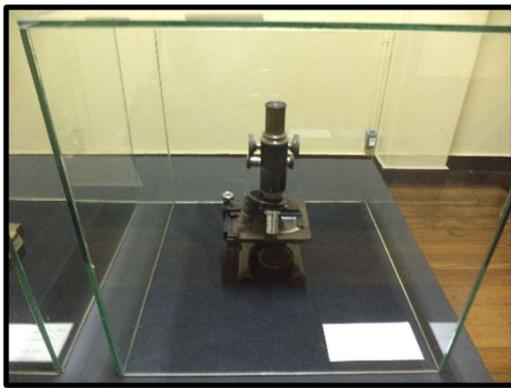
Formada por 2.381 itens apreendidos em operação realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no início dos anos 2000, é composta principalmente de cultura material indígena; incluem-se instrumentos musicais, objetos ritualísticos, trançado, adornos plumários e ecléticos, artefatos e utensílios de madeira, plumária, indumentária, cerâmica, cordões e tecidos, produtos de origem animal (couro e pele) e vegetal (plantas), souvenirs e armas. Os objetos foram produzidos por diferentes grupos étnicos indígenas, de diversos estados brasileiros, dentre os quais se destacam: Baniwa, Bororo, Botocudo, Gavião, Hixkaryana, Juruna, Ka'apor, Kaiabi, Kaiapó, Kamayurá, Karajá, Kaxinawá, Kobewa, Maku, Matis, Rikbaktsa, Sateré-Mawé, Tapirapé, Tembé, Tenharim, Ticuna, Tukano, Uru-eu-wai-wai, Xavante, Xikrin, Waimiri-Atroari, Waiwai, Wayana e Aparai, Yanomami e Zo'ê.



Figuras 19, 20: Colares indígenas, produtos de origem animal (couro/pele)
Crédito: Karem Freitas, 2021

Coleção Manoel Bastos Lira

Composta por instrumentos científicos e tecnológicos utilizados pelo professor, cientista, bioquímico e farmacêutico Manoel Bastos Lira, formado pela Universidade Livre de Manaus e que atuou durante décadas como docente dos cursos de Farmácia e Odontologia da UFAM. A coleção é constituída por microscópios, colorímetro, bomba peristáltica, equipamentos para transfusão e para conter sangue, vidraria de laboratório, conversor para rádio, voltímetro, perfuradora manual, fones de ouvido e conjunto de lentes, totalizando 20 itens. Os objetos são importantes documentos sobre a história da Medicina no Amazonas.



Figuras 21, 22: Objetos pessoais de Lira (microscópio e documento)
Crédito: Miquéias, 2021

Coleção Rui Machado

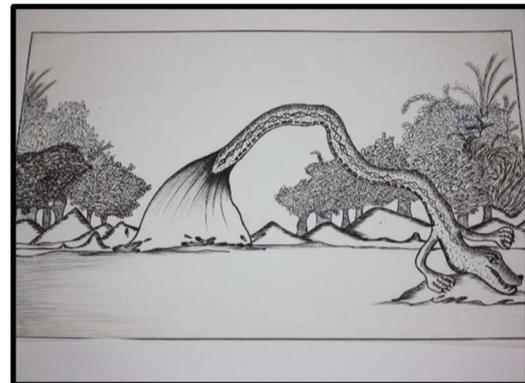
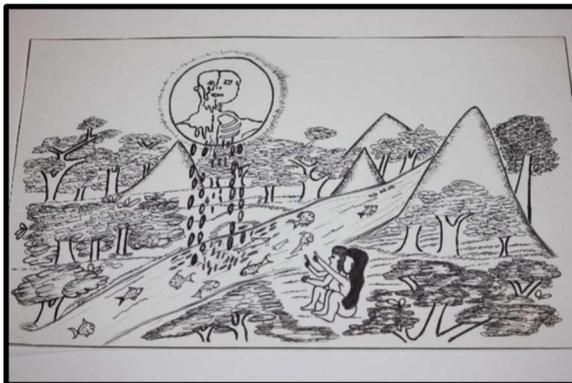
Formada por objetos arqueológicos, etnográficos e paleontológicos, doados pelo artista plástico amazonense Rui Machado, entre os anos de 2007 e 2018. Formada por objetos etnográficos indígenas (braceletes, brincos, esculturas), arqueológicos (cerâmica e lítico), paleontológicos (fósseis), livros e discos de vinil.



Figuras 23, 24: Cestaria indígenas e artefatos arqueológicos.
Crédito: Karem Freitas, 2021

Coleção Gabriel Gentil

Formada por livros, manuscritos, correspondências, fitas de áudio (vários suportes), discos de vinil, recortes de jornais, revistas, fotos, documentos pessoais e desenhos. Doador por Gabriel dos Santos Gentil, indígena da etnia Tukano, natural da Aldeia Pari-Cachoeira, no rio Tiquié, município de São Gabriel da Cachoeira, interior do Amazonas.



Figuras 25, 26: Desenhos feitos pelo artista
Crédito: Lucimeire, 2021

Coleção Thiago de Mello

Adquirida do poeta amazonense Thiago de Mello pela Fundação Djalma Batista (por meio do Programa Mais Cultura nas Universidades, do Ministério da Cultura), a coleção foi doada à UFAM e é formada por cartazes, certificados e diplomas, condecorações, objetos etnográficos, fotografias e objetos fúnebres.



Figuras 27, 28: Condecorações
Crédito: Lucimeire, 2021

Coleção Edney Azanooth

Dramaturgo, historiador, pesquisador das artes cênicas. Ator amazonense. Sua coleção é formada por cartazes, publicações, recortes de jornais, folders, convites, certificados, diplomas, jornais, cartões-postais, fotografias, correspondências e textos de peças teatrais. No conjunto, o material documental importantes aspectos da vida cultural de Manaus, especialmente do teatro.



Figuras 29, 30: Fotografia do acervo pessoal e publicações.
Crédito: Lucimeire, 2021

Coleção Raimundo Chaves Ribeiro

É formada por fotografias, documentos pessoais, publicações, recortes de jornais e correspondências que pertenceram a Raymundo Chaves Ribeiro, jornalista, advogado e prefeito da cidade de Manaus entre 1947 e 1951.



Figuras 31,32: Imagens de fotografias do acervo pessoal.
Crédito: Lucimeire, 2021

Coleção Fotográfica de Arqueologia Amazônica

Formada por registros fotográficos que documentam a atuação da Arqueologia na Amazônia, a partir dos anos 1990, especialmente em projetos de pesquisa e salvamento arqueológico que tiveram ativa participação de profissionais do Museu Amazônico, assim como em parceria com outras instituições.

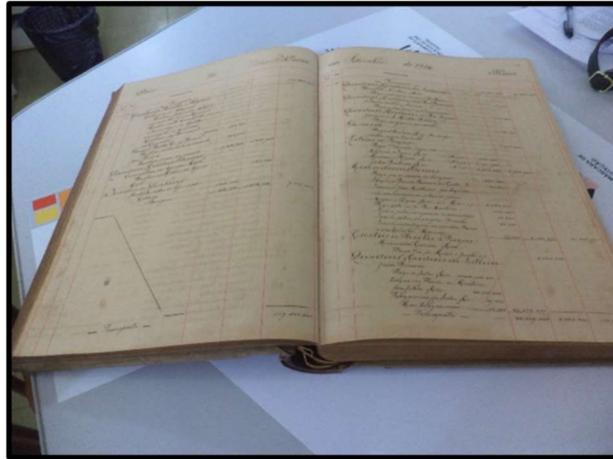
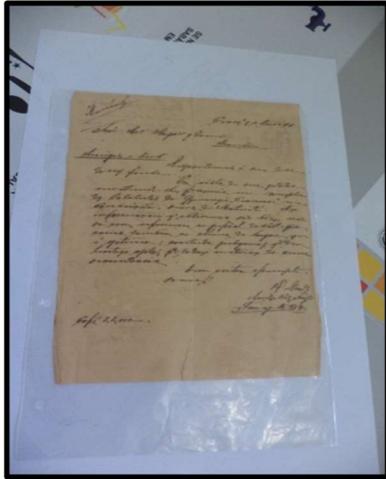


Figuras 33, 34: Registro fotográfico de urna funerária e resgate de urna funerária
Crédito: Karem Freitas, 2021

ACERVO DOCUMENTAL

Fundo J.G. Araújo

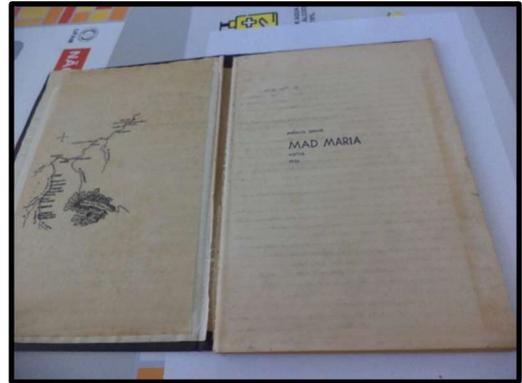
O fundo apresenta uma grande diversidade documental como originais de cartas manuscritas de aviados da empresa, coleção de Letras de Câmbio, Guias de Embarque, Recibos de pagamentos de impostos sobre indústrias e profissões, Recibos de pagamento de Imposto Predial, Diário de Navegação, Escritura de Seringais, Recibos de pagamento de Imposto Territorial, Contratos de Trabalho.



Figuras 35,36: Imagens de cartas manuscritas e livro contábil da firma J. G Araújo
Crédito: Karem Freitas, 2021.

Fundo Márcio Souza

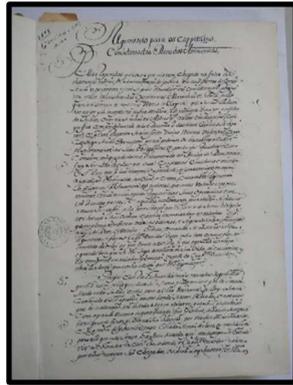
Márcio Gonçalves Bentes de Souza, escritor e dramaturgo, natural de Manaus, produziu romances como “Galvez, Imperador do Acre”, “Mad Maria” e “A Ordem do Dia”, além de ensaios e peças de teatro. Foi eleito membro titular da Academia Amazonense de Letras em setembro de 2004. O conjunto do arquivo pessoal do escritor contém manuscritos, *scripts* de peças teatrais e filmes, recortes de jornais e traduções datilografadas.



Figuras 37,38: Imagens dos manuscritos Galvez Imperador do Acre e Mad Maria
Crédito: Karem Freitas, 2021.

Fundo Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM

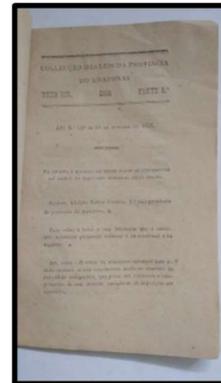
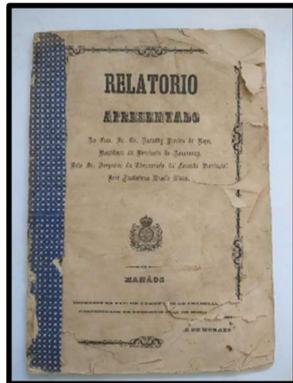
A Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM funcionou como órgão de pesquisa da Universidade de 1979 a 1987, com o objetivo de contribuir para recuperar as fontes primárias da história do Amazonas. A coleção contém a documentação administrativa da comissão como correspondências, circulares, ofícios, planos de execução de orçamento, livro de atas, publicações, manuscritos e recortes de jornais.



Figuras 39, 40: Imagens manuscrito e recorte de jornal
Crédito: Miquéias, 2021

Fundo Amazônia Colonial-Imperial

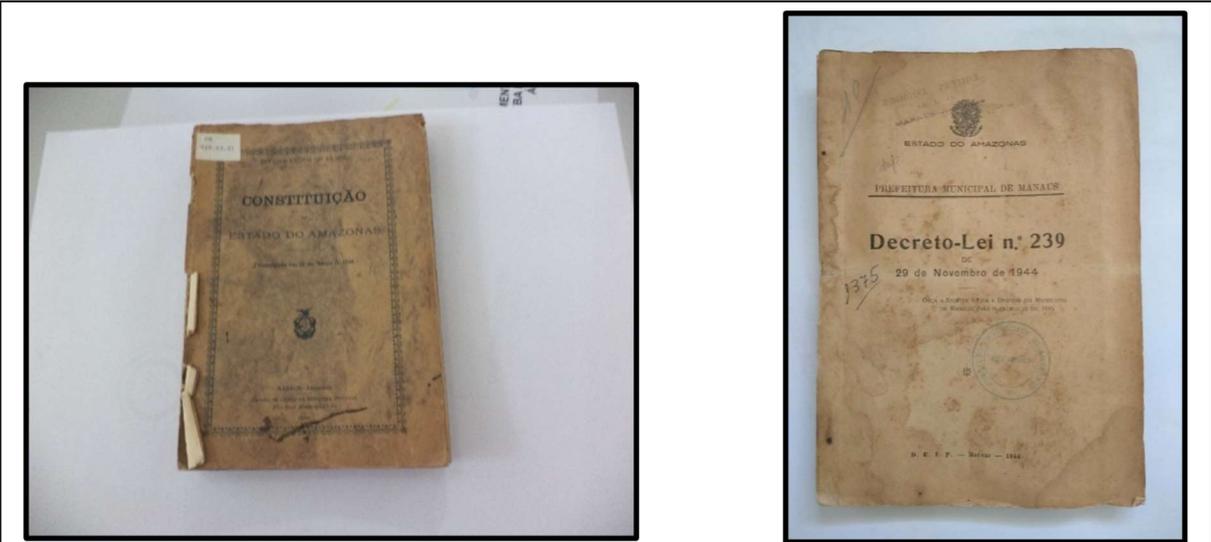
Os documentos da Amazônia Colonial versam sobre assuntos como questão indígena, demarcação de terras, questão de limites, além da presença missionária na Amazônia em cópias que se apresentam encadernadas, em caixas e microfilmadas. Do Período Imperial contém relatórios dos presidentes da Província do Amazonas, regulamentos da Província, Leis da Província e do Império.



Figuras 41, 42: Imagens relatório do Presidente da Província e coleção das Leis da Província
Crédito: Miquéias, 2021

Fundo Amazônia Republicana

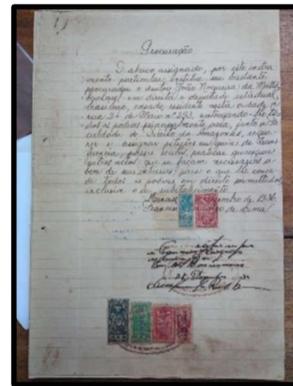
Seu conjunto é composto, na esfera do Governo Municipal de Manaus, por leis, mensagens, anais, relatórios de tesouro, prestação de contas e balanço geral. No âmbito do Governo Estadual do Amazonas temos julgados e decisões do Supremo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, leis, decretos, regulamentos, relatórios e mensagens.



Figuras 43, 44: Imagens da Constituição do Estado do Amazonas e Decreto-Lei Municipal
Crédito: Karem Freitas, 2021

Fundo Faculdade de Direito do Amazonas

O fundo, datado de 1909 a 1974, é composto principalmente de encadernados, contém folhas de pagamentos, ofícios, atas, provas aplicadas, registros de matrículas, entre outros documentos que foram registrados pela administração da faculdade no período.



Figuras 45, 46: Imagens de registro de documento administrativo e registro de procuração
Crédito: Miquéias, 2021

Fundo Thiago de Mello

Na Divisão de Pesquisa Histórica e Documental encontram-se documentos resultantes das relações pessoais do poeta Thiago de Mello como cartas e originais de sua obra. Na Biblioteca Setorial do Museu Amazônico encontra-se parte do acervo bibliográfico reunido pelo poeta; e na Divisão de Museologia, uma coleção formada por cartazes, certificados e diplomas, condecorações, objetos etnográficos, fotografias e objetos fúnebres que pertenciam ao autor.



Figuras 47, 48: Imagens de recorte de jornal e caixas *box* com diversos documentos pessoais do poeta
Crédito: Miquéias, 2019.

Fundo Serviço de Proteção do Índio -SPI

Composto pelo conjunto de 21 microfilmes sobre a atuação do Serviço de Proteção do Índio – SPI no Amazonas, adquiridos pelo Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena – NEAI e sob a guarda do Museu Amazônico desde 2009.



Figura 49: Microfilmes do Serviço de Proteção do Índio
Crédito: Karem Freitas, 2021.

Fundo Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas

Composto de cópias em fitas cassete das entrevistas colhidas em 1995 para a segunda fase do projeto “Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade” da Fiocruz em conjunto com várias instituições da Amazônia, incluindo a UFAM. O Projeto fez uma análise comparativa das condições de vida e de saúde da população encontradas por Carlos Chagas entre 1912 e 1913 com a situação após 80 anos.



Figura 50: Fita cassetes do projeto
Crédito: Miquéias, 2019

Fonte: Plano Museológico, 2020.
Adaptado pela pesquisadora, 2021

Importante destacar também a diferença entre coleção e fundo de arquivo. Para Desvallées et al. (2013, p.32) coleção pode ser definida como:

um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada.

Por outro lado, LOPES (2002, p. 54) esclarece que fundo de arquivo “é o conjunto de documentos, de qualquer formato ou suporte, produzidos organicamente e/ou reunidos e utilizados por uma pessoa física, família ou organismo no exercício das atividades e funções deste produtor”.

Diante da diversidade de coleções apresentadas, fator a ser destacado é a influência que o museu exerce na comunidade, sendo ainda maior, quanto mais intensa for a comunicação com o meio exterior. Nesse sentido, o museu promove exposições para divulgar este material sob salvaguarda, bem como possibilita a utilização do seu espaço para mostras individuais artísticas que se identifiquem com a cultura amazônica. Além disso, as ações de extroversão envolvem atividades teatrais, musicais, oficinas, palestras e sessões de contação de histórias, participação nos eventos da Semana Nacional dos Museus e da Primavera dos Museus. Basicamente para promover e a valorizar o papel do museu e enriquecer sua relação com a sociedade.

Outro ponto relevante na atuação do Museu Amazônico é a aproximação com as escolas (Figura 51), por meio da promoção de atividades pedagógicas e culturais que reforçam o papel educacional que o museu pode exercer junto à comunidade.



Figura 51: Atividades da Semana de Museus
Crédito: Thiago Moraes, 2019



Figura 52: Projeto Cine Museu
Crédito: Thiago Moraes, 2018

Significante retratar que todas essas atividades em que o museu se volta à comunidade externa foram impactadas substancialmente pela pandemia. Ao mesmo tempo que forçou o

fechamento das instituições ao público, impulsionou a busca por alternativas que pudessem mitigar esses impactos e manter o museu presente na vida da comunidade.

3.3 A Atuação do Museu Amazônico na pandemia

A pandemia representa o maior desafio sanitário do século para indivíduos e sociedade. Todas as instituições públicas ou privadas foram impactadas de alguma forma. A produtividade, a forma e a organização do trabalho não mantiveram os padrões praticados até então. Nesse contexto, as alternativas tecnológicas foram uma das formas utilizadas para adequar o cotidiano institucional a uma nova realidade que se impunha. No que concerne ao Museu Amazônico, a visitação foi interrompida e mantém-se dessa forma, não havendo, por enquanto, previsão para retorno da visitação presencial ao público em geral.

Quanto às demais atividades, adotou-se o modelo de *homeoffice* para as atividades de rotina, o que não significa que a instituição tenha deixado de fomentar a pesquisa e a extensão, uma vez que novos projetos foram iniciados, somando-se ao que já estavam em andamento. Um extrato das principais ações nesse período será indicado a seguir.

As ações da Divisão de Difusão Cultural, como as atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa em Divulgação e Difusão Científica para a Educação e Ensino de Ciências no Amazonas – DDEECAM, Curso *On-line* “Divulgação Científica em tempos de pandemia” (junho, 2020), organizado pela Divisão de Difusão Cultural do Museu Amazônico e o Projeto Amazônia em Cordel, ocorreram todas em ambiente virtual.

A Divisão de Museologia manteve sua participação virtual no VI Fórum Permanente de Museus Universitários (VI FPMU) como representante regional, bem como realizou exposição virtual, como atividade da 15.^a Primavera dos Museus, nos perfis das redes sociais do Museu Amazônico (facebook, instagram e twitter).

A Divisão de Arqueologia, por seu turno, manteve atividades também na área de pesquisa acadêmica, tendo reuniões com pesquisadores da área da arqueologia amazônica e com o Grupo de Trabalho-Acervos Arqueológicos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Em razão da pandemia, as ações de extroversão virtuais se tornaram a principal atividade da Divisão de Arqueologia, que se voltou à produção de conteúdo para divulgação de conhecimento arqueológico. Tais ações, resumidamente, foram: participação no *IV Fórum de Acervos Arqueológicos: Políticas de Coleções*¹⁷ (agosto, 2021) organizado pelo Grupo de

¹⁷Informações do evento disponível em: <https://acervosarqueologicos.wordpress.com>. Acesso em: 30 set. 2021.

Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (GTA-SAB) e pela Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE); participação no IV Seminário Internacional Povos Tradicionais, Fronteiras Geopolítica na América Latina: Uma Proposta Para Amazônia, organizado pelo Laboratório de Estudos Panamazônicos, Práticas de Pesquisa e Intervenção Social (Lepapis), do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (junho, 2021); organização de live “Memórias do acervo arqueológico do Museu Amazônico” com a participação do ex diretor do Museu Amazônico, professor doutor Francisco Jorge dos Santos, e também contou com professores convidados Helena Lima, Eduardo Góes Neves e Carlos Augusto da Silva. Essa live foi em prol das atividades de comemoração aos 30 anos do Museu Amazônico, a qual está disponível no endereço: www.youtube.com/watch?v=YNJrjIY2yvU; organização e participação do 1.º Congresso Internacional de Arqueologia da África (setembro, 2021) tendo como organizadores do congresso o Diretor da Divisão de Arqueologia, Bruno Pastre Máximo e demais professores incluindo o professor Eduardo Góes Neves. A Divisão também foi responsável pela criação e pela coordenação do Curso Livre de Arqueologia Amazônica/UFAM, sendo que o 1º ocorreu em agosto de 2020 com enorme sucesso, tendo como concluintes mais de 4 mil alunos e o 2º Curso Livre de Arqueologia Amazônica – UFAM foi lançado em novembro de 2021. Esse último foi pensado como ferramenta na divulgação dos principais temas da Arqueologia Amazônica, utilizando desenhos animados como recurso pedagógico. Dentre outras ações, ocorreu a implementação do *website* (<https://www.arqamazon.ict.ufvjm.edu.br/jspui>) em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri para possibilitar, na Internet, informações acerca do acervo arqueológico salvaguardado no Laboratório de Arqueologia. O site que dá acesso ao Banco de Dados do Laboratório de Arqueologia é www.arqueologiamuseuamazonico.ufam.edu.br. Tal banco de dados, inclusive, está ainda indisponível para consulta online, embora as informações das coleções estejam paulatinamente sendo incluídas no Banco de Dados. Quando completo, será importante instrumento de consulta para pesquisadores do mundo todo. Também ocorreu a celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil (junho, 2021) visando contribuir para o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Arqueologia, especificamente no que se refere ao acervo arqueológico do Museu Amazônico.

Outro ponto de destaque em 2021 das ações do Museu Amazônico durante a pandemia foi o lançamento do selo comemorativo pelos 30 anos do Museu Amazônico, fruto de uma

parceria celebrada com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o que reforça a presença do museu na sociedade.

No contexto de pandemia, a Internet e as redes sociais se tornaram instrumentos indispensáveis à continuidade da atividade-fim do museu, pois a comunicação e a reflexão são o que transforma a informação em conhecimento. Verza (2021, p. 192) assim se manifesta sobre comunicação e redes sociais:

“Ao mesmo tempo o isolamento social, para impedir a propagação da doença, fortaleceu os meios de comunicação e incentivou as instituições culturais a se renovarem para acompanhar as novas demandas. As redes sociais se tornaram ferramentas apropriadas pelos museus. A 14.ª Primavera dos Museus, em 2020, trouxe como tema Mundo Digital: museus em transformação e convidou os profissionais a pensar a inserção dessas instituições nos novos mecanismos de comunicação. Martínez nos mostra que as possibilidades de atuação são muitas e trazem consigo resultados positivos à sociedade”.

À medida que a pandemia vai estabilizando gradualmente e se vislumbra a possibilidade de reabertura ao público e retorno às atividades presenciais, torna-se necessária a compreensão de que a doença ainda existe e pode gerar uma nova onda de contágio. Em razão disso, a Instituição precisa planejar as ações que podem ser tomadas para garantir a segurança de servidores e público em geral. Mas, muitas das medidas possíveis já foram apontadas pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM¹⁸, entre elas o uso de máscaras e luvas, o controle da capacidade de público, o distanciamento social, o cuidado com a higienização periódica do ambiente, a manutenção de portas abertas (quando possível), a redistribuição do espaço, entre outras.

Portanto, durante o período de pandemia o Museu Amazônico não parou suas atividades, mas se adaptou para enfrentar as restrições que o momento ensejou. Dentro de suas limitações de recursos e de pessoal, ainda assim realizou cursos, exposições (virtuais) e fomentou o conhecimento; foi fiel às suas origens amazônicas; foi forte e guerreiro.

¹⁸ Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Recomendacoes_Museus.pdf. Acesso em: 01 set. 2021

3.4 O acervo arqueológico do museu e sua contribuição na construção de uma história indígena de longa duração para a arqueologia da Amazônia

A “construção” histórica de um local possibilita refletir o passado. E esse contato com o passado permite às gerações seguintes conhecer os caminhos percorridos até o presente, bem como, é pela episteme deste passado, que se permite atribuir significado ao lugar. Neste aspecto, o sentido de pertencimento ao lugar, o qual cria as raízes dos povos, é fornecido pelo desvendar das origens culturais de nossas escolhas. Para Tuan (1983, p.6) é importante diferir espaço de lugar, quando afirma que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Nesse sentido, a “construção” do passado ocorre por narrativas que se utilizam de documentos, fotografias, imagens, esculturas, material orgânico, lítico, cerâmico, ou seja, a cultura material de uma época constrói história. Então, o patrimônio cultural, por ser capaz de criar esse vínculo entre espaço e lugar, entre passado e presente, deve ser objeto de preservação. Barros (2016, p. 125) afirma que:

Compreende-se que a função da preservação do patrimônio e da memória é buscar filiação entre os membros de um grupo com base em seu passado, no qual essa identidade é tecida a partir da memória coletiva que pode ser estruturada e compreendida a partir dos marcos espaciais (paisagens e a cultura material arqueológica em sua totalidade) e temporais (datas, festas, estações do ano). Portanto, preservar e estudar o patrimônio cultural são formas de conservar e resgatar a memória de um grupo. A Amazônia, e em particular o Estado do Amazonas, tem uma valiosa e diversificada história construída há pelo menos 9000 anos por diversos povos.

Na opinião de Neves (2000, p. 87), “a bacia amazônica é a região onde a arqueologia foi mais bem-sucedida no estabelecimento de problemas de pesquisa significativos”. Isso porque a arqueologia na Amazônia demanda aspectos da antropologia, arqueologia e etnografia, que não são características da arqueologia em outras partes do Brasil.

Assim, ao estudar os registros arqueológicos das populações indígenas anteriores à colonização europeia, a arqueologia permite identificar a distribuição das populações, o que, na prática, permitiu descobrir que a amplitude da ocupação da Amazônia é muito maior do que se imaginava, sendo mais ampla em território e em quantidade de indivíduos do que estimado. E para além, relativo ao tempo de ocupação da Amazônia, o que contraria a ideia de Roosevelt (1998, *apud* Carneiro, 1992, p.53) de que a Amazônia é “um ambiente pobre para o homem, um “falso paraíso” que inibiu o crescimento populacional e o desenvolvimento cultural, em comparação com áreas áridas montanhosas e costeiras do oeste da América do Sul”.

Em suma, as descobertas da arqueologia na Região Amazônica revelam uma longa história de desenvolvimento indígena na Amazônia, desde a ocupação por caçadores-coletores

no Pleistoceno, passando por indícios de ocupação sedentária durante o Holoceno, até a maior complexidade social e cultural no pré-colonial tardio. É pela análise dos vestígios humanos, ossos, dentes, utensílios, ferramentas, instrumentos e também das paisagens arqueológicas associadas a estes vestígios que fornecem dados relevantes dos grupos humanos que ocuparam a Amazônia indígena.

Todavia, as pesquisas até agora realizadas permitem estimar que ainda há muito o que desvendar no passado da região, ainda que os desafios à prática da arqueologia na Amazônia imponham dificuldades ao estabelecimento de parâmetros que descrevam a relação do homem do passado com a natureza e com seus semelhantes. Com respeito a isto, se apresenta de importância o acervo arqueológico salvaguardado pelo Museu Amazônico como um instrumento de conhecimento da história pretérita dos povos indígenas. Além de considerável quantidade de material ósseo, botânico, cerâmico e lítico, o acervo do museu inclui documentos, fotografias e esculturas que contam a história dos povos amazônicos, materiais provenientes de doações, endossos e pesquisas acadêmicas realizadas principalmente no Estado do Amazonas.

A formação do acervo arqueológico do Museu Amazônico teve seu início no fim da década de 90, quando foi criado o Laboratório de Arqueologia, vinculado à Divisão de Arqueologia, embora essa criação não tenha sido homologada, devido à inexistência de servidor arqueólogo na Instituição. A efetividade da Divisão veio a se constituir de forma sistemática e contínua somente a partir de 1997. Foi nesse ano que a Divisão passou a desenvolver pesquisas arqueológicas, inicialmente no território municipal, que deram origem a itens de acervo captados no meio urbano da cidade. Um importante marco na composição do acervo arqueológico do laboratório ocorreu em 2003, quando foi celebrada uma parceria entre o Museu Amazônico, o IPHAN (1ª SR-AM) e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), a partir da qual o Museu Amazônico passou a acondicionar ou e/ou assumir a condição de curador das coleções arqueológicas do Amazonas, conforme Anexo B.

Por meio do seu acervo, o Laboratório de Arqueologia contribui para que a história dos grupos humanos pretéritos não seja esquecida. As coleções representam uma amostra da diversidade cultural dos povos amazônicos¹⁹, bem como, a grande abrangência de ocupação da região. Esse fato corrobora a tese de que a Amazônia não é uma terra intocada pelo ser-humano. Nesse sentido, o Laboratório de Arqueologia possui coleções de destaque para a arqueologia da Amazônia, como as coleções provenientes do Projeto Amazônia Central (1995-2010), Projeto Gasoduto Coari-Manaus (2005-2010), entre outros, os quais são detalhados no Quadro 8.

¹⁹ Reportagem: 30 anos do Museu Amazônico e a Arqueologia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_De3cUpKBFw. Acesso em: 03 nov. 2021

Até ocupar seus espaços definitivos, os artefatos sob responsabilidade do laboratório eram armazenados de forma precária em outras instalações da UFAM (Figura 53).



Figura 53: Material armazenado no departamento de Geologia, 1998.
Crédito: Acervo fotográfico Laboratório.

Somente dez anos depois, em 1999, o laboratório conquistou sua primeira sala nas dependências do museu. Nos anos 2000-2004, o laboratório esteve ligado às atividades do *Projeto Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria de Petróleo na Amazônia*, ao *Resgate Arqueológico da Praça Dom Pedro II* (2003) e ao *Resgate Emergencial do Sítio Nova Cidade* em Manaus (2001)²⁰, tendo o IPHAN catalogado suas coleções em 2006. A partir de 2009, ocorreu uma ampliação das suas atividades, passando a se envolver nos projetos: Projeto Arqueologia Regional e História Local no Baixo Urubu, Resgate Emergencial no Sítio Lages e Projeto Alimentação, Manejo da Terra e Cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado do Amazonas.

Em 2002, a Divisão de Arqueologia passou a ocupar um prédio independente no *Campus* da UFAM (Figura 54), abrigando suas coleções (Figura 55) nos escombros revitalizados de um local abandonado, onde permaneceu até 2011. Hoje não existe mais esse prédio; apenas alguns escombros que ficam próximos ao atual prédio do Laboratório de Arqueologia (Figura 56).

²⁰ Disponível em: <https://www.arqueologiamuseuamazonico.ufam.edu.br/conheca-nossa-historia>. Acesso em: 03 nov. 2021



Figura 54: 1.º Prédio da Divisão de Arqueologia
Crédito: Acervo fotográfico – Laboratório.



Figura 55: Material armazenado, 2010
Crédito: Acervo fotográfico – Laboratório



Figura 56: Imagem atual do local do antigo prédio da Divisão
Crédito: Karem Teles,2021

Com o crescimento do acervo arqueológico, o espaço disponível no prédio revitalizado tornou-se insuficiente, razão pela qual a Divisão de Arqueologia e o seu laboratório foram realocados em 2011 para outro espaço pertencente ao Departamento de Material – DEMAT da UFAM (Figuras 57 e 58), cedido ao Museu Amazônico.



Figura 57: Prédio cedido pelo DEMAT
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2013



Figura 58: Parte interna do prédio cedido pelo DEMAT
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2013



Figura 59: Material arqueológico armazenado no prédio cedido pelo DEMAT
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2013

Nestas considerações iniciais acerca do acervo arqueológico do museu é oportuno mencionar que a expansão urbana, se por um lado afeta a integridade de um sítio arqueológico, por outro, pode levar à descoberta de novos registros arqueológicos. Grandes obras de infraestrutura, da mesma forma, possuem o mesmo potencial de destruição e/ou de descoberta. Um destes exemplos foi a construção do gasoduto Coari-Manaus, que atravessou a Floresta Amazônica e percorreu oito municípios do Amazonas. Esse empreendimento identificou diversos sítios arqueológicos, o que acarretou a necessidade da implantação do Programa de Resgate e Salvamento do Patrimônio Arqueológico. Dentro desse contexto, a Empresa de Petróleo S.A – PETROBRAS assumiu, em 2005, o compromisso, junto ao IPHAN, de prover os recursos necessários à implantação, na cidade de Manaus, das instalações físicas necessárias à curadoria e guarda do material arqueológico resgatado durante a obra do gasoduto, resultado do Ofício 001/2005, encaminhado ao IPHAN pela PETROBRAS (Anexo C).

No ano de 2013, foi celebrado o Convênio nº 4600425094, entre a empresa de Petróleo Brasileira S/A – PETROBRAS, a Fundação Universidade Federal do Amazonas (FUA), com a interveniência da Transportadora Associada de GÁS /PETROBRAS – TAG e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, tendo como objeto a construção de um

prédio, localizado atualmente no *Campus* da Universidade²¹ destinado a abrigar o Laboratório de Arqueologia/UFAM visando ao tratamento e guarda do material arqueológico resgatado durante as obras do gasoduto, bem como a transferência do acervo arqueológico que estava sendo armazenado em local provisório. Em 2013 iniciaram as obras desse convênio (Figuras 60, 61).



Figuras 60, 61: Início da construção do atual prédio do Laboratório de Arqueologia/UFAM
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2013

Em outubro de 2014, foi entregue o prédio atual do laboratório, construído em meio a uma das maiores florestas urbanas do Brasil. O laboratório recebeu o acervo resultante da obra do gasoduto, que originou toneladas de material ainda não completamente catalogados.



Figura 62: Entrega do prédio do laboratório/UFAM, 2014
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2014



Figura 63: Espaço da Reserva Técnica I
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2014

Além do acervo proveniente do convênio, o laboratório recebeu as demais coleções arqueológicas do museu. Diante do quantitativo de material, a estrutura física do prédio é bastante completa para atender todos os requisitos necessários de uma instituição de guarda e

²¹ Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado I – Setor Sul do Campus Universitário.

pesquisa. Assim, o prédio conta com três laboratórios, duas Reservas Técnicas, sala de recebimento, sala de aula, biblioteca e sala de exposição e por ser um prédio de dois pisos, possui elevador para aumentar a acessibilidade. O quadro abaixo, especifica os espaços que compõem o Laboratório de Arqueologia – MA – UFAM:

Quadro 6: Estrutura física do Laboratório de Arqueologia – MA – UFAM

ESPAÇO	DESCRIÇÃO
Sala de recebimento	Primeiro espaço para receber as peças arqueológicas visando à triagem e higienização, mas atualmente serve de local de guarda provisória do material arqueológico que ainda necessita do processo curatorial, até o acondicionamento nas reservas técnicas
Reserva Técnica I	É o espaço de guarda definitiva do material arqueológico, com 157,97m ² de área e capacidade de armazenamento no seu arquivo deslizante, de pouco mais de 214 m ³ de material, equivalente a uma média de 3.000 caixas engradadas.
Reserva Técnica II	É o espaço de guarda definitiva do material arqueológico, com 30,09 m ² de área e capacidade de armazenamento no seu arquivo deslizante, de pouco mais de 40 m ³ de material, equivalente a uma média de 600 caixas engradadas.
Laboratório I e III	Ocorrem usualmente atividades de higienização, inventário, catalogação, acondicionamento e análise de materiais provenientes das pesquisas arqueológicas.
Laboratório II	Utilizado quase que de forma exclusiva para a conservação e o restauro dos artefatos, uma das etapas do processo curatorial pelo qual é submetido o acervo.
Biblioteca	Na sua origem é um espaço para reunir livros catalogados para empréstimo, mas como ainda dispõe de um quantitativo reduzido de publicações, transformou-se em área de estudo e pesquisa, incluindo a base documental das coleções já inventariadas pelo Laboratório.
Sala de exposição	Voltada à extroversão das diferentes tipologias de material arqueológico, divulgando a diversidade de seu acervo, garantindo o seu acesso e a sua proteção.
Sala de aula	Destinada a apoiar as atividades de ensino e extensão, sobretudo promovendo o conhecimento acerca da diversidade cultural e socioambiental dos povos da Amazônia, a partir das evidências materiais representativas do passado e do presente.

Fonte: Disponível em: <https://museuamazonico.ufam.edu.br/sobre-a-divisao-de-arqueologia.html>.

Em outubro de 2014, foi emitido o Termo de Entrega e Recebimento do prédio do Laboratório de Arqueologia. Ato contínuo, foi providenciada a transferência do acervo que estava provisoriamente no prédio cedido pelo DEMAT, conforme figuras abaixo:



Figura 64: Transferência do acervo, 2014
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2014



Figura 65: Acervo armazenado no prédio novo, 2014
Crédito: Acervo fotográfico do Laboratório, 2014

Após esse compêndio histórico inicial acerca da formação do laboratório, importante frisar que o Museu Amazônico é uma das cinco Instituições de guarda de material arqueológico do Amazonas, conforme o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos – CNIGP/ IPHAN (Quadro 7).

Quadro7: Instituições de Guarda no Estado do Amazonas.

UF	Cidade	Instituição	Responsável	Contato	Situação	Condições (aptidão)	Data de atualização
AM	Itacoatiara	Prefeitura Municipal de Itacoatiara	Secretaria de Estado de Cultura (SEC) – Governo do Estado do Amazonas	demus@culturamazonas.am.gov.br	Apta (cond.)	Em processo de fiscalização	02/03/2020
AM	Manaus	Museu Amazônico – Laboratório de Arqueologia	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	(92) 3305-2221	Apta (cond.)	Em processo de fiscalização	13/04/2017
AM	Manaus	Museu da Amazônia – Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE)	Associação privada Museu da Amazônia	(92) 3236-3079/9197/5326/3019-9294/ http://www.museudaamazonia.org.br/ E-mail: musa@museudaamazonia.org.br	Apta		
AM	Manaus	Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza	Secretaria de Estado de Cultura (SEC) – Governo do Estado do Amazonas	arqueologia@culturamazonas.am.gov.br demus@culturamazonas.am.gov.br Tel/Fax (92) 3631-6047	Apta (cond.)	Em processo de fiscalização	26/12/2017
AM	Tefé	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá		(97) 3343-9700; mamiraua@mamiraua.org.br	Apta (cond.)	Em processo de fiscalização	

Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>. Acesso em: 16 nov.2021
Adaptado pela pesquisadora, 2021.

O acervo arqueológico salvaguardado pelo Museu Amazônico é composto por cerâmica (urnas funerárias, adornos, vasilhames); material lítico (lascas, machados, afiadores, ponta de projéteis); ossos humanos; material vegetal carbonizado; amostras de sedimentos e alguns artefatos históricos, e há uma estimativa de 30 toneladas de material.²² Entre as muitas coleções

²² O quantitativo exato de sítios e materiais identificados está sendo levantado no processo de inventário e de curadoria em andamento.

arqueológicas sob salvaguarda do Laboratório de Arqueologia, destaca-se a proveniente do Projeto Amazônia Central (PAC), do Projeto Baixo Urubu e do Projeto Gasoduto Coari - Manaus responsáveis por grande volume de material arqueológico. Adiante, seguem quadros demonstrativos das coleções arqueológicas salvaguardadas pelo Museu Amazônico por meio de seu Laboratório de Arqueologia.

Quadro 8: Demonstrativo das coleções arqueológicas oriundas de projetos acadêmicos²³

PROJETOS ACADÊMICOS	RESPONSÁVEL	ANO	SÍTIOS ²⁴	TIPOLOGIA DE MATERIAL	STATUS
Projeto Amazônia Central (PAC).	Eduardo Góes Neves	1995-2012	Antônio Galo, Açutuba, Apolônio, Areal Goedes, Areal do Manganga, Areal do Maracajá, Areal do Tomado, Barroso, Bela Vista – Areal Bela Vista, Bela Vista do Iranduba, Boa Sorte, Boca do Castanho, Caldeirão, Califórnia, Carneiro, Cachoeira do Castanho, Cavalcanti, Chuva Braba, Dona Stella, Florêncio, Floresta, Hatahara, Ilha, Igarapé do Testa I, Igarapé do Testa II, Lago, Lago Santo Antônio, Lago das Pombas, Lago do Iranduba, Lago do Limão, Lago Grande, Lago Feliciano, Laguinho, Lago do Testa, Malfado, Mateus, Morro Queimado, Paricatuba, Ponciano, Praia Açutuba, Praia da Lua, Salviano, Santa Terezinha, São José, São Caetano, São Mateus, São Sebastião, Seu Lélio, Sítios Variados, Tauana, Terra Preta II, Tokixiro, Vila Nova, Xavier. TOTAL DE SÍTIOS IDENTIFICADOS: 54	Carvão, cerâmica (cerâmica da feição), líticos (lâminas de machado, ichó, mão de pilão, pilão, quebra-coquinho, lesma, fragmentos de ralos), ossos, urnas e sedimentos, solo, pão de índio, fragmentos de cerâmica remontados.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – Reserva Técnica 1 (RT1) Acondicionamento: Engradados, sacos plásticos transparentes nas caixas arquivo <i>box</i> . Documentos: Relatórios, fichas de campo, cadernos de campo, registros fotográficos. Disponível para pesquisa: SIM
Projeto Baixo Urubu (PBU).	Helena P. Lima	2010-2012	Areal do Caru, Areal do Seu Loiro, Boa Esperança, Bom Socorro, Caretas, Itapiranga, Jauary, Jauary Remassa, Mucajatuba, Pedra Chata (Paredão das Cabeças), Pontão, Santa Helena, Santa Maria do Itapam, São Paulo, Sangava, Sítios Variados, Tauaquera, Sete irmãos do Anebá, Cinco irmãos do Anebá. TOTAL DE SÍTIOS IDENTIFICADOS: 19	Bolota, carvão plotado com cerâmica, cerâmica (decorada e simples), líticos (lâminas de machado), sedimentos plotados, sementes, urnas, material ósseo.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Acondicionamento: Sacos plásticos nas caixas de arquivo <i>box</i> , engradados, caixas organizadoras com tampa. Documentos: Relatórios, fichas de campo, cadernos de campo, registros fotográficos. Disponível para pesquisa: SIM

²³ O quadro indica os projetos oriundos de pesquisa acadêmica que originaram material arqueológico, salvaguardado pelo Museu Amazônico – Laboratório de Arqueologia.

²⁴ “[...] a unidade empírica básica da Arqueologia é o sítio arqueológico, compreendido como um espaço de concentração de vestígios arqueológicos, mas constituindo ele próprio um ‘artefato’ e não somente o depósito de ‘achados’ arqueológicos” (MENESES, 1984, p. 34).

Caldeirão Terra Preta de Índio (PCTPI).	Helena P. Lima	2011-2012	Caldeirão TOTAL DE SÍTIOS: 01	Cerâmica (decorada), carvão, lítico, sedimentos, histórico (porcelana), tecido e urna funerária.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Acondicionamento: 40 caixas <i>box</i> arquivo, embalados em sacos plásticos. Documento: Relatórios, fichas de campo, cadernos de campo, registros fotográficos. Processo SEI IPHAN: 01490.000064/2011-60 Disponível para Pesquisa: SIM
Projeto Comida – Projeto Alimentação, Manejo da Terra e Cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da Pré-História Indígena no Nordeste do Estado do Amazonas.	Myrtle Pearl Shock	2012-2016	Bela Vista, Cláudio Cutiã, Floresta, Jardim Floresta, Lago das Pombas, Pedra Alta, Pedral 15, Pedral 33, Pedral 38, Vila Nova, Vila Nova II. TOTAL DE SÍTIOS: 11	Cerâmica, carvão lenhoso, lítico, ossos, sedimentos (vegetais), sementes.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos transparentes nas caixas engradadas coloridas, bandejas de plástico. Documento: Relatório; fichas de campo, ficha de escavação, registro fotográfico. SEI IPHAN: 01490.000124/2013-14. Disponível para pesquisa: SIM
Projeto Gasoduto – Coari–Manaus (GASCOMA)	Eduardo Góes Neves	2005 (pré-comunicação) 2006-2012 (etapa de campo, laboratório e transferência. Da coleção para UFAM)	Abacate, Aparecida, Aranhã, ABC Ramal Manacapuru, Apito, Anamã (Clareira 23), Anamã (Clareira 24), Arara Tucupi, Areal 4km, Areal 7km, Arixi, Brandão, Badajós, Boa Vista (Anori), Caapiranga (Campina), Canteiro CGA (Caapiranga), Cemitério Curupira (Clareira 19), Clareira 1, Clareira 2, Clareira 4, Clareira 6, Clareira 10 A, Clareira 13, Clareira 14 e 14 A, Clareira 15, Clareira 18 A, Clareira 21, Clareira 32, Clareira 5, Clareira 9, Codajás, Comunidade Santo Antônio, Do Brega, D. Stella, Espírito Santo, Fazenda Águas Claras, Fazenda Boa Vista, Fazenda Conceição, Fazenda São Pedro, Gravetão, Grêmio,	Carvão, cerâmica (recipientes com apliques e borda decorada), cerâmica pré-colombiana (faiança, grés, porcelana) líticos (laterita), louça, ossos, pão de índio, tijolos, sedimentos, sedimentos (argila).	Armazenamento: Arquivo Deslizante-RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos transparentes nas caixas de arquivo <i>box</i> , engradados, caixas organizadoras com tampa, bandejas com os artefatos embalados em plástico bolha.

		2013-2017 (execução do projeto)	Igarapé Terra Preta, Jacuraru, Jacuruxi, Jenipapo, Jenipapo II, Lago do Jabuti, Lago do Miuá, Maciel I (Clareira 23), Maciel II (Clareira 23), Mandiocal do Miriti, Maria de Jesus, Mato Grosso, Macuaçu mirim, Morro Alto, Monte Sinai (Clareira 22), Monte Sinai II (Clareira 21), , Nazário, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Clareira 28), Nova Esperança (Clareira 11), Paricatuba (Rede elétrica), Patauí (Clareira 26), Pilão, Praia do Lago Coari (Clareira 16), Primavera, Ramal de Campina, Ramal Faixa Gasoduto Campina, São Francisco de Curutá, São Jorge, São Jorge II (Clareira 25) Santa Cruz (Clareiras 18-19), Santa Fé (Clareira 12 A), São Paulo II (Clareira 18), Seu Antônio, Seu Francisco, Termoeletrica Anori, Terra Preta Anori, Texas, Urucuri-Anamã, Zé Tota. TOTAL DE SÍTIOS: 80		Documentos: Fichas de campo, mapas, registros fotográficos, dissertações, teses; monografias; iniciação científica, relatórios, artigos PROC. SEI IPHAN: 01490.000014/2004-53 Disponível para pesquisa: SIM
Projeto de Levantamento Arqueológico de Manaus (LAMA)	Helena P. Lima	2006/2012	Barreirinha, Boa Esperança, Boca do Tupé, Comunidade do Arara, Igarapé do Jaraqui, Japiim, Praia Dourada, Nova Canaã, Nossa Senhora da Saúde, Novo Paraíso, Ponta Negra, Praia Dourada, Refinaria Nilton Lins, São Sebastião, Tatu, Terra Preta. TOTAL DE SÍTOS: 16	Urna Funerária resgatada em 2012.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos transparentes nas caixas de arquivo <i>box</i> , nos engradados, nas caixas organizadoras com tampa. Documentação: Relatórios, Fichas CNSA. Disponível para pesquisa: SIM
Projeto de Resgate Praça D. Pedro II –	Carlos Augusto da Silva; Eduardo Góes Neves; Patricia Bayod Donatti.	2000 2003 2004 2012	Manaus TOTAL DE SÍTIO: 01	Cerâmicos (urnas fragmentadas, apliques, bordas etc.), líticos, osso (fauna), sedimentos Urnas funerárias: (13)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Acondicionamento: Sacos plásticos transparentes nas caixas de arquivo <i>box</i> , engradados, caixas organizadoras com tampa. Documentação: Relatório Coleção ManausCult, fichas de campo, registro fotográfico.

					PROC. SEI IPHAN: 01490.00035/2003-98.
					Disponível para pesquisa: SIM.
Projeto União do Vegetal	Eduardo Góes Neves Carlos Augusto da Silva	2002	Sítio União Vegetal TOTAL DE SÍTIO: 01	Cerâmicos: Urna (01), Arquidar (01)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Acondicionamento: Caixas plásticas embaladas com plástico bolha Documentação: cadernos de campos, fichas de escavação e relatórios Disponível para pesquisa: SIM
Resgate Emergencial	Fernando Walter Marcos Eugênio Eduardo Góes Neves	2001/2004	Nova Cidade I (2001) Complexo Nova Cidade II (2004) TOTAL DE SÍTIO: 02	Cerâmica (fragmentos de urnas funerárias, pratos, alguidares), líticos (rochas) e restos orgânicos (dentes)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos transparente plásticos nas caixas arquivo <i>box</i> , engradados. Documentação: Relatório, cd, fichas de campos, registro fotográfico. Disponível para pesquisa: SIM
Resgate Emergencial Manayirão	Carlos Augusto da Silva	2004	Manayirão. TOTAL DE SÍTIO: 01	Cerâmico (fragmentos de urna, vasos), sedimentos.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Acondicionamento: Sacos transparentes plásticos, na caixa organizadora plástica. Documentação: Relatório. Disponível para pesquisa: Sim
Resgate Emergencial	Carlos Augusto da Silva Helena P. Lima	2006	Tony Medeiros	Cerâmicos (fragmentos de urna); Urna funerária (falta restauro)	Armazenamento: RT 1 Acondicionamento: Caixas de arquivos <i>box</i> , engradados

Projeto Rio Negro Arqueologia e Gestão do Patrimônio no Baixo Rio Negro	Eduardo Góes Neves Marjorie do Nascimento Lima	2009/2012	Caverna Curi-Curiari, Comunidade Lázaro, Escola Passi-Mari, Lago das Pombas, Manacapuru, Rio Cueiras, Rio Madichi, Tatu, Tunui Cachoeira, TOTAL DE SÍTIOS: 09	Fragmentos cerâmicos (guarita), urnas funerárias, lítico, solo, material histórico.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos transparentes plásticos, nas caixas engradadas. Documentação: Relatório, fichas de escavação, fichas de campo, registro fotográfico. PROC. SEI IPHAN: 01450.011952/2011-84 Disponível para pesquisa: SIM
Projeto PIATAM	Carlos Augusto da Silva Helena P. Lima Eduardo Góes Neves	2001-2004	Barro Branco, Boa Esperança, Boa Lieta, Caetano, Casa Velha, Coari, Costa do Gabriel, Costa da Goiabeira, Costa do Marrecão, Ena, Fazenda Santa Maria, Lauro Sodré, Ponta da Usina, Samaúma, São Francisco, Santa Helena, São Pedro I, Vila Lira, Sena, Senhor Louro, Seu Lélio, Tauana, Tucuxi. TOTAL DE SÍTIOS: 23	Cerâmico (recipientes /fragmentos remontados, vasilhame), líticos (lâminas de machado), sedimentos.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos transparentes plásticos nas caixas de arquivo <i>box</i> , engradados. Documento: relatórios, fichas de campo, caderno de campo. Disponível para pesquisa: SIM
Resgate Emergencial Sítio Tucumã	Carlos Augusto da Silva	2008	Arara, Terra Preta, Tatu, Tupé e Tucumã. TOTAL DE SÍTIOS: 05	Cerâmico (fragmentos de urna).	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Caixas plásticas tipo marfinite. Material envolvido em plásticos bolha, caixas organizadoras com tampa. Documento: Relatório, capítulo de livro (coleção material e imaterial), artigo. Disponível para pesquisa: SIM. PROC. IPHAN: 01490.900036/2017-30

Resgate Emergencial Japiim	Myrtle Pearl Shock, Helena P. Lima, Luciano de Souza Silva e Carlos Augusto da Silva	2012	Sítio Japiim	Cerâmicos (urna funerária da fase Paredão e um alguidar)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Material envolvido em plásticos bolha. Documento: Relatório
----------------------------	--	------	--------------	--	---

Quadro 9: Demonstrativo das coleções oriundas de projetos de arqueologia de contrato (arqueologia preventiva) ²⁵

PROJETOS INSTITUCIONAIS (Arqueologia de Contratos) ²⁶	RESPONSÁVEL	ANO	SÍTIO	TIPOLOGIA DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO	STATUS
Projeto Marina Rio Belo	Carlos Augusto da Silva Eduardo Góes Neves	2007	Marina Rio Belo	Cerâmico (fragmentos), lítico (lesma, raspador etc.)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Acondicionamento: Sacos plásticos nas caixas de arquivo <i>box</i> , nos engradados Documento: Relatório, registro fotográfico da tese de doutorado de Fernando Walter.
Projeto de Prospecção e Resgate de Sítios Arqueológicos na Área do Empreendimento Alphaville Manaus I	Anne Rapp Py-Daniel Eduardo Góes Neves	2007	Areal do Itapuranga, Campina, Itapiranga/Itapuranga. TOTAL DE SÍTIOS: 4	Carvão, cerâmico e lítico.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos nas caixas de arquivo <i>box</i> , nos engradados brancos. Documentos: relatório.

²⁵ O quadro indica os projetos oriundos de projetos de consultoria/contrato que originaram material arqueológico, salvaguardado pelo Museu Amazônico – Laboratório de Arqueologia

²⁶ Arqueologia de Contrato é uma denominação utilizada para as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no licenciamento de empreendimentos, atualmente menos frequente, deu lugar para o termo Arqueologia Preventiva. (WICHERS, 2010, p.50).

(Loteamento Ponta Negra)					PROC. SEI IPHAN: 01490.000067/2006-36
Programa de Estudos Arqueológicos ligados à pavimentação e melhoria da Estrada da Várzea/ Rodovia AM- 363, Município de Silves -AM	Helena P. Lima	2009/2010	Vários Sítios (a serem identificados)	Cerâmicos (fragmentos de urnas), carvão, líticos e solos	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Em processo de identificação. Documentos: Relatórios PROC. SEI IPHAN: 01490.000116/2009-83
Programa de Resgate Arqueológico Residencial Amazonas – Cons. <i>IN SITU</i>	Bruno Marcos Moraes Helena P. Lima	2012	Res. Amazonas	Cerâmico e líticos	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos nas caixas de arquivo box Documento: Relatório PROC. SEI IPHAN: 01490.000103/2011-29
Programa de Estudos Arqueológicos da LT Jorge Teixeira – LECHUGA, Manaus-AM.	Bruno Marcos Moraes Helena P. Lima	2013	Areal dos Buritis, Areal do Silvano, Balneário do Clóvis, Banho Familiar, Centro de Treinamento do Exército, Km8, Sítio do Alan ou Ivan.	Cerâmico e lítico	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos nas caixas de arquivo box, nos engradados. Documentos: Relatórios. PROC. SEI IPHAN: 01490.000438/2012-28
Projeto Residencial Villa Suíça	Bruno Marcos Moraes Helena P. Lima	2013	Villa Suíça	Fragmentos de cerâmica e lítico	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos nas caixas de arquivo box PROC. SEI IPHAN: 01490.000161/2013-14
Projeto de Diagnóstico Arqueológico Interventivo – Condomínio	Bruno Marcos Moraes Helena P. Lima	2013	Vivenda das Marinas Empreendimento Nível III	Cerâmico (Fragmentos)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: A serem identificadas nas caixas engradadas plásticas

Residencial Tauá 2 – <i>IN SITU</i>					PROC. SEI IPHAN: 01490.000503/2013-04
Projeto Zona Leste (PZL) Coleção 9	Helena P. Lima	2015/2017	Areal dos Buritis, Banho do Clóvis, Banho Familiar, Colônia Antônio Aleixo, Daisaku Ikeda, Lajes, Mauá, Pedral do Alberico, Ramal do Ipiranga, São José, Senhor Ivan, Tony Medeiros, UDV. TOTAL DE SÍTIOS: 13	Recipientes Cerâmicos: Urna funerária, muralha do assador ou forno de torrar farinha ou beiju e pequeno forno ou um grande assador de beiju. Sedimentos.	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos nas caixas de arquivo box, nos engradados brancos e caixas organizadoras com tampas. Documento: Relatório final, relatório complementar fichas de campo, fichas de escavação, registro fotográfico. PROC. SEI IPHAN: 01450.001408/2011-24 Disponível para pesquisa: SIM
Projeto Residencial Vilas de Monte Cristo, Manacapuru - AM	Margaret Cerqueira de Souza João Queiroz Rebouça	2014	Vilas de Monte Cristo	Cerâmica	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos transparentes em caixas engradadas. PROC. SEI IPHAN: 01490.002755/2014-41
Prospecção Arqueológica Intensiva Interventiva – Potássio do Brasil Ltda.	Alexandre Hering de Menezes Cássia Bars Hering	2014		Cerâmica, líticos ²⁷	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos na caixa organizadora branca. Documentos: Relatório. PROC. SEI IPHAN: 01490.001169/2014-89

²⁷ Existe uma tratativa de transferência desse material para o Museu da Amazônia, MUSA. conforme Ofício n.º 003/2019/ MUSA-NAE.

Projeto LT 500 KV Manaus – Boa Vista – Subestação Lechuga (MA), Subestação Equador (RR), Subestação Boa Vista (RR)	Tatiana Costa Fernandes	2014 2016 2018	Areal do Sr. Milton. – AM – 010	Carvão, Cerâmica.	Armazenamento: Arquivo Deslizante - RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos em caixa de arquivo box. PROC. SEI IPHAN: 01450.013202/2012-28
Projeto Diagnóstico Interventivo Amostral e Ed. Patrimonial no empreendimento da PBL AUTAZES- AM	Alexandre Hering de Menezes	2015		Cerâmicos (fragmentos), líticos e uma amostra de carvão	Armazenamento: Arquivo Deslizante - RT1 Acondicionamento: Em processo de identificação na RT1 PROC. SEI IPHAN:
Projeto Monitoramento das obras de implantação do Distribution Park Manaus III (Hines). Empreendimento Engenharia RD	Fábio José de Melo Rafael	2017	ADA do Distribution Park III (Hines), Distrito Industrial, Manaus (AM)	14 Fragmentos Cerâmicos	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Sacos plásticos transparentes nas caixas arquivo box PROC. SEI IPHAN: 01490.00615/2014-38
Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Residencial Tropical.	Margaret Cerqueira de Souza	2017	Empreendimento Nível III	2 artefatos líticos	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: Plásticos bolhas nas caixas organizadoras plásticas PROC. SEI IPHAN: 01490.900035/2017-95
Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Terminal Portuário das Lajes	Angela Maria Araújo de Lima	2018	Ocorrência no Terminal Portuário das Lajes Empreendimento Nível III	73 fragmentos cerâmicos	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Acondicionamento: caixa organizadora plásticas PROC. SEI IPHAN: 01490.900040/2017-06
Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no	Douglas Franco Guedes	2018	Prestige Tarumã Empreendimento Nível III	Cerâmico (16 fragmentos) Líticos (08)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1

Empreendimento Prestige					Acondicionamento: Sacos plásticos transparentes nas caixas plásticas. PROC. SEI IPHAN: 01490.002199/2015-93
-------------------------	--	--	--	--	--

Fontes: Plano museológico, planilhas internas, relatório final do gasoduto Coari- Manaus, relatórios internos do Laboratório de Arqueologia, Sistema Eletrônico de Informações-SEI. (Disponível em: <http://sei.iphan.gov.br/pesquisapublica>. Acesso em: 04 nov.2021), Instrução Normativa n.º 001/2015 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislação> . Acesso em: 20 out.2021.

Quadro 10: Demonstrativo das coleções arqueológicas doadas ao Museu Amazônico

COLEÇÃO	TIPOLOGIA DE MATERIAL	STATUS
Antônio Toca	Fragmentos cerâmicos (Maués)	A ser identificado
Areal do Morototó	Fragmentos cerâmicos	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Caixas de arquivos box embaladas em sacos plásticos
Bárbara	Fragmentos cerâmicos com apliques, cultura Paredão	A ser identificado
Camilo Ramos	Fragmentos de urnas (Parintins)	A ser identificado
Carlos Nascimento	Vasilhames fragmentados da Comunidade Livramento – Comunidade Livramento.	A ser identificado
Carneiro	Fragmentos cerâmicos (Presidente Figueiredo)	A ser identificado
Cláudio Roberto Pinto Cunha	Fragmentos cerâmicos (Lago do Limão)	A ser identificado
Dalva	Caretas e apliques cerâmicos Lago do Limão	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Caixas de arquivos <i>box</i> embaladas em sacos plásticos
Dona Socorro	Fragmentos cerâmicos (Açutuba)	A ser identificado
Fábio	Cerâmico (fragmentos), líticos (Açutuba)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT 1 Caixas de arquivos <i>box</i> embaladas em sacos plásticos
Frederico Arruda	Cerâmico (Base) Barcelos- AM	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Caixa de arquivos box embaladas em sacos plásticos
Galo da Serra	Fragmentos Presidente Figueiredo	A ser identificado
Geraldo de Sá Peixoto	Fragmentos cerâmicos Barcelos	A ser identificado
IBAMA – PF (apreensão) 2004/ MPF	Líticos e Faunas (dente de tubarão)	A ser identificado
INPA	Cerâmico	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Caixa arquivo <i>box</i> embalados em sacos plásticos
Manoel Silva Cruz	Fragmentos cerâmicos	A ser identificado

	Itacoatiara	
Manacapuru	Fragmentos cerâmicos	A ser identificado
Rui Machado	Cerâmico (flanges), lítico polido	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Caixa arquivo <i>box</i> embalados em sacos plásticos
Presidente Figueiredo	Cerâmica	Armazenado na sede do Museu Amazônico (Centro)
Sítio Bolívar	Fragmentos Cerâmicos Tarumã/ Manaus	A ser identificado
Sítio Bonates	Cerâmicos (fragmentos), Sedimentos Tarumã	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Caixa arquivo <i>box</i> embalados em sacos plásticos
Sítio Novo Airão	Fragmentos Cerâmicos	Engradados e sacos plásticos
Sr. Custódio	Cerâmico (estatueta antropomórfica), lítico (rocha com decoração antropomórfica)	Armazenamento: Arquivo Deslizante – RT1 Caixa arquivo <i>box</i> grande embalado em plástico bolha.
Tabatinga	Fragmentos cerâmicos	A ser identificado
Tony Medeiros 2006	Cerâmicos (fragmentos de urna);	Armazenamento: Arquivo Deslizante - RT 1 Acondicionamento: Caixas arquivos <i>box</i> , engradados
Velho Airão		A ser identificado

Fonte: Relatórios internos do laboratório de Arqueologia.

Adaptado pelo autor, 2021.

Os quadros acima listam as coleções que compõem o acervo arqueológico acondicionado na Reserva Técnica I no Laboratório de Arqueologia advindas de três categorias: Projetos Acadêmicos, Projetos de consultoria/contrato e Doações.

Tais coleções são, de fato, uma espécie de narrativa do processo histórico experimentado pelas populações da Amazônia antes da chegada do colonizador ocidental. Assim, pode-se até mesmo atribuir que o acervo simboliza uma forma de digitais ou até mesmo vozes que, à medida que são encontrados *in loco* por meio de pesquisa, permitem identificar como os objetos/ artefatos foram planejados em atividades do cotidiano e ritos culturais diversos. Portanto, o acervo representa esse espelho, o verde cultural desses povos.

Importante frisar que todas as coleções que compõem o acervo arqueológico estarão disponibilizadas futuramente no banco de dados do Laboratório de Arqueologia, que está em processo de alimentação das informações.

4 POR UM OLHAR SUSTENTÁVEL NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUSEU AMAZÔNICO

Neste capítulo, melhor explicitamos a gestão desenvolvida atualmente no laboratório, abordando os dados coletados na pesquisa (apresentação detalhada da estrutura do laboratório, informações sobre o acervo e as formas de conservação das coleções), bem como os aspectos voltados à sustentabilidade ambiental do laboratório, procurando descrever as características do seu ambiente externo e os desafios a serem superados ao alcance da sustentabilidade ambiental.

4.1 Diagnóstico da gestão do acervo arqueológico do Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico

O laboratório ocupa um prédio de 1.058,40 m², local que abriga uma grande floresta urbana de mata nativa (Figuras 66, 67), o que significa níveis maiores de umidade e temperatura mais amena. No entanto, como a cobertura vegetal foi suprimida, a edificação ocupa uma área de clareira onde o microclima se diferencia das áreas mais arborizadas.



Figura 66: Visão do alto da floresta da UFAM
Fonte: Disponível em: www.idd.org.br.
Acesso em: 23 nov. 2021



Figura 67: Visão do alto do Laboratório (prédio inferior)
Fonte: Google Earth

O Laboratório de Arqueologia foi construído com dois pavimentos (Figuras 68,69,70 e 71). No térreo estão localizadas as Reservas Técnicas I e II, sala de recebimento e sala de equipamentos e material de uso geral. No 1.º pavimento está a sala de administração, a sala de aula, sala de exposições, biblioteca, almoxarifado e os laboratórios I, II e III. O prédio conta ainda com elevador com capacidade para seis pessoas, copa/cozinha e banheiros nos dois pavimentos.

Os laboratórios I e III são destinados às atividades de higienização, inventário, catalogação, acondicionamento e estudo dos materiais, enquanto o laboratório II é

exclusivamente destinado às atividades de restauro dos artefatos. A Reserva Técnica I ocupa uma área de 157,97 m² de área construída, tendo capacidade de armazenamento de 214 m³ de material, o que equivale a 3000 caixas engradadas. A Reserva Técnica II é menor, ocupando 30,09 m² de área e com capacidade de 40 m³ de material, equivalendo a 600 caixas engradadas.²⁸



Figura 68: Sala de recebimento
Crédito: Hildebrando, 2021



Figura 69: Reserva Técnica I
Crédito: Karem Teles, 2021



Figura 70: Sala de aula
Crédito: Karem Teles, 2021



Figura 71: Sala de exposição
Crédito: Karem Teles, 2021

Nas salas da reserva técnica I, além dos armários deslizantes que otimizam a ocupação do espaço e facilitam a organização do acervo, há quatro aparelhos de ar condicionado de 22.000 BTUs, um termo-higrômetro e quatro desumidificadores para controle ambiental de temperatura e umidade no local. Em condições normais, metade deles ligados consegue manter os níveis desejáveis entre 20 °C e 23 °C; e umidade relativa do ar variando entre 50% e 60%, conforme disposto no Anexo I, inciso III, item 9, da Portaria IPHAN n.º 196/2016, garantindo

²⁸ Dados disponíveis no *site* <https://www.arqueologiamuseuamazonico.ufam.edu.br>

uma reserva de garantia para o caso de manutenção em algum dos equipamentos. O monitoramento ambiental, até metade de 2020, era feito na sala de aula, sala de recebimento, reserva técnica e laboratórios. No segundo semestre de 2020 iniciaram medições apenas na reserva técnica e na sala de exposições, porque, até julho de 2020, havia materiais arqueológicos nas salas de aula, de recebimento e dos laboratórios I e II que foram deslocados para a Reserva Técnica I (Figura 72), permitindo que os aparelhos fossem desligados. Os valores encontrados no termo-higrômetro são anotados de forma manual de segunda-feira a sexta-feira, duas vezes por dia. Os Anexos D e E trazem os formulários de leitura dos anos de 2020 e 2021.



Figura 72: Materiais arqueológicos transladados para Reserva Técnica I
Crédito: Karem Teles, 2021

Os artefatos arqueológicos (carvão, cerâmica, líticos, ossos, sedimentos entre outros) da Reserva Técnica I estão acondicionados em caixas *box*, caixas engradadas de polipropileno, caixas plásticas com e sem tampa, bandejas plásticas, sacos plásticos amarrados com barbante de algodão ou apenas amarrados com nó (Figuras 73,74,75), visando reduzir o risco de alteração nos materiais pela interação química entre recipiente e material.



Figura 73: Imagem das caixas de polipropileno
Crédito: Karem Teles, 2021



Figura 74: Caixa plástica com material arqueológico
Crédito: Karem Teles, 2021



Figura 75. Acondicionamento em caixas plásticas.
Crédito: Karem Teles, 2021

Quanto ao armazenamento, a Reserva Técnica I utiliza dois tipos de armários: um armário tipo arquivo deslizante (Figura 76): composto de trinta e cinco portas, sendo três divisões em cada armário, cinco prateleiras e um armário com quinze gavetas; outro armário tipo arquivo fixo (Figura 77) com cinco portas, contendo quatro prateleiras e duas gavetas.



Figura 76: Arquivos deslizante
Crédito: Karem Teles, 2021



Figura 77: Armários fixos de duas portas com gavetas e prateleiras
Crédito: Karem Teles, 2021

A seguir, a Tabela 1 e Tabela 2 demonstram os tipos de acondicionamento e suas quantidades em cada armário da Reserva Técnica I:

Tabela 1: Tipos de acondicionamento dos materiais arqueológicos e suas quantidades no Arquivo – Deslizante

Identificação do armário	Projetos Acadêmicos (A) / Consultorias (C) / Doações (D)	Tipologia do material arqueológico	Tipo de acondicionamento				
			Bandejas plásticas com ou sem tampa	Caixas Arquivos Box	Caixas organizadoras plásticas com ou sem tampa	Engradados	Peças expostas nas prateleiras
Armário A	PCTPI (A), PIATAM (A), RLT- Lechuga (C), Praça D. Pedro II (A), Nova Cidade (A), Rio Negro (A) Zona Leste (C), Tony Medeiros (D)	Cerâmico, lítico, ósseo e material histórico.	0	78	2	2	0

Armário B	PAC (A); União do Vegetal (A), GASCOMA (A) Lechuga (C), RD (C), Res. Tropical (C), Prestige Tarumã (C), Lages (C), Villa Suíca (C), Res. Tauá 2 (C)	Fragmentos Cerâmico, lítico, ósseo e material histórico	0	104	2	1	0
Armário C	Baixo Urubu (A)	Cerâmico, lítico, ósseo e material histórico	0	135	0	0	0
Armário D	Baixo Urubu (A) PAC (A) Resgate Emergencial Sítio Tucumã (A), Rui Machado (D) Sr. Custódio (D) Sr. F. Arruda (D)	Cerâmico, lítico, ósseo e material histórico	0	54	1	6	0
Armário E	União do Vegetal (A), PIATAM (A), GASCOMA (A), PAC (A), Zona Leste (C), Resgate Sítio Manayrao (A), Japiim (A), Areal do Morocotó (D)	Vasilhames e Fragmentos Cerâmicos	1	0	8	1	33
Armário F	PIATAM (A), Resgate Emergencial D. Pedro II (A), PAC (A), GASCOMA (A), PCTPI (A), Lajes (C), INPA (D), Bonates (D), Novo Airão (D).	Vasilhames e Fragmentos Cerâmicos	4	0	0	0	38
Armário G	PIATAM (A), Nova Cidade (A)	Vasilhames e	0	9	9	0	37

		Fragmentos Cerâmicos					
Armário H	Baixo Urubu (A), PIATAM (A), GASCOMA(A)	Vasilhames, Fragmentos cerâmicos e líticos	0	0	1	2	14
Armário I	PCTPI (A)	Cerâmico, material histórico e lítico	0	0	27	0	0
Armário J	PCTPI (A)	Carvão e sedimentos	0	1	1	13	0
Armário K	COMIDA (A)	Cerâmico, Sedimentos e Material histórico.	1	0	0	49	0
Armário L	COMIDA (A) Resgate Sítio Manayrao (A) PAC – HATAHARA (A)	Cerâmico, solo, sedimentos	1	0	0	44	0
Armário M	GASCOMA(A), PAC (A)	Cerâmico e solo	0	0	0	26	0
Armário N	GASCOMA (A)	Carvão, cerâmico e sedimentos	0	9	0	48	0
Armário O	GASCOMA (A), Baixo Urubu(A), Sítio Japiim (A), PAC (A), Potássio-Brasil (C), Villas de Monte Cristo (C) Dalva (D), Fábio (D).	Cerâmico, Fragmentos de urnas funerárias, sedimentos e Material histórico.	3	0	1	30	0
Armário P	COMIDA (A) GASCOMA (A) Nova Cidade (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	7	0	0	27	0
Armário Q ²⁹	ALPHAVILLE	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	12	0

²⁹ A partir do armário Q, estão armazenados os materiais arqueológicos que estavam nas salas de aula, de recebimento e os dos laboratórios.

	(C), GASCOMA (A), Res. Amazonas (C)						
Armário R	GASCOMA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	50	0
Armário S	GASCOMA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	50	0
Armário T	GASCOMA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	23	0
Armário U	PAC (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	2	43	0
Armário V	PAC (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	49	0
Armário W	PAC (A) PIATAM (A) Marina Rio Belo (C)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	32	0
Armário Y	PAC (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	47	0
Armário Z	PCTPI (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	3	48	0
Armário AA * ³⁰	PAC-HATAHARA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	1	49	0
Armário AB	PAC-HATAHARA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	50	0
Armário AC	PAC-HATAHARA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	1	49	0
Armário AD	PAC-HATAHARA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	50	0

³⁰ A partir desse armário, não há identificação. A autora adotou nomenclatura provisória apenas para demonstração. Dados obtidos no dia 22 nov.2021

Armário AE	PAC-HATAHARA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	50	0
Armário AF	PAC-HATAHARA (A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	1	0	2	46	0
Armário AG	PAC-HATAHARA(A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	2	0	45	0
Armário AH	PAC-HATAHARA(A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	17	0
Armário AI	PAC-HATAHARA(A)	Fragmentos cerâmicos e sedimentos	0	0	0	0	0
TOTAL			18	392	61	959	122

Fonte: Dados compilados pela autora, nov. 2021

Tabela 2: Tipos de acondicionamento do material arqueológico e suas quantidades no Armário Fixo

Identificação do armário	Projetos Acadêmicos (A)	Tipologia do Material arqueológico	Tipo de acondicionamento				
			Bandejas plásticas com ou sem tampa	Caixas Arquivos Box	Caixas organizadoras plásticas com ou sem tampa	Engradados	Peças expostas nas prateleiras
Armário 1	GASCOMA (A) PIATAM (A)	Carvão, semente.	0	7	2	1	0
Armário 2	GASCOMA (A)	Cerâmica, ósseo e carvão	0	2	1	4	0
Armário 3	GASCOMA (A)	Ósseo	1	1	11	0	0
Armário 4	GASCOMA (A) PIATAM (A) PAC-HATAHARA (A)	Pão de Índio Fragmentos ósseos, Fragmentos de urnas funerárias, fauna.	0	0	14	0	0
TOTAL			1	10	28	5	0

Fonte: Dados compilados pela autora, 2021

Analisando a parte interna da reserva técnica, foi identificado que a sala possui amplas janelas de vidro, com perfil de alumínio. Essas salas foram construídas na posição poente, ou seja, a maior parede da reserva, onde estão as janelas de vidro, recebem a incidência direta da

luz do sol no período da tarde (Fig.78), o que na Região Amazônica é sinônimo de aquecimento da parte interna do ambiente. Os aparelhos de ar-condicionado, de teto, estão posicionados nessa mesma parede (Figura 79), o que significa que as partes condensadoras dos aparelhos ficam expostas ao sol, fato que, por sua vez, aumenta o consumo de energia. Internamente, o ar frio é direcionado por todos os aparelhos à parede oposta, voltada para a parte interna do prédio. Dessa forma, a parte interna da sala possui níveis de temperatura diferentes.



Figura 78: Parte externa da RT
Crédito: Karem Teles, 2021



Figura 79: Parte interna da RT
Crédito: Karem Teles, 2021

Outro ponto que merece atenção é a questão do sistema de combate a incêndio. Existem extintores de incêndio espalhados pelo prédio do Laboratório, devidamente sinalizados, mas o alarme é do tipo “quebre o vidro”, ou seja, ele demanda a presença de uma pessoa para acionar o alarme (Figura 80). A ocorrência de sinistro durante a noite ou num período em que o prédio fica vazio, acarretará sério prejuízo ao prédio e seus acervos. Não há detectores de fumaça ou de variação de temperatura, tampouco *splinkers* no teto. Os hidrantes (Figura 81) que existem no prédio não têm pressão d’água suficiente para funcionar. Nesse ambiente é, portanto, premente que seja implantado um sistema de combate a incêndio que possa proteger a integridade física dos servidores, a estrutura do prédio e as coleções arqueológicas salvaguardadas.



Figura 80. Imagem do alarme contra incêndio
Crédito: Karem Teles, 2021



Figura 81: Imagem de hidrante
Crédito: Karem Teles, 2021

Isso significa que em caso de sinistro o prédio e suas coleções sofreriam grandes perdas. Já foi solicitado junto a Prefeitura do Campus Universitário o pedido para inspeção do corpo de bombeiros³¹. Até a finalização da pesquisa, a solicitação ainda não tinha sido atendida.

Assim, diante da realidade observada, apontamos abaixo os itens observados no Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico:

Quadro 11: Resumo do Diagnóstico

Item	Descrição	Possui?		Observações
		Sim	Não	
Organização	Seguro contra roubo e incêndio		X	
	Certificado do corpo de Bombeiros		X	Já foi solicitado junto à Prefeitura do Campus essa necessidade
	Plano de evacuação		X	
	Área própria para laboratório	X		
	Área própria para reserva técnica	X		
	Área própria para exposições e extroversão	X		
	Área para ações educacionais	X		
	Equipe interdisciplinar capacitada	X		
	Coleta seletiva de resíduos	X		
Recursos Humanos suficientes		X	Laboratório conta atualmente com 01 arqueólogo, 01 administradora, 01 agente de portaria e 01 serviços gerais.	
Prédio	Localização salubre	X		
	Localização em ambiente com baixo nível de poluição	X		
	Infiltrações e fissuras	X		

³¹ Por meio do Ofício nº 050/2021/MA/UFAM. Processo SEI: 23105.031028/2021-59

	Apresenta soluções de acessibilidade	X		Rampa de acesso, elevador e mapa de localização das salas em braile
	Isolamento térmico		X	
	Uso de materiais não inflamáveis		X	
	Piso resistente e antiaderente	X		
Sistemas Auxiliares de Manutenção	Extintor de incêndio	X		
	Detector de fumaça		X	
	Iluminação de emergência	X		
	Sinalizador de saída	X		
	Alarmes	X		
	Cercas elétricas		X	
	Câmeras de segurança		X	
	Vigilantes	X		Apenas rondas de segurança com veículos
	Sistema hidráulico	X		
	Iluminação indireta e uso de lâmpadas de LED.		X	
	Filtros de poluentes		X	
	Revisão profissional		X	
	Revisão e controle dos sistemas auxiliares realizado por profissionais especializados (Ex. eletricitistas, encanadores, engenheiros, arquitetos etc.)	X		Apenas quando solicitados
	Reserva Técnica	Uso exclusivo para guarda de acervo	X	
Limpeza		X		
Ambiente de fácil acesso e circulação		X		
Capacidade compatível com o acervo		X		
Ambiente vedado		X		
Pontos de água e ralos			X	
Cestos de lixo		X		
Apenas uma porta de acesso			X	Duas portas
Gestão do Acervo / Exposição	Acesso apenas a pessoas autorizadas	X		
	Sistema de climatização ambiental para manutenção estável da temperatura e umidade do acervo (Ex.: ar-condicionado e desumidificador)	X		
	Medidores de umidade e temperatura	X		
	Incentivo a divulgação do acervo (práticas de extroversão)	X		
	Registro de visitação	X		
	Atividades de conservação preventiva	X		
	Área limpa para manuseio do acervo	X		
Controle de empréstimo entre acervos.	X			
	Equipe multidisciplinar e capacitada, com treinamento específico para pessoas com necessidades especiais.		X	

Fonte: AZEVEDO et al., 2020.

Adaptado pela pesquisadora, 2021.

Em verdade, o valor cultural e histórico do patrimônio arqueológico não tem preço, daí a responsabilidade pela salvaguarda impõe grande esforço dos profissionais envolvidos nessa tarefa, tanto pela necessidade de oferecer a infraestrutura específica necessária quanto a disponibilização dos recursos humanos especializados. Em razão disso, a gestão dos acervos arqueológicos se distingue de outras formas de acervo pelas suas características, explicitadas por Vasconcelos e Alcântara (2017, p. 155), que informam:

A gestão dos acervos arqueológicos, especificamente, diferencia-se da curadoria de outras tipologias de acervo basicamente em quatro aspectos: pela fragilidade devido à ruptura ambiental causada pelo trabalho de campo; pela diversidade material dos artefatos; pela presença de informações e documentos associados aos objetos; e, como já colocado acima, pelo fato de que se inicia no planejamento do projeto de pesquisa arqueológica, e não dentro das instituições de salvaguarda. Essas características tornam as coleções arqueológicas e sua consequente gestão um trabalho complexo.

Não bastassem os desafios inerentes ao acervo arqueológico, o contexto em que ele se insere aumenta o nível de complexidade e de responsabilidade de lidar com tais materiais. Nesse sentido, a região amazônica, de dimensões continentais, diversidade cultural e características naturais, representa uma ampla gama de possibilidades de descobertas. Esse potencial da região foi observado por Cabral, Pereira e Bezerra (2018, p.261), que salientaram a diversidade e a amplitude territorial da Amazônia como fatores para a existência de vastos contextos arqueológicos, com grande quantidade de vestígios, demonstrando as singularidades dos acervos arqueológicos da região Norte do país.

É nesse contexto que o Museu Amazônico, com o Laboratório de Arqueologia, uma das instituições autorizadas pelo IPHAN para atuar na conservação de acervos arqueológicos, desenvolve sua missão, voltado para o recebimento e a salvaguarda de artefatos arqueológicos, visando à pesquisa, à difusão cultural e à preservação do acervo. E uma das ferramentas utilizadas para a gestão do seu acervo são os protocolos internos, que têm o objetivo de se integrar às disposições da Portaria IPHAN 196/2016 e de elevar a eficiência da gestão dos acervos. Os protocolos são: Protocolo de Acesso à Reserva Técnica, Manuseio e Movimentação do Acervo Arqueológico (Anexo F); Protocolo de higienização dos acervos (Anexo G); Protocolo de manutenção dos espaços do Laboratório (Anexo H); Protocolo de termo de uso de imagem (Anexo I); Protocolo para concessão de apoio institucional – endosso (Anexo J). Apenas o protocolo para concessão de apoio institucional está disponível do endereço: www.arqueologiamuseuamazonico.ufam.edu.br/endorso-institucional e tendo sido formalizado por meio da portaria interna MA nº 10/2020. Os demais protocolos ainda não estão disponíveis no referido site.

Uma das formas do laboratório de arqueologia receber novos artefatos arqueológicos é o endosso institucional, isto é, o Laboratório cede um espaço em suas reservas técnicas e se responsabiliza pela guarda e conservação permanente do acervo resgatado em projetos de pesquisa, desde que o requerente atenda às condicionantes da Política Institucional da Divisão de Arqueologia, conforme a legislação que rege os projetos de pesquisa arqueológica³². Neste ponto, fundamental salientar que o crescimento da arqueologia preventiva³³ ou arqueologia de contrato levou ao igual aumento das portarias de permissão e autorização de pesquisas arqueológicas e conseqüente crescimento exponencial dos acervos arqueológicos (WICHERS, 2010). Então as instituições museológicas, incluindo o Museu Amazônico, passaram a ser procuradas para endossar projetos de arqueologia ligados ao licenciamento ambiental.

Os procedimentos adotados pela Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico para a concessão de apoio institucional em projetos de Arqueologia estão disciplinados pela Portaria Interna MA 010/2020 (Anexo J), a qual prevê a possibilidade de utilizar o recurso da contrapartida dos projetos para a execução de ações de conservação dos bens arqueológicos, sejam na forma de doação de equipamentos permanentes, materiais de consumo, serviços de terceiros e na cessão temporária de mão de obra, contribuindo diretamente com a proteção dos bens da União.

Abaixo, o Quadro 12 elenca os procedimentos para concessão da carta de endosso institucional.

Quadro 12: Procedimentos para a obtenção de apoio institucional

EXECUTOR	AÇÃO
Direção da Divisão e Equipe Técnica	Recebe solicitações (Carta de solicitação e projeto) de empresas de consultoria ambiental e arqueológica, e de instituições de pesquisa.
Emite pareceres técnicos de projetos para disponibilização do endosso (apoio) institucional.	
Estabelece contrapartidas.	
Envia parecer e termos de apoio técnico para apreciação da Direção Geral do Museu.	
Direção Geral do Museu	Recebe o documento.
Se precisar de ajustes, devolve-o à Divisão de Arqueologia. Se não precisar de ajustes, analisa o parecer.	
Se estiver de acordo, assina o documento de endosso e o disponibiliza para entrega pessoalmente ao solicitante.	

³² Disponível em: museuamazonico.ufam.edu.br/sobre-a-divisao-de-arqueologia.html. Acesso em: 08 mar.2021.

³³ O termo Arqueologia Preventiva foi instituído a partir da Portaria IPHAN 230, de 22 dezembro de 2002, antecedido por designações como Arqueologia de Salvamento e Arqueologia de Contrato. Essas denominações se referem ao mesmo fenômeno: pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito de obras potencialmente lesivas ao meio ambiente. (WICHERS, 2010, p.174)

Se não estiver de acordo, encaminha ofício com o posicionamento desfavorável e justificativa para conhecimento do solicitante.	
Secretaria	Arquiva o documento de resposta ao solicitante.
Divisão de Arqueologia	Arquiva todas as solicitações e pareceres técnicos.

Fonte: Manual de Procedimentos-Museu Amazônico, 2016.

Os endossos emitidos pelo Museu Amazônico dos anos de 2017 a 2021 são descritos conforme quadro abaixo:

Quadro 13: Quantidade de Concessões de Apoio Institucional emitidas nos anos de 2017-2021 pelo Museu Amazônico

ANO	2017	2018	2019	2020	2021
QUANTIDADE	14 ³⁴	06 ³⁵	04	07	21 ³⁶

Fonte: Dados compilados pela pesquisadora, 2021.

Ainda que a concessão de carta de endosso não seja garantia de que haverá material arqueológico resgatado, ocorreram grandes descobertas de material arqueológico na região Amazônica no passado recente, o que, se por um lado permite que sejam realizados estudos do material e enriquece o acervo do Laboratório, por outro demanda serviços próprios à preservação do acervo e pressiona a instituição por estrutura física e recursos humanos.

Considerando o volume e a diversidade do acervo arqueológico do Laboratório, não é difícil concluir que as ações de gestão do acervo ganharam cada vez mais importância. O potencial para extroversão que o material arqueológico possui, por meio de exposições e de ações educativas, pode alavancar o envolvimento da comunidade com a Instituição. Nesse mesmo sentido se manifesta Santos *et al* (2020, p. 332), quando ressaltam que:

Os acervos arqueológicos, além de necessitarem de conservação e da incorporação constante dos avanços tecnológicos dessa área, devem estar acessíveis não só à comunidade científica, mas também ao público em geral para que exerçam seu papel social, permitindo à sociedade o conhecimento de um patrimônio que pertence a todos.

Nesse contexto, as atividades de extroversão fortalecem a Instituição dentro do seu contexto social à medida que a interação com o público permite a troca de experiências e a propagação do conhecimento e da cultura amazônica. Assim, o Laboratório de Arqueologia,

³⁴ Recebidos materiais arqueológicos de duas empresas.

³⁵ Recebido material arqueológico de uma empresa.

³⁶ Recebido material arqueológico de uma empresa.

desde 2016, vem oferecendo atividades como palestras, exposições, visitas guiadas e participação em eventos.

Apesar desse nível de produtividade e da riqueza do acervo, o maior entrave para o crescimento das atividades é a questão dos recursos humanos. No caso da divisão de arqueologia, atualmente, não há profissionais de apoio administrativo, apenas colaboradores como agente de limpeza e portaria, o que dificulta a execução de tarefas cotidianas e indica que o profissional técnico atua nas duas frentes, na parte técnica e na administrativa. Outro ponto sensível é o profissional responsável pela arqueologia. Nos anos recentes, diversos profissionais passaram por essa atividade na UFAM, tendo pedido exoneração ou remoção, o que interrompe o ritmo de continuidade dos trabalhos. Além disso, um único profissional de arqueologia é insuficiente para suprir a necessidade das demandas que surgem no laboratório. Há toneladas de material à espera do processo de curadoria, num processo que consumirá muitos anos até sua conclusão. Na verdade, não se trata apenas de arqueologia, mas o fato de que a conservação de acervos é uma tarefa interdisciplinar, conforme atestam Paula, Saladino e Soares (2020, p.177) quando asseveram que os “campos da Arqueologia, da Museologia e da Conservação devem, portanto, trabalhar em conjunto desde o planejamento da escavação para que ocorra, de fato, a preservação e comunicação dos materiais coletados”. Essa dificuldade com os recursos humanos disponíveis prejudica de forma decisiva as atividades de curadoria, catalogação e disponibilização para pesquisa. Temos, portanto, um patrimônio imerso nas salas de recebimento (caixas com sedimentos) e reserva técnica que não transformam plenamente o seu potencial de produção de conhecimento e pesquisa em dinâmica de saberes.

É nessa inércia, que não é provocada pelos museus – que as instituições museais vão-se tornando depósitos. É no sentido de perceber as especificidades que permeiam o cenário brasileiro que Bandeira (2020, p.168) se manifesta ao afirmar que “as Universidades deveriam ser chamadas para pensar as políticas nacionais de salvaguarda, especialmente pelo caráter tão diverso das Instituições de Ensino Superior no Brasil.”

Em 2021, o laboratório recebeu vistoria de servidores da Superintendência do IPHAN do Amazonas para verificar se estava apto a ser mantido no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa – CNIGP e foi considerado aderente às disposições da Portaria 196/2016. Tal portaria, apesar de tratar da conservação de bens arqueológicos móveis, não se atém a questões de sustentabilidade ambiental, sendo essa a lacuna sobre a qual esta pesquisa buscou suprir.

4.2 Repensando as práticas de gestão do laboratório de arqueologia com o viés para sustentabilidade

Nesta parte da pesquisa, procurou-se fazer um paralelo entre as dimensões da sustentabilidade e a gestão atual do laboratório para identificar pontos de atenção que podem ser alvos de mudanças em direção a novos padrões que favoreçam a sustentabilidade. A dimensão sociocultural em um museu está relacionada à forma como a atuação da instituição repercute na comunidade, o que potencialmente o transforma num agente participativo e construtor da coletividade. O envolvimento da comunidade na resolução de problemas ambientais possibilita uma rede de compreensões que fomentam o surgimento de valores culturais. Corroborando esse entendimento, Francisco, Morigi, (2013, p.15) afirmam que a sustentabilidade na dimensão sociocultural “significa repensar práticas, rever ações, debater, questionar, mobilizar e, sobretudo, participar socialmente da criação de uma cultura para construção de um mundo mais sustentável”.

No caso do objeto de pesquisa, um elemento importante para favorecer o incremento da sustentabilidade sociocultural seria a existência de uma política cultural. Infelizmente, a UFAM, como muitas das universidades públicas brasileiras, não dispõe de política cultural.

É apoiado numa política cultural sólida, que o Museu Amazônico e o Laboratório de Arqueologia poderão atingir *status* de protagonismo, ultrapassando a ideia de que cultura é exposição, palestra e *show*. Não que as ações de extroversão das coleções do Museu Amazônico não ocorram! Nos últimos anos elas passaram a acontecer com mais frequência; no caso das coleções do Laboratório de Arqueologia, somente em 2013 (informações retiradas de relatórios internos do Museu Amazônico), porém mais graças ao esforço individual dos servidores do que pelo incremento de estrutura. Hoje, o perfil de atuação do Museu Amazônico é de um museu universitário, lugar de reflexão, de troca de experiências, de convivência interdisciplinar e de transformação da realidade. A sustentação que a existência de uma política cultural pode oferecer tornaria esse processo mais natural, mais amplo e mais efetivo.

Nesse sentido, a Divisão de Arqueologia - Laboratório de Arqueologia procurou sempre estar presente nas ações que promovessem a divulgação do patrimônio material cultural sob guarda por meio de exposições, visitas guiadas, palestras, cursos, atendimento a alunos e pesquisadores, e atividades de extroversão das suas coleções por meio de projetos acadêmicos. No quadro abaixo, uma pequena amostra das atividades durante os últimos anos:

Quadro 14 – Amostra das atividades realizadas nos anos anteriores

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
Mostra de arqueologia e patrimônio no Baixo Urubu – Socialização do conhecimento e educação patrimonial entre alunos do ensino médio do Baixo Urubu (2013)	Sob a coordenação da profa. Helena Lima
Arqueologia e educação patrimonial no Tupé – Palestras e um inventário participativo da coleção arqueológica presente na comunidade Agrovila Amazonino Mendes, na RDS do Tupé, Zona Rural de Manaus/AM, envolvendo docentes, estudantes, técnicos e profissionais de várias áreas do conhecimento (2013)	Sob coordenação dos professores Carlos Augusto da Silva e Helena Lima
Exposição “História e Conhecimentos Tradicionais dos povos da Amazônia” (2014)	Profa. Dra. Myrtle Shock com apoio da FAPEAM
Exposição “Alimentação, manejo da terra e cultura: uma abordagem paleoetnobotânica da pré-história indígena no nordeste do Estado do Amazonas”, conhecido como “Projeto COMIDA” (2014)	Profa. Dra. Myrtle Shock com apoio da FAPEAM
Exposição de artefatos arqueológicos realizada no Centro de Projetos e Estudos Ambientais do Amazonas (CEPEAM), do Projeto Valorização do Patrimônio Cultural e Preservação Arqueológica na Zona Leste de Manaus/AM. (2015)	Coordenados pelos Professores Doutores Helena Lima e Carlos Silva.
Exposição Via Norte – Programa de Socialização e Educação Patrimonial. (2015)	Evento realizado pelo Shopping Via Norte, apoio do Museu Amazônico em parceria com a empresa Uatumã Consultoria Arqueológica & Socioambiental.
Exposição Mentis criativas e Rochas transformadas. (2016)	Coordenado pelo arqueólogo Luciano Silva e equipe do Laboratório de Arqueologia
Exposição Patrimônios Amazônicos e Revelados: A coleção arqueológica da obra gasoduto (2017)	Coordenado pelo Museu Amazônico e equipe do projeto GASCOMA.
Palestras sobre o acervo arqueológico e visitas ao Laboratório aos alunos do curso de Biblioteconomia da UFAM e alunos da Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS). (2018)	Coordenado pela Direção e equipe do Laboratório de Arqueologia.
Curso: Domesticações Amazônicas: abordagens antropológicas, arqueológicas e da ecologia histórica (2019)	Parceria UFAM - INPA
Projeto “Conhecendo o Patrimônio Cultural no Museu Amazônico” Projeto de Extensão -UFAM (2019)	Coordenado pela Direção e equipe do Laboratório de Arqueologia
Palestra: Amostra de Tecnologias da Amazônia Pré-colombiana – Dr. Carlos Augusto da Silva (2019)	Coordenado pela Direção e equipe do Laboratório de Arqueologia em virtude da 13ª Primavera de Museus.

Fonte: Relatórios Internos do Museu Amazônico e Divisão de Arqueologia.

Adaptado pela autora, 2021

Algumas dessas ações receberam cobertura da mídia, conforme figuras (82,83) abaixo:

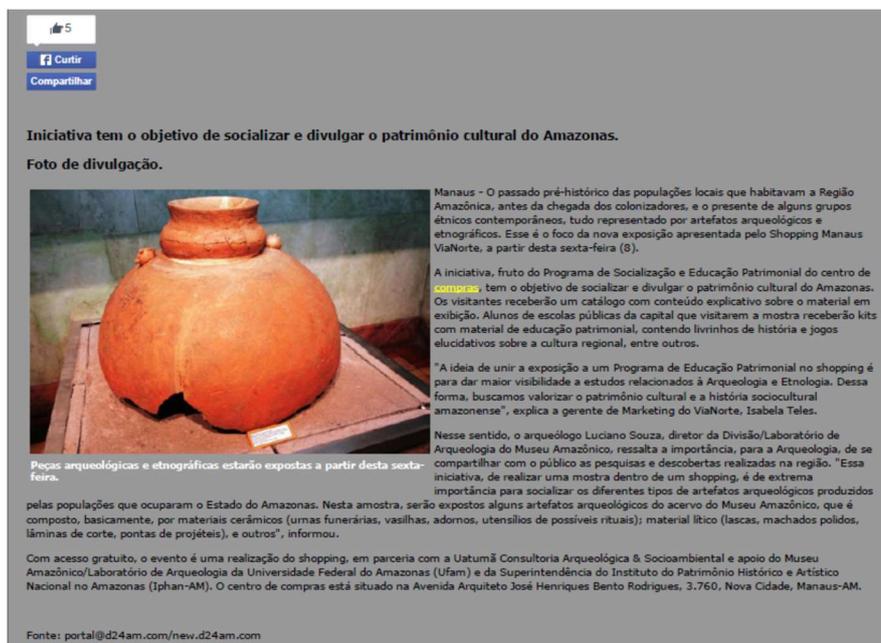


Figura 82: *Print Screen* da divulgação no portal do Diário do Amazonas, 2015
Fonte: Jornal do Commercio – 2015.



Jornal: JORNAL DO COMMERCIO
Editoria: Estilo de Vida-Pág/C4
Data: 07/05/2015 (Quinta-feira)
Assunto: Exposição

EXPOSIÇÃO

ViaNorte apresenta artefatos arqueológicos

Entre os dias 8 de maio e 7 de junho, visitantes poderão saber mais sobre o passado e o presente dos povos tradicionais do Amazonas, participando do Programa de Socialização e Educação Patrimonial no Shopping Manaus ViaNorte – avenida Arquiteto José Henriques Bento Rodrigues, 3.760, Nova

capital que visitarem a mostra receberão kits com material de Educação Patrimonial, contendo livrinhos de história e jogos elucidativos sobre a cultura regional, entre outros. O arqueólogo Luciano Souza, Diretor da Divisão/Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico-Ufam, expõe a

Figura 83: *Print Screen* da divulgação da exposição “ViaNorte”, 2015
Fonte: Jornal do Commercio – 2015.

Atualmente, o prédio conta com uma sala de exposição denominada de “Sala de Exposição Dr. Carlos Augusto da Silva”, sendo a escolha do nome refletida numa singela homenagem ao Professor Doutor Carlos Augusto da Silva, vulgo “Tijolo” pela sua dedicação ao Museu Amazônico e pela valorosa contribuição à arqueologia amazônica.

A tecnologia, por sua vez, representa um importante aliado no enfrentamento do desafio de fazer extroversão durante o período pandêmico. Nesse sentido, a implementação de um banco de dados e utilização de réplicas de artefatos vão permitir que o Laboratório possa atuar nas próprias escolas, projetando as coleções e mostrando os artefatos. Ações como essa têm o

poder de dotar de significado os achados arqueológicos na mente do público em geral, fomentando a identidade cultural, que corre o risco de se esvaír diante da sociedade líquida. E nesse contexto, em que é preciso investir na educação patrimonial e na musealização dos acervos, a pesquisa arqueológica se fortalece à medida que pode contribuir para a sustentabilidade. A esse respeito, Lima, Barreto e Fernandes (2018, p.149) se manifestam:

[...] as investigações de cunho arqueológico devem produzir conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável, bem como para a formulação de políticas públicas ligadas à salvaguarda do patrimônio cultural.

O desafio dos museus brasileiros é reinventar seus modelos de gestão como forma de superar o estado de calamidade financeira. Sucessivas reduções nos recursos destinados ao setor cultural impulsionam as instituições museais a conseguirem desenvolver linhas de atuação que os reintegrem no desenvolvimento da sua missão. (FRANCISCO, MORIGI, 2013).

No caso do Laboratório de Arqueologia, a sobrevivência apenas a partir dos recursos da UFAM torna a operação da instituição precária. Uma alternativa que tem sido utilizada pela Instituição com algum sucesso são as contrapartidas pelos endossos institucionais, que proporcionam melhorias na estrutura. Os recursos provenientes dos projetos de endosso, editais, convênios, Termo de Ajuste de Conduta - TAC também garantem recursos financeiros que são utilizados na melhoria das condições de conservação das coleções e do ambiente de trabalho. No entanto, a morosidade da esfera pública, ocasionada pela burocracia e pela insuficiência de pessoal dificulta a administração dos recursos recebidos do meio externo à UFAM. Como forma de contornar, ainda que temporariamente, esse fato, foi celebrado em junho de 2021 o Termo de Cooperação Técnica³⁷ entre a Fundação Universidade do Amazonas e o Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil (INESC P&D Brasil) tendo como objeto contribuir para o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Arqueologia, especificamente no que se refere ao acervo arqueológico do Museu Amazônico. Para tanto, será desenvolvido um repositório digital das coleções, com informações e imagens em 3D de peças em destaque. Além disso, visando oferecer maior qualidade às informações do repositório, será realizada a curadoria de todo o acervo arqueológico, bem como serão disponibilizadas réplicas em 3D das peças para manuseio do público e serão realizados eventos no sentido de evidenciar a importância da gestão da informação para as políticas de acervo arqueológico.

³⁷ Publicado em 08/11/2021 no Diário Oficial da União. Edição 209. secção: 3. pág.114

Dessa forma, o INESC será um importante parceiro na organização do acervo e no incremento do potencial de pesquisa do acervo arqueológico, pois fornecerá a mão de obra e, como produto final, um acervo curadoriado e disponível para pesquisa, tanto física quanto virtualmente, além de facilitar as atividades de extroversão e de educação ambiental.

Quanto à dimensão ambiental, a sustentabilidade é tema que tem ocupado o centro das discussões acerca da continuidade da vida no planeta. As instituições museais têm o papel de estimular os debates acerca de educação ambiental, ao mesmo tempo que servem de exemplos de práticas ambientalmente corretas.

As rigorosas condições de conservação exigidas pelas coleções sempre foram obstáculo para que os museus pudessem se adequar aos padrões de desenvolvimento sustentável. Manter temperaturas adequadas, bem como, o controle da umidade relativa do ar historicamente forçou as instituições museológicas a ignorar a eficiência energética em prol da conservação dos acervos. Os índices de umidade relativa do ar e temperatura, por exemplo, são importantes fatores de agressão aos artefatos arqueológicos cujo controle é decisivo para a conservação do acervo, o que é ratificado por TEIXEIRA, GHIZONI, (2012, p.17) quando se manifestam no sentido de que “a umidade relativa e a temperatura em índices inadequados são as principais causas de degradação de acervos, e a ação em conjunto destes fatores contribuem para desencadear ou acelerar o processo de degradação dos objetos”. Nesse sentido, manter as temperaturas adequadas bem como o controle da umidade relativa do ar historicamente forçou as instituições museológicas a ignorar a eficiência energética em prol da conservação dos acervos. A Região Amazônica possui as características típicas do clima tropical, quente e úmido, e a temperatura média geralmente fica em 27,9 ° C durante a estação da seca; e em 25,8°C durante a estação das chuvas. A umidade relativa do ar é muito elevada e atinge em média 88% na estação das chuvas; e 77% na estação da seca. Chove e faz calor quase todos os dias do ano.³⁸

A Portaria 196/2016 fornece os parâmetros de temperatura e umidade do ar para conservação dos acervos de tipologias mistas. No caso da Reserva Técnica I do laboratório, há quatro aparelhos de ar condicionado posicionados em linha na mesma parede, a qual está em posição poente, ou seja, tanto a unidade condensadora dos aparelhos, quanto a parede recebem incidência de luz solar no período da tarde. Nesse caso, resolveu-se medir a temperatura da Reserva Técnica I na parede oposta aos aparelhos e na parede na posição poente, que - vale informar - possui amplas janelas em vidro, favorecendo ainda mais o aquecimento interno. As

³⁸ Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, disponível no endereço: <http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/boletim/cliEsp10a/fish.html>

leituras foram feitas duas vezes por dia, uma no período da manhã e outra no período da tarde, e os resultados compõem o Anexo K desta pesquisa. A menor temperatura medida foi de 20,3 °C e a maior 23,8 °C, sendo possível perceber que efetivamente há uma diferença de temperatura entre 1,2 °C e 2,3 °C, representando uma variação de temperatura entre 7% e 10%. Embora a leitura atualmente esteja sendo feita de forma manual, o laboratório está adquirindo sete *dataloggers* (aparelho registrador eletrônico de dados obtidos através de sensores) para registrar os dados sobre os fatores de temperatura e de umidade relativa de maneira mais eficiente, pois permitirá a visualização das flutuações de temperatura e umidade de forma mais precisa.

Acerca da variação da temperatura na Reserva Técnica, Rosado (2008, p. 23) aponta que “há consenso entre os profissionais da conservação e restauração sobre a importância da manutenção de flutuações adequadas da temperatura e umidade relativa dos ambientes onde as coleções ficam expostas ou armazenadas”. E nesse caso, embora a temperatura da sala fique dentro dos padrões estabelecidos, os aparelhos funcionam em regime contínuo, sem que a temperatura da sala atinja um nível estável. A estrutura dos armários deslizantes impede que surjam correntes de convecção entre as extremidades da sala.

Adotar tecnologias mais eficientes e construir estruturas previamente preparadas para serem mais eficientes até pode ser a solução aparentemente mais óbvia. No entanto muitos dos museus públicos existentes no Brasil ocupam prédios históricos, tombados pelo patrimônio cultural e não podem sofrer grandes intervenções.

Ainda no ponto de vista ambiental, ações voltadas à racionalização no uso de materiais, reciclagem de resíduos, gestão de energia e outros recursos são exemplos de parâmetros que podem direcionar as instituições à sustentabilidade. Não é uma tarefa simples, visto que as demandas para a conservação dos acervos arqueológicos acarretam um alto consumo, sobretudo de energia elétrica. Nesse caso, o importante é a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos. Observar as características do ambiente externo e interno ajuda na identificação de possibilidades de adequações que podem reduzir o consumo de insumos.

Quanto ao acondicionamento das coleções, são utilizados sacos plásticos comum e tipo zip, caixas de polipropileno, caixas tipo *box*. Considerando que o plástico é um material ecologicamente agressivo, a substituição desse tipo de material por plásticos biodegradáveis (também denominados plásticos biológicos ou bioplásticos), feitos a partir de polímeros biodegradáveis, pode ser uma alternativa sustentável (FRANCHETTI, MARCONATO, 2006).

Diante desse contexto e para favorecer o consumo de energia e adotar medidas ecologicamente corretas, algumas medidas podem ser adotadas: a implantação de placas solares numa região ensolarada como a Amazônia tem potencial para reduzir o consumo de energia.

Além de ser um investimento de baixo impacto ambiental, no futuro a energia renovável tende a se tornar a principal fonte de energia no mundo inteiro. A economia com a implantação de placas solares pôde ser observada em outros museus, como o Museu do Amanhã, que obteve uma economia de 32% com a implantação de placas solares³⁹. A devolução ao entorno do prédio de espécies nativas derrubadas para a sua construção vai aumentar a área sombreada, ajudar a reduzir a temperatura e modificar o microclima daquele espaço. Todas as lâmpadas do prédio são do tipo fluorescente, de sorte que a substituição por lâmpadas de Led traria diversas vantagens, entre elas o fato de representar uma economia de 40% de energia elétrica, iluminar melhor, ter maior durabilidade e emitir menos luz ultravioleta, o que significa que atraem menos insetos.⁴⁰

O uso da água é outro tema que pode se favorecer de práticas sustentáveis. A captação da água da chuva para uso não potável, como nos banheiros e para lavagem de áreas externas, é uma alternativa que vem sendo adotada por empresas e instituições, inclusive museais, com o intuito de diminuir a pressão sobre esse recurso natural, além da economia obtida, uma vez que um sistema de captação de água da chuva geralmente é bem simples e não demanda grandes investimentos nem grandes infraestruturas e mão de obra para a instalação, o que representa uma economia de 50% no consumo de água⁴¹.

Quanto à questão dos resíduos, os sólidos gerados devem ser descartados de forma ecologicamente correta, o que, com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2012), inclui o reuso, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e a disposição final. Essa destinação visa impedir prejuízos à saúde pública e à segurança e reduzir os danos ambientais. (GOMES, FITTIPALDI e MOL, 2014). No que concerne à reciclagem de resíduos, no prédio há, nos dois pavimentos, as lixeiras para coleta seletiva visando à reciclagem de materiais, e também um cesto para coleta de pilhas e baterias. No exercício do seu papel educacional, é importante que haja essas possibilidades de descarte consciente nas dependências do prédio e à vista de todos.

O uso racional dos recursos está ligado ao combate ao desperdício e ao uso consciente de materiais que geram resíduos. O uso indiscriminado de papel e de copos plásticos pressiona a cadeia produtiva e causa danos ao meio ambiente não só pelo produto em si, mas também na própria cadeia produtiva do papel e do plástico. Nesse caso, medidas como impressão em dois

³⁹ Disponível em: <https://www.aecweb.com.br/revista/materias/museu-do-amanha-devera-receber-leed-ouro/13031>. Acesso em: 20 nov. 2021

⁴⁰ Disponível em : https://www.empeltecjr.com/como-funciona-uma-lampada-de-led/?gclid=CjwKCAiAqIKNBhAIEiwAu_ZLDkPRe7iq98K8mexqv2ibh92BQFz4aMOIg2snHT4i3VkyneSt5_pi ohoCe4YQAvD_BwE. Acesso em: 17 nov.2021.

⁴¹ Disponível em: <https://www.autossustentavel.com/2019/03/captacao-agua-chuva-economia.html>. Acesso em: 20 nov. 2021

lados, impressão de documentos não oficiais em papel rascunho, confecção e utilização de blocos de rascunho, substituição dos copos descartáveis plásticos por copos individuais duráveis ocasionam redução no consumo e na geração de resíduos. Vale informar que a UFAM adotou, no ano de 2018, entre as unidades administrativas e acadêmicas, o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ou seja, os documentos tramitam e são arquivados sem necessitar de impressão, o que significa uma economia no consumo de papel e de espaço para arquivamento.

Até esse ponto, pode-se observar que atitudes tanto voltadas a área fim, quando à área meio podem dar sua contribuição na racionalização do uso de recursos que, em última análise, favorecem o meio ambiente. São medidas simples e que podem ser replicadas no lar dos servidores como o ligar e acender luzes, o uso da luz natural, priorizar as escadas em vez do elevador, evitar o desperdício na confecção de material de divulgação, até porque as redes sociais têm um alcance maior e mais imediato que a via impressa.

Pelo exposto, no quadro abaixo, elencamos sinteticamente as diversas possibilidades de ações que podem ser implementadas, dentro da realidade do Museu Amazônico, em direção à gestão sustentável do Laboratório de Arqueologia.

Quadro 15: Propostas de ações sustentáveis para o Laboratório de Arqueologia

AÇÕES ASSOCIADAS A DIMENSÃO AMBIENTAL	
Otimizar o uso de energia	Dar preferência à iluminação natural na sala da administração do laboratório, abrindo cortinas e janelas, quando possível.
	Apagar as lâmpadas de ambientes vazios.
	Evitar deixar computadores e outros equipamentos elétricos, ligados muito tempo, sem uso.
	Ao sair para almoço, desligar, ao menos o monitor do computador.
	Usar o elevador somente se necessário.
	Evitar o uso de tomadas em sobrecarga.
	Manter as paredes preferencialmente com cores claras.
	Reposicionar os aparelhos de ar-condicionado, como forma de aumentar a eficiência dos aparelhos.
	Aquisição de placas solares ao laboratório, visando torná-lo auto-sustentável.
Usar racionalmente a água	Colocar avisos educativos aos servidores da necessidade do bom uso da água.
	Observar regularmente o sistema hidráulico, otimizando o uso e o conserto de torneiras, bebedouro e descargas.
	Instalar sistema de reaproveitamento de água de chuva, com posterior utilização nas instalações sanitárias e na limpeza externa.
Promover a qualidade ambiental do ar	Plantar mudas nativas ao entorno no estacionamento do Laboratório, pois além sombrear, ampliando o conforto térmico e aumentando o efeito estético na paisagem, pode criar barreiras naturais contra eventuais rajadas de vento e sobretudo, melhorar a qualidade do ar.

Reduzir o consumo e descartar adequadamente os resíduos sólidos gerados	Racionalizar o uso de materiais expediente, utilizando sempre que possível, frente e verso das folhas; fazer blocos de anotação com papéis que seriam descartados; manter o e-mail como padrão de comunicação interna/externa do laboratório.
	Evitar produzir em excesso, materiais educativos como cartilhas e folders, utilizando de outros meios de divulgação.
	Evitar o recebimento de projetos e relatórios impressos, dentro da Política de Endossos Institucionais.
	Substituir copos descartáveis por copos duráveis aos servidores, colaboradores.
	Descartar corretamente lâmpadas fluorescentes e quando possível realizar a troca por lâmpadas <i>Led</i> .
	Recolher e repassar adequadamente, ao departamento responsável da UFAM, pilhas e baterias, pois contém elevado teor de chumbo, mercúrio e cádmio.
	Encaminhar para instituições especializadas, cartuchos e tonners das impressoras visando posterior reutilização, pois são resíduos perigosos e/ou verificar a possibilidade de aquisição de impressoras <i>Eco Tank</i> .
AÇÕES ASSOCIADAS À DIMENSÃO SOCIAL	
Desenvolvimento de capacidades	Aproveitar as habilidades de cada servidor nas atividades do laboratório e dar autonomia na atividade desenvolvida pelos mesmos, bem como, implantar programas de estágio.
Integração social e interna	Realizar, quando possível, eventos que visem aprimorar relacionamentos interpessoais equilibrados entre os servidores.
Condições de saúde e segurança no trabalho	Monitorar a salubridade do ambiente, sobretudo nos trabalhos de conservação do acervo, quando do manuseio de peças fungadas.
Estimular a consciência cidadã do servidor, para a responsabilidade socioambiental	Envolver os servidores, em ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, tendo como foco as questões socioambientais.
Contribuição de terceiros	Estimular a participação de outros profissionais no laboratório, através de parcerias com projetos integrados a outras instituições de ensino.
Implantar instrumentos para a execução de um trabalho continuado de educação patrimonial	Quantificar o número de visitantes anuais, que tiveram acesso a Sala de Exposição, acesso às atividades de educação patrimonial do Laboratório.
	Criar um questionário para o visitante responder, após visita na Sala de Exposição e atividades de extroversão, com intuito de verificar a necessidade de conhecimento à proteção ao patrimônio arqueológico da Amazônia.
	Realizar minicursos, aulas e oficinas que envolvam a comunidade universitária na temática da arqueologia amazônica.
AÇÕES ASSOCIADAS À DIMENSÃO CULTURAL	
Fortalecer o trabalho de diagnóstico das coleções arqueológicas	Identificar e quantificar, a médio e longo prazo, as coleções acondicionadas nas reservas técnicas do Laboratório e avaliar periodicamente, quais necessitam de maiores cuidados com medidas conservacionistas.
Ampliar a promoção da memória cultural	Criar diferentes temáticas, com materiais diversos, revezando as peças arqueológicas dispostas na Sala de Exposição, no intuito de ampliar a divulgação da diversidade cultural do contexto arqueológico da Amazônia, certificando a importância de uma relação entre a transmissão de conhecimento e o de reconhecimento, por parte da população local, de sua identidade sociocultural.

Incentivar a gestão compartilhada do acervo	Fazer parcerias com populações indígenas, ceramistas, ribeirinhos, etc., de modo a integrá-los à gestão do acervo e visando novas interpretações e outros sentidos acerca do material arqueológico, ressignificando as coleções, reconectando os objetos aos contextos originais e buscando conexões com grupos sociais diversos potencializando as leituras do patrimônio arqueológico.
AÇÕES ASSOCIADAS À DIMENSÃO ECONÔMICA	
Consolidar mecanismos de apoio	Criar parcerias com outras instituições, fora do âmbito da universidade, visando ampliar a divulgação das coleções e verificar a possibilidade de ações, que contribuam com a auto-sustentabilidade do Laboratório

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2021.

Reforçando a necessidade de proteger o patrimônio musealizado, o IBRAM, por meio da Resolução Normativa nº 003, de 28 de julho de 2021, formaliza o seu Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado, a partir do qual busca orientar os museus quanto às ações de planejamento, prevenção e controle dos riscos aos acervos e preparando respostas às situações de emergência. Diante disso, torna-se importante revisitar o Plano Museológico do Museu Amazônico (visto que está em processo de revisão e inclusão de outros programas/projetos) para contemplar um Plano de Gestão de Riscos, incluindo um viés de preocupação com o meio ambiente, pois a primeira edição teve como foco o acervo, a conservação, a valorização da diversidade sociocultural, porém a sustentabilidade não foi contemplada no Plano.

Por fim, a adoção de práticas, no âmbito do Laboratório de Arqueologia, que promovam a sustentabilidade nas suas diferentes - mas complementares dimensões - pode criar a mudança cultural que ecoe na comunidade acadêmica, nos visitantes, na comunidade de modo geral e frutificar rumo a um ambiente sustentável que possa receber nossas futuras gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, buscou-se identificar o estágio atual do modelo de gestão praticado no Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico, visando encontrar alternativas para adoção de práticas voltadas para a gestão sustentável da Instituição. Para tanto, foi pesquisada o contexto histórico da criação do Museu Amazônico e seu acervo, sua participação no panorama atual, em que as instituições museais precisam assumir um papel de relevância socioambiental.

Foram apresentadas as dimensões da sustentabilidade e suas implicações como forma de adequar a atuação do Laboratório a essa realidade. Sendo assim, reforçou-se a necessidade de alinhamento de uma gestão no Laboratório de Arqueologia que esteja voltada aos paradigmas da gestão sustentável como forma de manter a sinergia entre os processos internos.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, muitas reflexões foram surgindo sobre os diversos temas que permeiam os estudos acerca do patrimônio cultural, aí incluído o patrimônio arqueológico. A Amazônia é lugar de superlativos, na extensão da floresta e de seus rios, no volume de fauna e flora, na diversidade cultural e na história imersa no seu subsolo. Ao mesmo tempo, é o centro de atenção quando questões ambientais globais estão em pauta, razão pela qual ações voltadas à causa ambiental, sobretudo na Amazônia, repercutem em grande escala.

No que tange à gestão sustentável do laboratório, foco desta pesquisa, ela diz respeito a diversas ações que vão desde a administração propriamente dita, até a educação ambiental. É nesse papel que o Museu Amazônico pode trazer diferentes olhares e contrapontos sobre as questões socioambientais, uma vez que é relativamente “livre” de pressões comerciais e pode oferecer à comunidade uma visão realista da necessidade de articulação em torno do exercício da cidadania como forma de evitar que as gerações futuras sofram as consequências de atos que são praticados sem a menor consciência de seus reflexos socioambientais.

Analisando criticamente, a realidade atual dos museus é, no mínimo, lamentável, pois as políticas públicas voltadas à cultura, que representam oportunidades de recursos, não beneficiam todos esses espaços. No caso do Museu Amazônico, detentor de um rico acervo, deveria estar alinhado à instância superior da UFAM para ser inserido na política ambiental, da mesma forma como deveria ser convidado a participar da elaboração da política cultural da Universidade, ante a riqueza ímpar do seu acervo arqueológico, cujo cuidado com sua preservação e com sua conservação deveria ocupar um lugar de destaque nas ações da UFAM.

Esta pesquisa reforçou a necessidade de alinhamento de uma gestão no Laboratório de Arqueologia que esteja voltada às várias dimensões da sustentabilidade, enfatizando que a

adoção de um modelo de gestão sustentável é fundamental para que a sinergia dos processos não seja comprometida. Dessa forma, se nas atividades-meio a questão da manutenção predial e das atividades administrativas do dia a dia podem – e devem – ir além da rotina e voltar-se para questões de sustentabilidade, como o uso racional de materiais plásticos, economia de papel e uso de energia, as atividades-fim também podem dar sua contribuição para uma gestão ambiental eficiente ao realizarem as atividades relacionadas ao recebimento de material e de curadoria (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação e acondicionamento) de forma econômica e ambientalmente responsável.

Como resultado esperado, identificamos, a partir das visitas *in loco* e com as práticas sustentáveis exemplificadas na literatura sobre o tema, que o Laboratório de Arqueologia tem espaço para avançar em todas as frentes: economia de energia, consumo de água, reciclagem e geração de resíduos. Algumas são medidas simples e de baixo custo que já significariam maior responsabilidade ambiental. Entre as melhorias aplicáveis que foram identificadas, estão estas: o reposicionamento dos aparelhos de ar condicionado aumentaria a sua eficiência e reduziria o consumo de energia, assim como o aumento da área sombreada ao redor do estacionamento e vizinho à Reserva Técnica reduziria a absorção de calor e alteraria o microclima do local; a substituição das lâmpadas fluorescentes reduziria o consumo de energia e a aproximação de insetos; a instalação de placas solares reduziria o consumo de energia; o reaproveitamento da água da chuva para fins não potáveis reduziria o consumo de água; detectou-se também a necessidade de estudo para adoção de embalagens biodegradáveis no acondicionamento de fragmentos, ossos, carvão, entre outros; instalação de *splinkers* e correção na instalação hidráulica para funcionamento do hidrante.

Na experiência profissional desta pesquisadora, a adoção de parâmetros de gestão sustentável e o seu sucesso estão condicionados ao envolvimento do fator humano. Sem ele, todos os procedimentos desenhados e a estrutura que possa ser colocada à disposição para evitar os desperdícios e a degradação ambiental caem por terra e não atingem toda a sua potencialidade.

Recentemente foram debatidas, no IV Fórum de Acervos Arqueológicos, políticas de coleções, no qual também foram pontuadas questões envolvendo a sustentabilidade. Na oportunidade, foi salientada a necessidade de uma visão mais ampla e sistêmica na discussão sobre sustentabilidade que envolva os microambientes, os entornos, os procedimentos e os protocolos como forma de enriquecer, aprofundar e evoluir no caminho da sustentabilidade.

Dessa forma, o Museu Amazônico guarda vasto acervo arqueológico que é referência nacional no que se refere à arqueologia amazônica, ao mesmo tempo em que a temática

ambiental ganha destaque em nível global. Em razão disso, ser museu, na Amazônia, com acervo arqueológico, voltado à sustentabilidade, fornece relevância à pesquisa que se propôs a investigar e indicar aspectos que orientem a instituição em formas mais sustentáveis de gestão do seu acervo. O grande desafio, na verdade, é alcançar até níveis satisfatórios de sustentabilidade, em que seja garantido às gerações futuras o usufruto do patrimônio cultural.

Por fim, à medida que a pesquisa foi avançando, ficou muito claro o universo multidisciplinar que envolve a atuação em um museu. Além disso, a riqueza, a dimensão e a abrangência do acervo arqueológico do Laboratório de Arqueologia abrem constantemente novas janelas de oportunidades de conhecimento e novas perspectivas de pesquisa. Nesse sentido, penso que é possível dar continuidade a esta pesquisa na medida em que a riqueza de conhecimento só poderia ser mais explorada num grau acadêmico mais elevado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio, 2003 In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003
- ACSERALD, H. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 5, p.49-60, UFPR: Curitiba, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- AGRIPA, A. F. **A dinâmica da sociedade de risco segundo Antony Giddens e Ulrich Beck**. In: Geosul, Florianópolis, v. 15, n.30, p.150-167, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14312>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antônio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.191. 2002.
- ARAÚJO, Miguel E. Jr. FARIA, Mirella A.S. Novas perspectivas jurídicas e ambientais ante a sociedade de risco. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 249-261, jan/jul. 2018. Disponível em: <www.revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/60/59>. Acesso em: 27 out. 2021
- ARCURI, Marcia. COSTA, Jemima Rodrigues. Repensando as velhas práticas: Transversalidade e os papéis da arqueologia e museologia na preservação do patrimônio do parque municipal. **Revista de Arqueologia**. v. 3, n. 3; p.125-143, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24885/sab.v33i3>>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- AURELIANO, Luciana. Guizan. COAN, Samanta. ROMEIRO, Eduardo. **Panorama da Sustentabilidade nos Museus**. 12º P&D 2016. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. Blucher Design Proceedings, v. 9, n. 2. Belo Horizonte, MG, 2016.
- AZEVEDO et al. Proposta de diagnóstico de conservação para acervos arqueológicos – um protocolo para a reserva técnica do LACOR/UFPE. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. v. 14, n. 2, p. 102-120, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.31239/vtg.v14i2.26084>>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- BANDEIRA, Arkley Marques. A política institucional da Universidade Federal do Maranhão para o gerenciamento e a salvaguarda dos acervos arqueológicos: uma história em três atos. **Revista de Arqueologia**. v. 33, n. 3. set./dez. 2020. p. 147-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.24885/sab.v33i3>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial. Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARROS, Elen Caroline de Carvalho. **Diagnóstico da destruição: os efeitos da expansão urbana sobre os sítios arqueológicos de Manaus/AM**. 2016.151f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Rio de Janeiro-RJ, 2016.

BECK, U. A política na sociedade de risco. **Revista Ideias**, v. 2, n. 1 (nova série), Campinas, 2010, p. 230-252.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade**. Tradução Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOLETIM INFORMATIVO DO MUSEU AMAZÔNICO. Manaus. v.1, n. 1. p.1-36. Jul/dez, 1991.

BOCCATO-FRANCO, Alan Ainer. Decrescimento em dez perguntas: perspectivas para o debate social, econômico e ambiental. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 16, n. 3. p.145-150, jul./set. 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31728987010>>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961. **Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 27 de julho de 1961, e retificado em 28 de julho de 1961.

BRASIL. Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985. **Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências**. Publicação no Diário Oficial da União. Brasília, DF, de 24 de julho de 1985.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Congresso Nacional. Brasília, out. 1988.

BRASIL. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Publicação no Diário Oficial da União. Brasília, DF, de 12 de fevereiro de 1998.

BRASIL. Prefeitura do Município de Manaus. **Lei Orgânica do Município de Manaus**. Câmara Municipal de Manaus. Publicação no Diário Oficial do Estado n.º. 26.944, de 05 de abril de 1990.

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, de 05 de agosto de 2000.

BRASIL. Decreto-lei n.º 7.176 de 10 de fevereiro de 2004. **Estabelece o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus**. Publicado no Diário Oficial do Município, Manaus, de 11 de fevereiro de 2004.

BRASIL. Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, de 15 de janeiro de 2009.

BRASIL. Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009. **Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425(quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.** Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, de 21 de janeiro de 2009.

BRASIL. Lei n.º 12.343 de 2 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.** Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 3 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9605/98; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 25 de 20 de julho de 2021. **Homologa o tombamento do Centro Histórico de Manaus, no município de Manaus, no estado do Amazonas.** Publicação no Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 28 de julho de 2021.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 anos UFAM.** Manaus: EDUA, 2009.

BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um ‘Novo Mundo’? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-495, maio/ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000200011>. Acesso em: 27 set. 2021.

CABRAL, Mariana Petry. PEREIRA, Daiane. BEZERRA, Marcia. Patrimônio Arqueológico da Amazônia: A pesquisa, a gestão e as pessoas. **Revista do Patrimônio Artístico e Nacional. O patrimônio do Norte: Outros olhares para a gestão.** n. 38, p. 247-267, 2018.

Carta de Lausanne, In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais.** 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS. Disponível em: <<https://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação Museológica. **Caderno de Diretrizes Museológicas.** 2. ed. Brasília, 2006.

COSTA, D. M. Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 2, p.333-360, 2004. Disponível em: <<https://www.academia.edu/1457511>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CUNHA, M. B. da. Um museu em chamas: o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 1–3, 2018. DOI: 10.26512/rici.v12.n.1.2019.19354. Disponível em: <<https://www.periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19354>>. Acesso em: 8 set. 2021.

DESVALLÉES, André et al. **Conceitos-chave de Museologia.** São Paulo: Comitê Brasileiro

do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, USP, 2004.

DOUGLAS, Mary. **Risco e responsabilidade: Ensaios de teoria cultural**. 3. ed.: Taylor & Francis e Library, 2003. Tradução: https://translate.googleusercontent.com/translate_f.

DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 3, n. 2, p. 61-72, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81231998000200006>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FERREIRA, Maria Letícia M. Patrimônio: Discutindo alguns conceitos diálogos. Maringá-PR. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 10, n. 3, 2006. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866005>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14. ed. rev., ampl. e atual. em face da Rio +20 e do Novo Código Florestal. São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

FRANCISCO, Julio Cesar B., MORIGI, Valdir Jose. **Uma Reflexão sobre gestão sustentável de museus e ensino da museologia no século XXI**. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Florianópolis, SC Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

FRANCHETTI, Sandra Mara Matins. MARCONATO, José Carlos. Polímeros biodegradáveis – Uma solução parcial para diminuir a quantidade dos resíduos plásticos. **Revista Química Nova**. v. 29, n. 4, p.811-816, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-40422006000400031>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Carlos José. FITTIPALDI, Danielli Vazzoler. MOL, Marcos Paulo Gomes. **Inovação e sustentabilidade: um desafio para enfrentar as mudanças climáticas e seus impactos planetários**. XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA. São Paulo, dez. 2014. Disponível em: <www.engema.org.br/XVIENGEMA/437.pdf>. Acesso em: 03 nov.2021.

GONÇALVES, J.R.S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. ABREU, R. e CHAGAS, M. (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

GONÇALVES, W. de B.; SOUZA, L. A. C. O debate contemporâneo sobre as interfaces transdisciplinares de dois campos de conhecimento em consolidação: a Ciência da Sustentabilidade e a Ciência do Patrimônio. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFG**, p. 84–102, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15655>>. Acesso em: 29 out. 2021.

GUIVANT, J. S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Editora da UFF, 2000, p. 281-303. In: KALB, C.H. e CARELLI, M. N. **Dos riscos ao patrimônio cultural em debate: o olhar da Sociologia Ambiental**. In: MOUSEION, Canoas, n. 30, ago. 2018, p.09-27, 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i30.4253>>. Acesso em: 20 set. 2021.

HENRY, M.C. **The heritage building envelope as a passive and active climate moderator: Opportunities and issues in reducing dependency on air-conditioning**. Experts Roundtable on Sustainable Climate Management Strategies. Tenerife: Getty Conservation Institute, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Manual de Referência Patrimônio Mundial Cultural**. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016. p. 163

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS -IBRAM. Recomendações aos museus em tempo de Covid-19. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Recomendacoes_Museus.pdf>. Acesso em: 01.set.2021

Instrução Normativa IPHAN n.º 001 de 25 de março de 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instru%C3%A7%C3%A3o%20normativa.pdf>>. Acesso em: 20 fev.2021.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. **Cadernos de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte. v.1, n. 2, p. 17-30. 2006. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br>>. Acesso em: 18 out. 21.

LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG e Instituto Rio Branco – IRB. Brasília: p.276, 2006.

KROHLING PERUZZO, Círcia M. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporâneas** v. 23, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31652406009>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LAVELL, A. La Gestión Local del Riesgo - Concepto y Práctica: nociones e precisiones em torno al concepto y la práctica. CEPREDENAC – PNUD. 2003. In: DUTRA, A. S. **Problematizando o conceito de risco: o social em questão**. ano 18, n. 33, p.177-192, 2015. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=5522/552256667008>. Acesso em: 25 set. 2021.

LAKATOS, Eva. M. MARCONI, Marina A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVIS C. *et al.* How people domesticated Amazonian forests. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 2018. In: SOUZA, Laís Gonçalves. Conhecimentos Tradicionais, resistência e luta política: as contribuições dos povos indígenas para a preservação da Amazônia Maranhense. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. NUNES, Patrícia Maria Portela. MARTINS, Cynthia Carvalho Martins. **Conflitos territoriais e povos e comunidades tradicionais: descrição etnográfica de territorialidades específicas**. São Luís: EDUEMA, p.59-84, 2020.

LIMA, Helena Pinto. BARRETO, Cristiana. FERNANDES, Camila. Museus no século 21: ações pela salvaguarda e socialização do acervo arqueológico do Museu Goeldi. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 38, 2018, p.145-161.

LIMA, Helena Pinto. BARRETO, Cristiana. Uma nova política para um antigo acervo: A redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. **Revista de Arqueologia. Gestão de Acervos Arqueológicos**. v.33; n. 03, p.330-351. set./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24885/sab.v33i3.824>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

LIMA, Helena Pinto. MORAES, Bruno. **Produção de Conhecimento e Preservação em Debate: Aspectos da Arqueologia na Cidade de Manaus**. Revista de Arqueologia, São Paulo, v. 23, n. 1. p. 90-107, 2010. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/291>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

LIPPI, Lúcia. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

MACHADO, Juliana Grandó. **Gestão Ambiental: o meio ambiente sob o prisma de uma visão holística intergeracional à luz de cases empresariais**. Porto Alegre: Editora FI, 2018.

MAXIMIANO, Antônio César, Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, M. F. Museus e Sustentabilidade Ambiental. **Cadernos de Sociomuseologia**. Vol.57, p.41-53, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.36572/csm.2019.vol.57.04>>. Acesso em: 28 out. 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Identidade cultural e arqueologia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 20, p. 33-36, 1984.

MONTALVÃO, Ana Carolina M. Rocha. GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. Gestão do Patrimônio Arqueológico no Âmbito do Licenciamento Ambiental. In: **IV Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico**, 2016, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. p.11-34. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa>. Acesso em 23 set. 2021.

MUNIZ, T.S.A e SALADINO, A. **Museus e sustentabilidade: reflexões sobre educação museal e emergência climática**. In: Revista Habitus, v. 19, n. 1, p.39-59, jan./jul. 2021. Disponível em: <<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/9009>>. Acesso em: 29 out. 2021.

MOUTINHO, L. A tragédia do Museu Nacional, a tragédia dos museus. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 3, 2018. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2018.153137. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/153137>>. Acesso em: 8 set. 2021.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p.51-62, 2012.

NASCIMENTO, Elimar. O verdadeiro desafio: prosperidade sem crescimento. **Revista Será**, v. nov. 13, 2020. Disponível em: <<https://revistasera.info/2020/11/o-verdadeiro-desafio-prosperidade-sem-crescimento>>. Acesso em: 27 set. 2021.

NEVES, O velho e o novo na arqueologia da Amazônia. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, 1999-2000. Disponível em: <https://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/sele%C3%A7%C3%A3o%202016/Neves_1999-2000_O%20velho%20e%20o%20novo%20na%20Arqueologia%20Amaz%C3%B4nica.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ORSI, Lecy Cirilo. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Salvador: UNIFACS, 2014.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Coleção Estudos Museológicos. Florianópolis, v. 2, p.71, 2014.

PAULA, Bernardo Duque de. SALADINO, Alejandra. SOARES, André Luís Ramos. Aquisição e descarte de bens arqueológicos: a experiência de elaboração de uma política de acervos para o LASCA/UFSM. **Revista de Arqueologia**. v.33, n. 3, p. 171-188, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24885/sab.v33i3>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PRADO, Rosane M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura Carvalho (Orgs.). **Cultura, Percepção e Ambiente, diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

Portaria IPHAN n.º 07, de 01 de dezembro de 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

Portaria Interministerial n.º 69, de 23 de janeiro de 1989. Disponível em: <<https://www.cnpq.br/documents/10157/3daaedfe-de2c-4130-8ebe-cdf8d94bb64a>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 230, de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 160, de 18 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/kujrw0tzc2mb/content/id/21520489>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 195, de 18 de maio de 2016. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_195_de_18_de_maio_de_2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 196, de 18 de maio de 2016. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_196_de_18_de_maio_de_2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 197, de 18 de maio de 2016. Disponível em: <https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_197_de_18_de_maio_de_2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 366, de 04 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39939012/do1-2018-09-06-portaria-n-366-de-4-de-setembro-de-2018-39938860>. Acesso em 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 375, de 19 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

Portaria IPHAN n.º 316, de 04 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-316-de-4-de-novembro-de-2019-225612769>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

POULOT, Dominique Musée, nation, patrimoine, Paris: Gallimard, 1997. In: FERREIRA, M.L.M. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p.79-88. 2006.

POULOT, Dominique. A Razão Patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília. N. 34, p.27-41, 2012.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Explicitações à Carta de Burra (1980): Primeiras Linhas à Salvaguarda do Patrimônio Cultural. **Boletim Conteúdo Jurídico**. Brasília, n. 493, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.54848>>. Acesso em 11 out. 2021.

RESOLUÇÃO CONAMA n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 21 fev. 2021.

RESOLUÇÃO CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/port/conama/res/res237/res0237.html>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

RESOLUÇÃO IBRAM n.º 01, de 31 de julho de 2014. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

RESOLUÇÃO CONSAD n.º 46, 25 de setembro de 2014. **Reestruturação administrativa das Pró-Reitorias e Órgãos Suplementares**. Disponível em: <<https://www.proplan.ufam.edu.br/index.php/resolucoes>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

RESOLUÇÃO CONSAD n.º 12, de 31 de maio de 2017. **Aprova a nova versão do Regimento Interno do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas**. Disponível em:

<<http://conselhos.ufam.edu.br/images/deliberacoes/res0122007sad-aprovar-a-nova-versao-de-rendimento-interno.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

RESOLUÇÃO IBRAM n.º 02, de 19 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-n-2-de-19-de-outubro-de-2020-283747959>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

RESOLUÇÃO IBRAM n.º 03, de 28 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-ibram-n-3-de-28-de-julho-de-2021-335481956>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

RESOLUÇÃO IBRAM n.º 265, de 23 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-ibram-n-265-de-23-de-marco-de-2021-310355613>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Tradução John Manuel Monteiro. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, p. 53-86, 1992.

RAMOS, Francisco R.L. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. **Trajeto Revista de História** - UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 109-131, 2001. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17181>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ROSADO, Alessandra. Manuseio, embalagem e transporte de acervos. Tópicos Belo Horizonte: LACICOR-EBA-UFMG, 2008.

SALCEDO, Rosio Fernández Baca. **Gestão do Patrimônio Cultural e Natural**. OLAM Ciência & Tecnologia, Rio Claro/ SP. ano 8, v. 8, n. 2, p.152-181, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/about/editorialPolicies#custom3>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALADINO, A. Museus e sustentabilidade: construindo um futuro de possibilidades. **Revista Museu – Cultura levada a sério**. maio 2015. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2015/8380>> Acesso em: 29 out. 2021.

SANTOS, André Luiz Campelo *et al.* NUVIS-UFPE: uma proposta inovadora de extroversão da reserva técnica associada ao laboratório LACOR-UFPE. **Revista de Arqueologia. Gestão de Acervos Arqueológicos**. v.33; n. 03, p.330-351, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24885/sab.v33i3>>. Acesso em: 26 ago. 2021

SIBONY, D. Le patrimoine. Un lieu d'être autrement. 1988. In: FERREIRA, M.L.M. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p.79-88, 2006. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526866005>. Acesso em 20 ago. 2021.

SPINIELI, A.L.P e SOUZA NETO, C.C. **A concepção do risco nas teorias sociológicas de Ulrick Beck e Antony Giddens.** In: Publ. UEPG Appl. Soc. Sci., Ponta Grossa, v. 27, n. 383-394, set. /dez. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/13153>>. Acesso em: 20 set. 2021

SILVA, Carlos Dondici. *et al.* **A sociedade de risco de Ulrick Beck e sua aplicabilidade na era pós-moderna.** In: Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior. v. 12, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://jefvj.emnuvens.com.br/jefvj/article/view/755>>. Acesso em 22 set. 2021.

SILVA, Liliana Sousa e. Sustentabilidade na cultura: da diversidade cultural à sustentação financeira. Rio de Janeiro: **Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais.** Casa Rui Barbosa, 2011. 11 p. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicais_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_Liliana_Sousa_e_Silva_Sustentabilidade_na_cultura.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

SOUZA, L. A. C. Panorama brasileiro na relação entre ciência e conservação de acervo. **Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG.** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 37-46, maio 2008. Disponível em:<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15403>>. Acesso em: 29 out. 2021.

STABILE, R. A. *et al.* Desafios e estratégias para a gestão de coleções de remanescentes humanos na Amazônia. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 257–278, 2020. Disponível em: <<https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/856>>. Acesso em: 29 out. 2021.

SUSSEKIND, Felipe. Natureza e Cultura: Sentidos da Diversidade. **Revista de estudos interdisciplinares-Interseções.** v. 20, n. 01, p. 237-254, jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/irei.2018.35915>>. Acesso em: 22 set. 2021.

TEIXEIRA, Lia Canola. GHIZONI, Vanilde Rohling. Conservação Preventiva de Acervos. **Coleção Estudos Museológicos.** v.1. Florianópolis: FCC, p.74, 2012.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo Difel, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Catálogo da Exposição Oficina de Memórias.** Manaus: UFAM, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Estatuto da UFAM** Disponível em: <<http://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/996/1/ESTATUTO%20DA%20UFAM.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Manual de Procedimentos.** Museu Amazônico, Departamento de Modernização Administrativa. Manaus: EDUA, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Relatório de Gestão Consolidado 2009-2017.** Manaus: UFAM, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Museu Amazônico. **Plano Museológico do Museu Amazônico**. Manaus: UFAM, 2020. Disponível em: <<https://www.museuamazonico.ufam.edu.br>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carret. ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. **Revista de Arqueologia Pública**. v. 11, n. 2, Campinas, SP, p. 153-165, nov. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650056>> Acesso em: 8 nov. 2021.

VERZA AMARANTE, C. Educação ambiental em museus. **Albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 25, p. 189-193, 24 maio 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/1269>>. Acesso em 16 nov. 2021.

ZANIRATO, Silvia Helena *et al.* Sentidos do Risco: Interpretações teóricas. **Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales. Serie documental de Geo Crítica**. Universidad de Barcelona, v. 13, n. 785, 25 maio 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-785.htm>>. Acesso em: 09 set. 2021.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio Cultural e Sustentabilidade: uma associação plausível? **Revista Confluências Culturais**, v. 5, n. 2. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/321>>. Acesso em 29 out. 2021.

WICHERS, C. A. M. **Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira**. 2010, 460f. Tese (Doutorado em Museologia)-Universidade Lusófona. Lisboa, 2010.

ANEXOS

ANEXO A Termo de responsabilidade para utilização das imagens



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Museu Amazônico



**Termo de Responsabilidade para utilização do acervo documental e
iconográfico do Museu Amazônico/UFAM**

Nome: KAREM TELES FREITAS

CPF: XXXXXXXX

RG: XXXXXXX

Órgão Expedidor: XXXXXXXX

Instituição: MUSEU AMAZÔNICO/UFAM

Cargo: ADMINISTRADORA

Endereço: XXXXXXXX CEP: XXXXXX

Município: Manaus

Estado: AM

e-mail: karemteles@gmail.com

Telefone (92) XXXXXXXX

Eu, acima identificado, declaro:

- a) Concordar que não será autorizada a reprodução de originais que possuam fac-símiles, negativos, dispositivos ou cópias digitais, em razão da necessidade de preservação do acervo. Nesses casos serão usadas as reproduções existentes;
- b) Utilizar as reproduções do acervo do Museu Amazônico, cujas referências vão relacionadas ao final, para única e exclusiva reprodução no Projeto/ DISSERTAÇÃO INTITULADA COMO GESTÃO SUSTENTÁVEL COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO PELO MUSEU AMAZÔNICO, cujo objetivo ANALISAR OS PROCESSOS DE GESTÃO APLICADOS AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO PELO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO, SOB O PRISMA DE UMA GESTÃO MUSEAL SUSTENTÁVEL.
- c) Estar de acordo em mencionar os créditos ao Museu Amazônico/UFAM por ocasião da utilização do acervo documental/iconográfico na forma "Acervo do Museu Amazônico/UFAM – Manaus – AM – Brasil";
- d) Assumir o compromisso de não utilizar as imagens em outros trabalhos, edições, tiragens e publicações que não os especificados na presente solicitação e não repassar a terceiros as reproduções que foram cedidas;
- e) Assumir o compromisso de remeter uma cópia, física ou digital, do trabalho concluído ao Museu Amazônico/UFAM;



- f) Estar ciente que o descumprimento destas disposições acarretará na suspensão do acesso do usuário aos serviços do Museu Amazônico pelo prazo de 6 (seis) meses, assim como outras sanções legais que porventura possam ser acionadas;

Relação do(s) fundo(s)/documento(s) a ser(em) reproduzido(s):

Ranato de Gaspar - 02 imagens de objetos etnográficos indígenas (esculturas)
 Feliciano Pimentel - 02 imagens de telas de pinturas de natureza indígena
 Márcio Souza - 01 imagem de placa de reconhecimento e 01 imagem de foto de peça de teatro
 Gabriel Gentil - 02 imagens de desenhos feitos pelo artista
 Thingo de Mello - 02 imagens de condecorações
 Edney Azancoti - 01 imagem de fotografias do acervo pessoal do artista e 01 imagem de publicações do mesmo
 Raimundo Chaves Ribeiro - 02 imagens de fotografias do acervo pessoal de Raimundo
 Museu Amazônico - 02 imagens de objetos etnográficos indígenas (cestarias)
 Jair Jacquot - 02 imagens de objetos da etnia Ticuna (máscaras e esculturas)
 Silvino Santos - 02 imagens de fotografias (temática: navegação e cachoeira)
 Ufam - 02 imagens de fotografias (temática: construção do campus universitário e cotidiano do campus)
 Itana - 02 imagens de objetos tridimensionais (colares e produtos de origem animal)
 Manoel Bastos Lira - 02 imagens de objetos pessoais de Lira (microscópio e documento)
 Rui Machado - 02 imagens de objetos tridimensionais (cestaria e artefatos arqueológicos)
 Coleção Fotográfica de Arqueologia Amazônica - 01 imagem de fotografia de uma funerária e 01 imagem de fotografia de resgate de uma funerária

Local de Guarda: Divisão de Museologia – Museu Amazônico

Manaus-AM, 17 de novembro de 2021

Karim Telen Freitas

Assinatura do usuário

Autorizado em 18/11/2021

Queliny Máris de Souza

Responsável pelo Acervo

ANEXO B Documento de parceria entre Museu Amazônico, IPHAN e MAE-USP

1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO



Acervo Arqueológico (coleções).

A partir de 2000, através da parceria informal entre o Museu Amazônico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - 1ª SR-AM) e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE - USP). O Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas passou a condicionar e/ou ficar na condição de curador das coleções arqueológicas do Amazonas. A seguir, encaminhamos a relação das coleções.

ITEM	COLEÇÃO	DOAÇÃO	SALVAMENTO/VISITA TÉCNICA	PESQUISA	ANO DE AQUISIÇÃO	LOCAL
01	2(dois) Artelatos sendo uma funerária e um alguédar - fase "Paredão" (Tradição Incisa Ponteadas).	*****	Resgatado do Sítio arqueológico "UDV"	*****	Maio de 2000.	Zona Norte de Manaus, ramal do brasileiro (Punisqueara).
02	1(um) - uma funerária - fase "Paredão" (Tradição Incisa Ponteadas).	*****	Resgatado do Centro Histórico de Manaus (Assembleia Legislativa)	*****	Dezembro de 2000	Zona Sul de Manaus.
03	24(vinte e quatro) peças - fase "Sub-tradição Guanta" (polícromica Amazônica).	Comunidade Lauro Sodré/PIATAM	*****	Projeto PIATAM/UFAM	Setembro de 2001	Comunidade de Lauro Sodré, Município de Coari-Am.
04	131(reze) recipientes cerâmicos 2(dois) fragmentos de machados	*****	Resgatados do Sítio arqueológico "Novo Cidade".	*****	Janeiro de 2001	Zona Norte de Manaus.
05	2(dois) Artelatos	Prof. Veramilton	*****	*****	Novembro de 2000	Parintins-AM, Ilha da Valéria.

	cerâmicos - fase "Konduri".					
07	20 (vinte) fragmentos de cerâmica e 4(quatro) fragmentos de lâminas de machado, 1(um) instrumentos de rocha, e dois pilões.	Socorro Ideta	*****	*****	Novembro de 2001	Comunidade da Serra Baliza/Açutuba, Município de Itaituba-AM
08	2(dois) fragmentos cerâmicos - fase "paredão" (Tradição Inca Pontada).	Carlos Nascimento	*****	*****	Março de 2001	Comunidade N. Senhora do Livramento zona rural de Manaus - margem direita do rio Tarumã - Açu.
09	2(dois) machados	Alexander Silva de Oliveira	*****	*****	Abril de 2001	Município de Autazes.
10	Material Solo e cerâmica.	*****	*****	Projeto Amazônia Central	Setembro de 2001	Município de Itaituba.
11	Vários fragmentos de cerâmica	*****	*****	Reserva Sustentável do Amanã.	Setembro de 2001	Município de Telé.
12	06(seis) apliques antropomorfo e 1(uma) rodela de fuso cerâmico.	Silves Telles.	*****	*****	Outubro de 2001	Município Careiro da Várzea.
13	2(duas) artefatos sendo um alquidar e o gargalo de uma funerária	*****	Resgatado do sítio arqueológico "Oleaco Iseda"	*****	Abril de 2001	Colônia Antonio Aleixo, próximo da torre da Embatel.
14	1(um) aplique e alguns fragmentos de cerâmica	Comunidade de Puraquequara (Ribeirinha)	*****	*****	Outubro de 2001	Rio Puraquequara.
15	3(Trés) apliques zoomorfo		Sítio arqueológico "Tony Medeiros"	*****	Novembro de 2001	Estrada do Puraquequara.

	cerâmicos					
16	1(um) vaso parcialmente fragmentado		Sítio arqueológico "Bonates"	*****	Dezembro de 2001	BR 174 Km 34, a margem direita do rio Tarumã.
17	Material: Solo, Cerâmica, Fauna e Lítico.	*****	*****	Projeto Amazônia Central	Julho a setembro de 2002	Município de Iranduba.
18	1(um) recipiente cerâmico - fase "Sub-tradição Guariá".	Comunidade de pescadores de Silves-AM	*****	*****	Junho de 2002	Paraná do rio Urubu - Município de Silves-AM.
19	1(um) sapulimento humano e alguns fragmentos cerâmica e líticos	*****	Sítio Califórnia	*****	Maio de 2002	Paraná do Cambiche-Poto Bançu, Município de Careiro da Várzea.
20	3(três) recipientes cerâmicos - fase "Sub-tradição Guariá" da (Tradição Policrômica Amazônica).	Senhores: Luis e Crispim Ramirez	*****	*****	Janeiro de 2003	Comunidade de São Francisco, Município de Tonantim-AM.
21	2(dois) artefatos - fase Konduri.	Prof. Geraldo Sá Peixoto.	*****	*****	Março de 2003	Município de Parintim-AM, Ilha da Valéria.
22	1(uma) Uma funerária da fase "Raredô" da (Tradição Indisa Ponteada) da "Tradição Policrômica Amazônica	*****	Resgatada no Centro Histórico de Manaus (Praça do Pedro II).	*****	Abril de 2003	Zona Sul de Manaus

Manaus, 21 de Maio de 2003.

ANEXO C Ofício nº 001/2015



Ofício 001/2005

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2005

Assunto: Compromisso de apoio à guarda de material arqueológico

Senhora Superintendente,

Face ao levantamento de material arqueológico na faixa e clareiras de implantação do Gasoduto Coari-Manaus, com possibilidades de serem encontrados sítios onde seja necessário o resgate de materiais, a PETROBRAS, orientada pelo IPHAN, assume desde já o compromisso de prover os recursos necessários à implantação em Manaus/AM, de instalações físicas necessárias à guarda e curadoria definitiva do material arqueológico resgatado durante a obra.

A PETROBRAS, toma como ponto de partida a parceria com a UFAM para elaboração do EPIARIMA do projeto do Gasoduto e as iniciativas em andamento no âmbito do Projeto PIATAM, incluso o compromisso do Museu Amazônico da UFAM, externado na correspondência de 1902/2004 (em anexo), podendo no entanto, caso existam outras instituições locais interessadas, prover recursos para outra delas, à luz das orientações do IPHAN. O prazo estimado para a indicação de local definitivo é de seis meses, após emitida a Portaria de Autorização do IPHAN.

Durante os seis meses iniciais, caso seja necessário o resgate de algum material arqueológico, a PETROBRAS providenciará um espaço com condições adequadas para a guarda provisória do mesmo, até a conclusão do local definitivo. Como opção inicial, caso obtida a competente Autorização do IPHAN, o espaço provisório será o mesmo utilizado para a guarda dos materiais resgatados no Projeto PIATAM, ao qual a empresa já se comprometeu a destinar recursos financeiros e bolsas de estudos para dois estudantes universitários e duas bolsas para a prestação de serviços por dois técnicos em arqueologia.

Colocamo-nos à disposição de V. Sa. para outros esclarecimentos.

Atenciosamente;

Cláudio Rangel de Andrade

Gerente de Implantação de Projetos da Região Norte

A Ilma Dra Maria Bernadete Mafra de Andrade
MD Superintendente da 1ª SR IPHAN

ANEXO D Ficha de controle de temperatura e umidade relativa do ar (U.T) 2020

	Sala de exposição	Sala de Aula	Recebimento	Reserva Técnica	Laboratório 2	
07/04	23,4 / 56%	24,9 / 46%		23,4 / 58%	24,3 / 44%	
16/04	22,3 / 79%	22,1 / 54%	26,2 / 78%	22,6 / 63%		
20/04	29,4 / 68%	28,9 / 53%	26,5 / 73%	26,6 / 72%		
23/04	19,9 / 51%	22,4 / 51%	21,3 / 56%	22,6 / 67%	22,2 / 71%	
27/04	20,9 / 50%	22,7 / 47%	21,3 / 55%	22,6 / 68%	22,4 / 66%	
30/04	19,1 / 48%	22,2 / 54%	21,3 / 57%	21,1 / 48%	22,2 / 72%	
04/05	29,1 / 75%	29,2 / 55%	26,1 / 75%	26,1 / 72%	28,4 / 74%	
07/05	20,7 / 48%	22,3 / 52%	21,2 / 62%	22,4 / 64%	22,6 / 60%	
11/05	21,5 / 47%	22 / 50%	21 / 59%	22 / 58%	22,5 / 57%	
14/05	20,6 / 46%	22 / 53%	21,1 / 60%	22,5 / 63%	22,6 / 67%	Situação ideal
18/05	23,9 / 62%	23,3 / 55%	23,3 / 56%	23,5 / 61%	25,1 / 59%	Situação de temperatura ideal
21/05	30,2 / 72%	26 / 55	27,4 / 65%	28 / 61 %	30,8 / 56%	Situação de umidade ideal
25/05	28,6 / 68%	28,4 / 52%	26,1 / 65%	26,9 / 66%	27 / 56%	
28/05	31,9 / 61%	30 / 50%	28,3 / 64%		31 / 51%	
01/06	20,3 / 45%	21,9 / 52%	20,3 / 42%	22,4 / 60%	22,7 / 55%	
04/06	21,8 / 46%	22,6 / 47%	21,3 / 48%	22,5 / 59%		
08/06	28,8 / 69%	28,6 / 53%	26,1 / 53%	26 / 66%	29,4 / 53%	
11/06	21,8 / 44%	20,4 / 41%	19,8 / 48%	25 / 61%	22,8 / 56%	
15/06	30,9 / 67%	30,8 / 52%	27,6 / 62%	27,9 / 58%	30,3 / 51%	
18/06	22,3 / 45%	20,6 / 42%	19,8 / 50%	25,3 / 63%	22,8 / 48%	
22/06	21,9 / 45%	20,8 / 41%	20 / 48%	18,5 / 45%	22,4 / 47%	
25/06	21,9 / 45%	21 / 43%	20 / 50%	18,3 / 45%	22,1 / 49%	
29/06	30,8 / 66%	29,9 / 56%	27,8 / 62%	27,5 / 61%	31,4 / 50%	
02/07	31,3 / 67%	30,1 / 57%	27,9 / 65%	27,3 / 68%	31,9 / 48%	
06/07	23,4 / 43%	21,6 / 40%	23,1 / 40%	22,6 / 41%	22,9 / 35%	
10/07	23,6 / 64%	22,6 / 48%	23,3 / 47%	21,9 / 54%	24,4 / 45%	
13/07	23,2 / 48%	20 / 51%	21,7 / 48%	21,7 / 50%	20,7 / 48%	
14/07	22,9 / 51%	20,1 / 48%	20,5 / 47%	19,9 / 48%	19,8 / 41%	
15/07	22,8 / 48%	19,7 / 47 %	20,1 / 51%	19,2 / 50%	20,3 / 43%	

16/07	23,4 / 46%	20,3 / 48 %	19,8 / 51%	19,8 / 49%	20,6 / 48%	
17/07	24,5 / 50%	21,1 / 48%	19,6 / 48%	20,3 / 48%	20,5 / 50%	

Os valores gerais orientados para acervos de tipologias mistas são de temperatura entre 20°C e 23°C e umidade relativa entre 50% e 60%

ANEXO E Ficha de controle de temperatura e umidade relativa do ar (U.T) 2021



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: sala de exposição		Mês: MAIO / 2021		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
	18/05/21	20.5°C	44%	
19/05/21	20.5°C	51%	9:00h	
24/05/21	20.9°C	45%	12:00h	
24/05/21	21.6°C	43%	15:00h	
26/05/21	22.9°C	43%	07:30h	
26/05/21	23.3°C	43%	12:08h	
27/05/21	22.01	47%	10:00h	
27/05/21	21.6	42%	13:00h	
28/05/21	20.0	48%	8:20h	
28/05/21	21.5°C	49%	12:40h	
31/05/21	20.2°C	48%	07:40h	
31/05/21	20.7°C	48%	12:00h	
01/06/21	21.5°C	64%	10:01h	
02/06/21	20.4°C	46%	07:10h	
02/06/21	20.4°C	45	12:15h	
08/06/21	20.2°C	45%	09:17h	
09/06/21	20.4°C	45%	07:20h	
09/06/21	20.3°C	45%	12:30h	
10/06/21	19.9°C	48%	9:51h	
31/06/21	19.9°C	48%	07:00h	
31/06/21	20.1°C	49%	12:30h	
31/06/21	19.7°C	45%	07:00h	
31/06/21	20.3°C	45%	12:00h	
31/06/21	20.2°C	49%	07:00h	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **AMAZÔNICO**
Amazonico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: sala de exposição 01/06/21

Data	Mês:		Horário	Observações
	Temperatura	Umidade relativa		
16/06/21	20.2°C	52%	12:05h	
18/06/21	20.0°C	52%	07:00h	
18/06/21	20.5°C	51%	12:00h	
23/06/21	20.1°C	48%	07:05h	
21/06/21	20.6°C	46%	11:50h	
22/06/21	20.3°C	47%	07:00h	
22/06/21	20.9°C	46%	12:05h	
23/06/21	20.7°C	49%	15:14h	
24/06/21	21.0°C	48%	10:05h	
25/06/21	19.9°C	51%	07:00h	
25/06/21	20.5°C	49%	12:00h	
28/06/21	20.9°C	48%	08:05h	
28/06/21	27.7°C	43%	13:27h	
29/06/21	20.3°C	51%	10:38h	
30/06/21	19.9°C	59%	07:30h	
30/06/21	19.6°C	49%	12:00h	
01/07/21	19.6°C	53%	07:00h	
01/07/21	19.6°C	50%	12:05h	
02/07/21	19.6°C	48%	07:00h	
02/07/21	19.7°C	45%	12:05h	
05/07/21	19.6°C	55%	07:00h	
05/07/21	19.6°C	46%	12:00h	
07/07/21	26.0°C	46%	07:00h	
07/07/21	21.9°C	48%	12:04h	
08/07/21	27.8°C	43%	16:27	



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu
Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: sala de exposição			Mês: JULHO	
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
12/07	26.2 ^o C	49%	07:00h	
12/07	22.4 ^o C	48%	11:36h	
12/07	21.9 ^o C	43%	16:27h	
13/07	20.5 ^o C	48%	07:00h	
13/07	20.7 ^o C	47%	12:06h	
14/07	20.1 ^o C	46%	07:00h	
14/07	20.3 ^o C	48%	12:05h	
15/07	20.3 ^o C	46%	07:00h	
15/07	20.7 ^o C	45%	12:00h	
16/07	20.7 ^o C	44%	13:14h	
19/07	20.7 ^o C	50%	07:00h	
19/07	20.9 ^o C	50%	12:07h	
20/07	20.6 ^o C	50%	07:00h	
20/07	20.9 ^o C	51%	12:00h	
20/07	21.6 ^o C	42%	18:18h	
21/07	20.0 ^o C	50%	07:05h	
21/07	20.9 ^o C	50%	12:06h	
22/07	20.3 ^o C	49%	06:30h	
22/07	20.4 ^o C	47%	12:36h	
23/07	20.4 ^o C	45%	10:14h	
26/07	21.4 ^o C	50%	07:00h	
26/07	20.4 ^o C	49%	12:00h	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Amazonico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: sala de exposição		Mês: JULHO / AOSTO 127		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
	26/07	20.6	43%	
28/07	23.3°C	51%	07:00h	
28/07	20.9°C	48%	12:00h	
29/07	20.6°C	48%	07:00h	
29/07	20.6°C	47%	12:00h	
30/07	23.4°C	48%	07:00h	
30/07	20.6°C	46%	12:00h	
02/08	24.3	58%	12:00h	
03/08	19.9°C	42%	07:00h	
03/08	20.8°C	52%	14:00h	
04/08	19.8°C	46%	07:00h	
04/08	19.8°C	47%	12:00h	
05/08	19.6°C	42%	07:00h	
05/08	20.3°C	51%	15:30h	
05/08	20.8°C	48%	15:52	
06/08	21.2°C	62%	07:00h	
06/08	21.2°C	49%	14:00h	
09/08	28.8	65%	07:00h	
09/08	25.0	45%	12:00h	
10/08	25.0	60%	07:00h	
10/08	23.5	48%	14:10h	
11/08	22.2°C	57%	07:00h	
11/08	22.1	45%	12:00h	



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu
Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: sala de exposição			Mês: AGOSTO	
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
19/08	22.4°C	47%	17:35	
22/08	19.6°C	45%	07:00h	
22/08	20.5°C	48%	14:08h	
26/08	19.0°C	48%	07:00h	
26/08	19.9°C	49%	12:10h	
26/08	20.7°C	50%	16:43h	
22/08	20.6°C	47%	10:07h	
27/08	20.8°C	44%	16:30h	
18/08	19.5°C	45%	07:30h	
18/08	20.2°C	50%	12:00h	
20/08	20.7°C	43%	07:00h	
20/08	20.4°C	43%	14:00h	
23/08	19.9°C	42%	07:00h	
23/08	20.6°C	47%	12:08h	
24/08	20.1°C	43%	07:00h	
24/08	20.7°C	47%	14:10h	
25/08	20.4°C	44%	07:10h	
25/08	21.4°C	44%	12:35h	
26/08	20.2°C	42%	8:55	
26/08	21.6°C	42%	15:00	
22/08	20.7°C	42%	9:15	
27/08	21.4°C	43%	15:00	
30/08	22.0°C	49%	07:05h	
30/08	20.6	49%	12:00h	



Poder Executivo
 Ministério da Educação
 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
 Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu DO BRASIL
 Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
 RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: sala de exposição		Mês: SETEMBRO		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
07/09	20.7°C	48%	16:30h	
02/09	19.9°C	45%	07:07h	
02/09	19.6°C	42%	12:00h	
03/09	19.6°C	43%	07:05h	
03/09	20.1°C	44%	12:00h	
08/09	21.2°C	45%	14:30h	
09/09	21.6°C	43%	8:40h	
10/09	19.9°C	47%	8:32h	
13/09	20.4°C	40%	07:05h	
16/09	20.4°C	40%	07:06h	
16/09	20.9°C	40%	12:07h	
17/09	20.7°C	40%	13:00	
20/09	19.4°C	39%	07:05h	
20/09	20.1°C	43%	16:00h	
21/09	21.0°C	44%	07:06h	
21/09	21.2°C	44%	15:05h	
22/09	20.0°C	40%	9:10h	
23/09	19.9°C	38%	07:07h	
23/09	21.9°C	39%	15:00h	
24/09	19.8°C	40%	07:05h	
24/09	20.4°C	43%	16:00h	
27/09	20.8°C	39%	07:05h	
27/09	20.9°C	40%	16:00h	
28/09	19.8°C	40%	07:05h	
28/09	20.8°C	43%	16:00h	
29/09	19.6°C	40%	07:15h	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu GEORGE
Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: Reserva Técnica		Mês: SETEMBRO		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
07/09	27.0 °C	50%	16:45h	
02/09	18.4 °C	45%	07:00h	
02/09	20.1 °C	52%	12:30h	
03/09	20.1 °C	32%	07:00h	
03/09	20.8 °C	51%	12:20h	
08/09	22.7 °C	48%	14:30h	
09/09	21.7 °C	47%	8:36h	
10/09	20.6 °C	48%	8:00h	
10/09	23.2 °C	42%	17:00h	
13/09	20.9 °C	45%	07:00h	
13/09	22.2 °C	42%	13:30h	
15/09	23.7 °C	40%	15:00	
16/09	20.1 °C	41%	07:00h	
16/09	20.6 °C	45%	12:00h	
20/09	24.0 °C	77%	07:00h	
20/09	20.6 °C	46%	16:05h	
21/09	22.8 °C	68%	07:00h	
23/09	21.6 °C	55%	15:00h	
22/09	20.0 °C	46%	9:00h	
23/09	19.8 °C	43%	07:00h	
23/09	20.9 °C	49%	15:09h	
24/09	20.0 °C	47%	07:00h	
24/09	20.8 °C	44%	15:05h	
27/09	27.5 °C	75%	07:00h	
27/09	20.3 °C	47%	15:00h	
28/09	23.9 °C	76%	07:00h	
28/09	20.7 °C	50%	15:08h	
29/09	22.8 °C			



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Amazonico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Loca. <i>Oporecipo</i>		Mês: <i>Setembro</i>		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
	29/09	19.6°C	45%	
30/09	23.8°C	83%	07:00h	
30/09	23.3°C	50%	15:05h	
01/10	19.4°C	44%	07:00h	
01/10	20.6°C	70%	07:06h	
02/10	23.3°C	50%	12:00h	
04/10	23.3°C	48%	15:00h	
05/10	20.1°C	44%	07:00h	
05/10	21.3°C	48%	15:00h	
06/10	20.4°C	43%	16:30	
07/10	20.1°C	43%	07:00h	
07/10	20.3°C	48%	16:00h	
08/10	19.3°C	46%	06:30h	
08/10	19.8°C	46%	16:08h	
13/10	20.1°C	43%	07:05h	
13/10	20.4°C	47%	13:05h	
14/10	19.6°C	43%	06:50h	
14/10	21.6°C	45%	16:00h	
15/10	20.3°C	43%	07:28h	
15/10	22.3°C	47%	16:00h	
17/10	19.1°C	45%	07:00h	
18/10	20.1°C	43%	14:50h	
19/10	19.3°C	43%	07:00h	
19/10	20.9°C	45%	15:05h	
20/10	19.8°C	44%	07:00h	
20/10	21.2°C	45%	16:00h	
21/10	19.7°C	43%	07:00h	
21/10	21.5°C	43%		



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu ~~Nacional~~
Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: Recebimento			Mês: Agosto	
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
19/08	22.7 °C	43%	17:30h	
12/08	20.8 °C	41%	07:07h	
12/08	21.6 °C	43%	14:00h	
16/08	19.6 °C	41%	07:06h	
16/08	20.8 °C	47%	12:00h	
17/08	21.4 °C	43%	10:05	
17/08	21.3 °C	44%	16:10	
18/08	20.6 °C	41%	07:45h	
18/08	21.3 °C	43%	12:10h	
20/08	21.6 °C	43%	07:08h	
20/08	19.4 °C	44%	14:20h	
23/08	21.6 °C	41%	07:05h	
23/08	22.1 °C	42%	12:00h	
24/08	21.3 °C	41%	07:30h	
24/08	20.9 °C	42%	14:00h	
25/08	21.9 °C	41%	07:03h	
25/08	22.0 °C	40%	12:30h	
26/08	22.0 °C	47%	8:55	
30/08			07:00h	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: Recebimento		Mês: MAIO		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
	17/05/21	21.6 °C	44%	
18/05/21	20.3 °C	43%	14:00h	
19/05/21	21.6 °C	43%	19:00h	
15/05/21	20.6 °C	42%	12:00h	
20/05/21	21.5 °C	43%	08:03h	
20/05/21	20.8 °C	44%	12:00h	
24/05/21	20.5 °C	44%	08:30h	
24/05/21	20.5 °C	43%	12:00h	
24/05/21	21.3 °C	44%	15:00h	
26/05/21	22.1 °C	43%	07:33h	
26/05/21	22.3 °C	43%	12:00h	
27/05/21	22.7	47%	10:00h	
27/05/21	22.0	45%	17:00h	
27/05/21	20.9	42%	8:20h	
28/05/21	21.4	43%	12:00h	
31/05/21	19.9 °C	41%	07:51h	
31/05/21	20.6 °C	43%	11:58h	
02/06/21	20.3 °C	43%	07:15h	
02/06/21	20.6 °C	44%	12:00h	
09/06/21	20.1 °C	43%	07:25h	
09/06/21	20.4 °C	43%	12:05h	
11/06/21	19.0 °C	42%	07:05h	
13/06/21	19.3 °C	43%	12:00h	
14/06/21	19.3 °C	42%	07:10h	
14/06/21	19.6 °C	43%	12:05h	
16/06/21	19.0 °C	42%	07:10h	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Arqueológico - Divisão de Arqueologia



Museu Histórico
Amazonônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: Recebimento		Mês: Junho		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
07/07	19.3°C	42%	8:00h	
09/07	20.1°C	46%	11:30h	
12/07/21	19.3°C	42%	07:05h	
12/07/21	20.6°C	44%	12:02h	
12/07/21	20.9°C	43%	16:23h	
13/07/21	19.3°C	45%	07:08h	
15/07/21	19.9°C	42%	12:00h	
14/07/21	19.6°C	45%	07:05h	
14/07/21	19.7°C	41%	12:00h	
15/07/21	19.6°C	45%	07:05h	
15/07/21	20.1°C	42%	12:05h	
16/07/21	20.1°C	42%	13:23h	
16/07/21	20.2°C	42%	17:49h	
19/07/21	20.1°C	43%	07:08h	
19/07/21	20.1°C	42%	12:00h	
20/07/21	20.4°C	41%	07:05h	
20/07/21	20.6°C	43%	12:04h	
21/07/21	21.1	41%	18:30h	
21/07/21	22.0°C	45%	07:03h	
21/07/21	21.3°C	43%	12:00h	
22/07/21	20.3°C	45%	06:40h	
22/07/21	20.8°C	42%	12:30h	
23/07/21	20.9°C	41%	10:15h	
24/07/21	20.8°C	42%	07:07h	
26/07/21	21.6°C	43%	12:00h	
28/07/21	20.8°C	41%	07:05h	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Amazoniano

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: Recebimento			Mês: Junho	
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
	16/06/21	19.0°	42%	
18/06/21	18.6°	43%	07:05h	
18/06/21	18.9°	44%	12:05h	
21/06/21	19.0°	47%	07:00h	
21/06/21	19.1°	47%	11:43h	
21/06/21	19.1°	40%	17:18h	
21/06/21	18.8°	46%	07:05h	
22/06/21	19.9°	46%	12:30h	
22/06/21	20.3°	47%	13:18h	
24/06/21	20.05°	45%	09:05h	
25/06/21	19.9°	46%	07:08h	
25/06/21	20.3°	47%	12:07h	
26/06/21	19.9°	45%	08:10h	
26/06/21	20.1°	49%	13:20h	
28/06/21	20.1°	48%	10:47h	
30/06/21	21.2°	56%	07:05h	
30/06/21	20.7°	54%	12:07h	
01/07/21	20.9°	56%	07:05h	
01/07/21	19.8°	48%	12:03h	
02/07/21	18.9°	42%	07:05h	
02/07/21	19.2°	43%	12:00h	
05/07/21	18.9°	45%	07:05h	
05/07/21	18.7°	45%	12:00h	
07/07/21	19.0°	44%	07:05h	
08/07/21	20.3°	46%	07:25	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Histórico
Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: Recebimento			Mês: Junho	
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
28/07	20.8°C	41%		
28/07	23.3°C	42%	07:05h	
29/07	19.3°C	42%	12:06h	
29/07	21.3°C	43%	07:05h	
29/07	21.7	43%	12:05h	
29/07	21.7	43%	18:03h	
30/07	21.1	42%	07:09h	
02/08	19.6°C	40%	12:05h	
02/08	19.4F	40%	7:05h	
03/08	19.5°C	41%	12:05h	
03/08	20.9°C	50%	07:08h	
04/08	19.9°C	42%	14:00h	
04/08	21.1°C	53%	07:08h	
05/08	20.3°C	43%	12:05h	
05/08	20.8°C	45%	07:07h	
06/08	19.9°C	42%	13:15h	
06/08	20.8°C	44%	07:07h	
09/08	20.9°C	42%	14:08h	
09/08	22.0°C	44%	07:07h	
10/08	21.1°C	42%	12:09h	
10/08	23.8°C	43%	07:08h	
11/08	21.0°C	43%	14:00h	
			07:05h	



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Loca. Reserva Genios 01		Mês: Outubro		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
29/09	19.5°C	42%	15:05h	
30/09	19.9°C	41%	07:05h	
30/09	20.3°C	46%	15:00h	
01/10	19.7°C	39%	07:05h	
02/10	20.6°C	43%	16:00h	
04/10	20.4°C	39%	07:00h	
07/10	21.9°C	44%	15:05h	
05/10	20.3°C	39%	07:07h	
05/10	21.8°C	43%	15:05h	
06/10	27.3°C	40%	10:38	
07/10	20.2°C	38%	07:08h	
07/10	20.4°C	39%	16:05h	
08/10	19.8°C	38%	06:32h	
08/10	20.3°C	39%	16:00h	
13/10	20.3°C	38%	07:00h	
13/10	20.7°C	40%	13:00h	
14/10	20.1°C	38%	06:52h	
14/10	21.6°C	40%	15:55h	
15/10	20.7°C	38%	07:30h	
15/10	22.5°C	43%	15:50h	
18/10	20.0°C	37%	07:05h	
18/10	20.6°C	39%	15:00h	
19/10	19.6°C	38%	07:06h	
20/10	20.7°C	40%	15:00h	
20/10	20.7°C	43%	15:57h	
21/10	20.3°C	39%	07:20h	
22/10	23.0°C	44%	16:00h	
26/10	19.0°C	42%		



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu Amazônico

FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.

Local: Reserva Tilonico [01]		Mês:		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
	28/10	19.2°C	42%	
28/10	19.2°C	46%	16:00h	
29/10	19.3°C	43%	07:05h	
29/10	19.9°C	44%	15:09h	
03/11	19.6°C	42%	07:20h	
03/11	19.9°C	43%	15:00h	
04/11	19.5°C	41%	07:20h	
04/11	20.2°C	47%	15:50h	
05/11	22.5°C	65%	07:20h	
05/11	21.4°C	44%	16:00h	
08/11	20.6°C	39%	07:33h	
08/11	20.9°C	39%	16:00h	
09/11	20.3°C	39%	12:05h	
10/11	20.3°C	40%	07:20h	
10/11	21.4°C	42%	16:00h	
11/11	19.9°C	40%	07:08h	
11/11	19.9°C	40%	16:00h	



Poder Executivo
Ministério de Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **AMAZÔNICO**

**FICHA DIÁRIA DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE
RELATIVA (U.R.) DAS RESERVAS.**

Loca. <i>EXPOSICAO</i>		Mês: <i>OCTUBRO / NOVENBRO</i>		
Data	Temperatura	Umidade relativa	Horário	Observações
	<i>25/10/21</i>	<i>29.3</i>	<i>47%</i>	
<i>26/10/21</i>	<i>19.7°C</i>	<i>45%</i>	<i>07:05h</i>	
<i>26/10/21</i>	<i>20.3°C</i>	<i>45%</i>	<i>16:00h</i>	
<i>27/10/21</i>	<i>22.8°C</i>	<i>55%</i>	<i>07:00h</i>	
<i>27/10/21</i>	<i>19.9°C</i>	<i>46%</i>	<i>16:00h</i>	
<i>28/10</i>	<i>18.7°C</i>	<i>44%</i>	<i>07:00h</i>	
<i>28/10</i>	<i>19.8°C</i>	<i>47%</i>	<i>16:05h</i>	
<i>29/10</i>	<i>18.9°C</i>	<i>45%</i>	<i>07:00h</i>	
<i>29/10</i>	<i>20.9°C</i>	<i>49%</i>	<i>15:00h</i>	
<i>03/10</i>	<i>18.7°C</i>	<i>43%</i>	<i>07:35h</i>	
<i>03/10</i>	<i>20.6°C</i>	<i>47%</i>	<i>15:30h</i>	
<i>04/10</i>	<i>19.3°C</i>	<i>46%</i>	<i>07:35h</i>	
<i>04/10</i>	<i>22.1°C</i>	<i>50%</i>	<i>15:58h</i>	
<i>05/10</i>	<i>21.8°C</i>	<i>53%</i>	<i>07:05h</i>	
<i>05/10</i>	<i>22.2°C</i>	<i>40%</i>	<i>16:05h</i>	
<i>08/10</i>	<i>21.9°C</i>	<i>50%</i>	<i>07:10h</i>	
<i>08/10</i>	<i>20.6°C</i>	<i>42%</i>	<i>16:05h</i>	
<i>09/10</i>	<i>19.9°C</i>	<i>52%</i>	<i>07:00h</i>	
<i>10/11</i>	<i>20.5°C</i>	<i>50%</i>	<i>07:08h</i>	
<i>10/11</i>	<i>21.5°C</i>	<i>47%</i>	<i>16:09h</i>	
<i>11/11</i>	<i>20.2°C</i>	<i>47%</i>	<i>07:02h</i>	
<i>11/11</i>	<i>20.5°C</i>	<i>48%</i>	<i>16:50h</i>	

ANEXO F Protocolo de acesso a RT, manuseio e movimentação do acervo arqueológico



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Protocolo de Acesso para Utilização da Reserva Técnica, Manuseio e Movimentação do Acervo Arqueológico

A requisição para acessar, manusear e movimentar o acervo arqueológico das reservas técnicas I e II do laboratório da Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico poderá atender perspectivas diferentes:

1. Realização de visitas apenas para conhecer o laboratório

- Em caso de solicitação de visita visando apenas conhecer o laboratório, a requisição poderá ser encaminhada via correio eletrônico institucional à direção do Museu Amazônico, que repassará à coordenação da Divisão de Arqueologia, responsável pelo agendamento da visita.

- As visitas individuais ou em grupos (de alunos, docentes, pesquisadores ou demais pessoas interessadas), será permitida das 09h00 às 15h00 somente as terças-feiras e quintas-feiras, agendada antecipadamente via correio eletrônico. A visita poderá ter no máximo 30 pessoas e será acompanhada por um técnico do laboratório - cada técnico acompanhará até 15 pessoas. Os alunos deverão estar acompanhados por professores. O percurso da visita inclui: a sala de aula para apresentação de uma palestra sobre arqueologia e sobre a atuação do laboratório; os três laboratórios de análise/curadoria de material arqueológico e a sala de exposição. Neste caso, não abrange visita às duas reservas técnicas, destinadas exclusivamente a pesquisadores.

2. Uso do acervo para pesquisa científica (dentro e fora do laboratório) e realização de empréstimo das coleções para exposições e projetos de Educação Patrimonial

- Para o interessado em estudar o acervo, o acesso estará condicionado a um pedido formal (via ofício) à direção do Museu Amazônico, ao preenchimento de uma Ficha de Requisição para Pesquisa (Anexo I) e entrega de uma cópia digital resumida do Projeto de Pesquisa (Plano de Trabalho Técnico-Científico), no qual deverão constar seus objetivos, cronograma do tempo de execução da pesquisa, para não sobrepor com o trabalho da equipe interna do laboratório, e no caso de retirada do material, uma descrição das condições de transporte, armazenamento e do local aonde será destinado provisoriamente o acervo. O pedido será encaminhado à coordenação da Divisão de Arqueologia, responsável por analisar e verificar a disponibilidade e condições técnicas do acervo a ser estudado (grau de conservação), emitindo



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

um laudo sobre a situação atual dos materiais e um parecer sobre sua utilização (Anexo III). Em caso de parecer favorável, o requerente será requisitado a assinar um Termo de Compromisso (Anexo IV). Caso contrário, será emitido um comunicado ao interessado sobre a negativa do pedido.

- Em caso do acervo ser estudado nas dependências da instituição, o requerente deverá atender as exigências necessárias, incluindo os cuidados no manuseio das peças, dos equipamentos e os horários de funcionamento do laboratório.

- Em caso da retirada de material do laboratório, a divisão de Arqueologia seguirá os trâmites legais, pois compete ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) aprovar a movimentação de bens arqueológicos em território nacional e no exterior (Portaria nº195 e Portaria nº197 de 18/05/2016). Assim, a Divisão de Arqueologia disponibilizará ao requerente o *Formulário de Solicitação de Movimentação do Acervo* (Anexo II) e uma declaração informando estar ciente da retirada dos materiais e de sua previsão de retorno. O requerente, em posse da documentação (ofício à Superintendência do IPHAN-AM solicitando movimentação do material arqueológico; formulário de solicitação do acervo; vias de arrolamento dos bens a serem transportados e declaração da instituição cedente - neste caso a Divisão de Arqueologia/Museu), deverá encaminhá-la ao IPHAN-AM, a qual analisará o processo, e se aprovado, encaminhará ao CNA, responsável por emitir a autorização, conforme os dispositivos da portaria. Depois do parecer favorável emitido pelo CNA, o requerente também deverá atender todas as exigências necessárias do laboratório, incluindo as melhores técnicas de acondicionamento e de transporte das peças.

- Os pesquisadores associados, isto é, os que já tenham vínculo com o Museu Amazônico (projetos em andamento), deverá agendar visita ao laboratório para a continuidade das suas pesquisas, via correio eletrônico institucional da Divisão de Arqueologia.

- O requerente que deseja pesquisar o acervo, poderá fazer uma visita prévia às reservas técnicas do laboratório da Divisão de Arqueologia para selecionar o material a ser estudado, também agendada via correio eletrônico. Neste caso, o acesso aos espaços das reservas será permitido de segunda-feira a sexta-feira, das 09h00 às 15h00, controlado mediante o acompanhamento de um técnico do laboratório e registrado em livro específico de controle.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

- O requerente que solicitar estudar o material arqueológico do acervo deverá disponibilizar seus resultados à Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico: cópia digital em formato PDF de projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, pós-doutorado, artigos ou demais publicações. No caso das exposições, apresentar os resultados, incluindo o público-alvo atingido e seu quantitativo. O encaminhamento deverá ser realizado até 30 dias após o término da pesquisa já publicada e/ou defendida e/ou da exposição/ações de Educação Patrimonial realizadas. Caso haja divulgação no trabalho realizado, citar o Museu Amazônico (UFAM).

Procedimentos internos (gerais):

- Não é permitido circular nas dependências do laboratório portando mochilas, bolsas, sacolas ou afins. Disponibilizamos aos visitantes um guarda volumes no andar térreo do prédio.
- Nas reservas técnicas I e II, nos laboratórios I, II e III e na sala de recebimento não é permitido consumir alimentos e bebidas.
- Todo visitante e/ou prestador de serviço que adentrar ao laboratório deverá preencher uma *Ficha de Controle de Acesso de Visitantes* (Anexo VI).
- Aos visitantes recomendamos evitar falar ao telefone na sala de aula e de exposição, e manter seu dispositivo no modo silencioso.
- Com exceção das reservas técnicas, demais espaços do laboratório podem ser fotografados.
- Para a cessão do uso de imagens das peças arqueológicas, como as publicações em banners, folders, cartilhas e outros, deverão constar o apoio com a logomarca do Museu/UFAM, previamente solicitada e aprovada pela Direção do Museu e Divisão de Arqueologia.
- Ao laboratório não é permitido receber materiais arqueológicos doados por particulares. Recomendamos que em caso de achado fortuito notificar ao IPHAN, que se responsabilizará pelo direcionamento dado aos vestígios.

Contatos:

Museu Amazônico - solicitar o acesso as Reservas Técnicas e enviar a documentação impressa e digital
Rua Ramos Ferreira, n° 1036, Centro. CEP: 69010-120 - Manaus (AM) Telefones: (92) 3305-1181 / ramal 2021 E-mail: museuamazonic@ufam.edu.br Diretor: Dyonson Teles Alves.

Divisão de Arqueologia - localização das Reservas Técnicas e laboratórios
Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, n°3000 - Corcado I - Manaus (AM) - Setor Sul - Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - CEP: 69077- 000 Telefone: (92) 3305-1181/ramal 2112 E-mail: darqueologia@ufam.edu.br



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Anexo II - Formulário de Solicitação de Movimentação do Acervo (enviar ao IPHAN)

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS
ARQUEOLÓGICOS EM TERRITÓRIO NACIONAL - ACERVO DA DIVISÃO DE
ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO**

1. Dados da instituição ou pessoa física requerente

Nome: _____
 Endereço: _____
 CNPJ / Número de registro: _____ Telefone: _____
 CPF: _____ E-mail: _____
 Responsável: _____
 Descrição de justificativa das atividades: _____

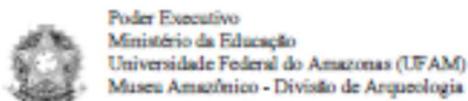
2. Dados da procedência dos bens

Nome do sítio: _____
 Os bens são tombados ou pertencem à área tombada () Sim () Não
 Se sim, detalhar: _____

 Portaria de autorização/permissão da pesquisa e/ou indicação do acervo de proveniência dos bens: _____

3. Dados da instituição cedente

Nome: _____
 Responsável: _____
 Endereço: _____



**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

CNPJ / Número de registro: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Descrever os índices de umidade relativa, temperatura e luminosidade adotadas, além das formas de acondicionamento e o mobiliário utilizados pela instituição cedente.

4. Dados da movimentação

4.1 Remessa: _____

4.1.1 Descrever e fotografar os métodos de embalagem e acondicionamento:

4.1.2 Os bens serão enviados: por correio () por transportadora () pessoalmente ()

Responsável pelo traslado: _____

RG / CPF / CNPJ: _____

4.2 Retorno:

4.2.1 Previsão de retorno:

4.2.2 Os bens retornarão para a instituição cedente:

por correio () por transportadora () pessoalmente ()

Responsável: _____

RG / CPF / CNPJ: _____

5. Observações

Data: _____

Assinatura do responsável pela instituição requerente: _____



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **UFAM**
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Anexo IV - Termo de Compromisso

**TERMO DE COMPROMISSO PARA ACESSAR E PESQUISAR O ACERVO
ARQUEOLÓGICO DAS RESERVAS TÉCNICAS**

Eu _____.

Identidade _____, CPF _____.

Endereço: _____

Telefone: _____

Comprometo-me a cumprir o estabelecido, pelas diretrizes internas do laboratório da Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico - da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no tocante ao acesso e a utilização do acervo arqueológico da instituição.

Manaus, _____ de _____ de _____.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **UFAM**
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Anexo V - Declaração informando ciência da retirada dos materiais (enviar ao IPHAN)

Eu, _____, arqueóloga (o), SIAPE _____, Diretora (o) do Laboratório / Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico, órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com Registro Geral nº _____ e CPF nº _____, considerando as recomendações da Portaria IPHAN nº195 e/ou Portaria IPHAN nº197 de 2016 que dispõe sobre os procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional e no exterior, declaro ter conhecimento da retirada dos bens arqueológicos _____ (tipologia), descritos na lista de arrolamento do acervo a ser movimentado, estando ciente que o material será analisado pelo método _____ com objetivo de subsidiar a pesquisa de

Manaus, ____ de _____ de _____.

Direção do Laboratório / Divisão de Arqueologia
Museu Amazônico
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Anexo VI - Ficha de Controle de Acesso de Visitantes no Laboratório de Arqueologia

	Nome	Motivo da visita	Origem	Data	Horário de entrada	Horário de saída
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						

ANEXO G Protocolo de higienização dos acervos e registros de intervenções



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Protocolo de Higienização dos Acervos e Registros de Intervenções

Este protocolo é um esboço inicial, dos procedimentos adotados junto ao acervo do Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico. Não é um documento estanque, em vista que, as coleções devem ser periodicamente monitoradas e se preciso novas metodologias e técnicas curatoriais aplicadas, visando melhores formas de acondicionamento e conservação, sobretudo pela diversidade tipológica dos materiais e especificidades de uma região quente e úmida, onde temperatura e umidade são indicadores importantes no processo de conservação preventiva, e os quais interferem diretamente na intensidade de mecanismos destrutivos.

Portanto, o documento foi iniciado, mas não concluído, por seu caráter flexível, a julgar a dinamicidade e complexidade da curadoria destas coleções, seja pelo grande volume de material, o tempo decorrido das pesquisas e o período em que estes materiais continuam armazenados em caixas, devido às mudanças do prédio do laboratório, até chegar à sede atual.

É oportuno esclarecer que, o laboratório recebe material de projetos para os quais concede apoio institucional, após ser triado, higienizado, inventariado e analisado, isto é, passado por curadoria inicial, pois a conservação geral das peças não é obrigação exclusiva da instituição, pois técnicas inadequadas de coleta e transporte do material arqueológico podem prejudicar de forma irreversível a curadoria no laboratório. Todavia, o processo curatorial da Divisão de Arqueologia perpassa, em regra, pelas etapas gerais que seguem (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma geral do processo curatorial do acervo arqueológico da Divisão de Arqueologia.



Compete informar ainda que, a higienização, independente da tipologia do artefato, deve respeitar a composição material e a fragilidade dos objetos, e ao mesmo tempo é recomendado não remover a totalidade dos sedimentos aderidos às peças. Também em termos gerais da curadoria é estabelecido que a organização documental seja a primeira fase deste



POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

processo, pelo qual é submetido o acervo. Nesta etapa é levantada a documentação, preenchida a planilha do inventário geral (aba documentação) e feita a separação/organização dos documentos físicos e digitais das coleções. O material documental deve compor o futuro banco de dados digital. Outra diretriz abrangente deste protocolo é a responsabilidade no manuseio das peças, a começar pelo uso de equipamentos de proteção individual (EPI) como luvas, máscaras, jalecos e óculos de segurança (se necessário). Além do mais, não é permitido consumir alimentos e bebidas quando em contato com o material arqueológico. Apesar destas normas abrangentes, são descritas diretrizes mais específicas, a depender do tipo de material.

Cerâmica e Lítico

- A cerâmica arqueológica proveniente de contextos pré-coloniais amazônicos é o material mais recorrente do acervo. O material lítico (polido e lascado) percorre algumas etapas similares à cerâmica quanto à limpeza, secagem, acondicionamento e armazenamento.

- Quanto ao manuseio das coleções, primeiro, o técnico separa o material utilizado na higienização: bandejas; pincel de cerda macia ou trincha; pisseta ou borrifador contendo água deionizada e solução de sabão neutro; base de quaternário de amônio; algodão; flanela; caderno; lápis; pincel permanente; álcool etílico; luva; máscara; óculos de proteção e jaleco.

- Em seguida, os sacos são identificados, os fragmentos são retirados das embalagens e é feita a triagem com separação de peças não contaminadas daquelas que exibem alguma ação de microorganismos. Este processo de triagem inclui a seleção de algumas peças para restauro (cerâmica). Após a triagem, a superfície da bancada de trabalho é limpa e dividida com fita crepe e nesta etapa, informações pertinentes às condições atuais do material são anotadas em um caderno de registro ou qualquer outra observação que o curador achar pertinente.

- Somente depois é iniciado o processo de higienização, primeiro com a limpeza mecânica sobre uma bandeja, realizada com a trincha ou pincel delicadamente, nas duas faces de cada fragmento. As peças são manuseadas com cautela e por isso, também é um momento de observação mais criteriosa da presença de agente biológico, comparativamente ao processo anterior de triagem. Depois, os fragmentos limpos são depositados em uma bandeja prontos para receberem a limpeza química. Mas, anteriormente a esta etapa, as bandejas sujas são limpas com detergente e lavadas em água corrente devido à necessidade de higienização do

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

local de trabalho, e neste caso, para controlar a dispersão de poeira. Para a limpeza química é utilizado algodão, solução de sabão neutro a base de quaternário e de água deionizada. O algodão é umedecido (e não encharcado) na solução desinfetante e em seguida são feitas pressões leves sobre o fragmento (“carimbando”), usando algodão específico para a limpeza de cada face. Concluída a aplicação do desinfetante outro algodão é umedecido em água deionizada e leves pressões são feitas por sobre os fragmentos, finalizando a limpeza química. Resta esclarecer que, devido o potencial diagnóstico, em certas peças a limpeza é a seco.

- Após, os fragmentos higienizados são postos na bancada, em espaços demarcados, visando à secagem (em sombra), que ocorre usualmente em 4 dias, exceto em dias muito úmidos.

- Depois de triar e higienizar, as peças são acondicionados em sacos plásticos etiquetados, furados em sua parte superior (2 ou 3 furos feitos com palito de churrasco ou perfuradora) objetivando a troca de ar e a não instauração de microclima propício a proliferação de fungos e insetos. Esta etapa de acondicionamento é realizada simultaneamente ao preenchimento da planilha de inventário (aba coleção) e ao mesmo tempo, em que são selecionadas as peças, que podem compor a coleção didática do laboratório, para futuras ações de extroversão.

- Por fim, os sacos plásticos são acondicionados em caixas organizadoras e estas, são armazenadas em definitivo nas reservas técnicas.

- Com relação à restauração da cerâmica, seus processos contemplam outros procedimentos específicos visando estabilizar as condições de conservação, e para tanto é feito o registro documental dos métodos curativos na *Ficha Técnica de Conservação e Restauro* (Quadro 1).



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **UFAM**
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Quadro 1. Modelo da Ficha de Conservação e Resturo.

N°		Fotos da peça antes do processo	
Procedência			
Projeto			
Sítio			
Número de proveniência			
Local de origem			
Data de coleta			
Localização da peça	N° de caixa - localização na reserva técnica		
Descrição do objeto			
Material	Especifica o material do qual o objeto é constituído.		
Dimensão	Maior largura e maior altura do objeto em cm.		
Especificações	Número de fragmentos, cor, presença ou não de decoração e tipo, classificação.		
Dados da intervenção			
Data de início	____/____/____		
Data de conclusão	____/____/____		
Nome do responsável			
Estado de conservação do objeto			
Bom ()	Regular ()	Ruim ()	
Mantém a integridade física e estética.	Apresenta sujidade, mas continua íntegro.	Integridade comprometida.	
Descrição: _____			
Intervenção anterior			
Sim ()	Não ()	Descrição: _____	
Terapia aplicada			
Descrição: _____			
- É descrito o procedimento, os materiais e produtos utilizados no objeto - análise do estado de conservação do objeto, respeitando princípios básicos da intervenção: cuidado em não produzir danos físicos e estéticos, respeito com a identidade e autenticidade do objeto, efetuando intervenção mínima e prezando pela reversibilidade e reconhecimento da intervenção.			
Medidas de conservação preventiva, acondicionamento e armazenamento			
Ambiente, acondicionamento e manuseio do objeto pós-intervenção.			
Observações			
Caso seja necessário acrescentar informações relevantes ao processo.			



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Fotos do processo de intervenção

Fotos da peça durante o processo de intervenção

Ossos

- O material ósseo acondicionado no laboratório é constituído por remanescentes esqueléticos humanos e ossadas de animais, respectivamente objetos de estudo da bioarqueologia e zooarqueologia. É pertinente informar que, boa parte deste material não passou por nenhum processo de curadoria, uma vez que, muitos dos remanescentes esqueléticos humanos recuperados em contexto arqueológico estão postos em urnas funerárias ainda não escavadas. É imprescindível que este trabalho seja realizado por profissional especializado devido à fragilidade do material. E como a instituição prioriza pelo interesse científico de suas coleções e não ser apenas uma mera depositária de acervos, a aplicação de técnicas curatoriais para esta tipologia de material deve ser realizada gradativamente, à medida que o laboratório adéque os espaços em suas reservas. As atividades devem se voltar para duas situações: aplicação de técnicas curatoriais em materiais atualmente em condições impróprias de conservação e com sinais de deterioração (curadoria emergencial) e manutenção dos processos não destrutivos em longo prazo (curadoria preventiva). Estas ações interventivas devem ser associadas às condições ambientais dos espaços das reservas técnicas. Desta maneira, dadas às características de cada peça enquanto objeto de estudo curatorial, os critérios de intervenção conservativa propriamente dita, devem ser adequados a cada artefato. Assim, a descrição apresentada são apenas diretrizes gerais adaptadas da proposta pioneira de Neves (1988):

- A - Adequação do local de trabalho;
- B - Limpeza;
- C - Secagem;
- D - Organização e identificação dos atributos de cada peça;
- E - Fixação provisória e restauração definitiva;
- F - Numeração das peças;
- G - Inventário



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

H - Acondicionamento

I - Guarda na reserva técnica

- O material ósseo deve ser envolto em manta de polietileno expandido ou tecido não tecido (TNT) branco, seja de forma isolada (mandíbula, pelve) ou em conjuntos anatômicos (mãos, pés, costelas). Mas, pode ser feita a guarda de pequenos fragmentos em tubos plásticos.
- Não recomendamos o contato dos ossos com isopor, papelão, metal e papel alumínio.

Carvões

- Os carvões devem ser envolvidos em TNT, com objetivo de deixar a amostra "respirar", após ter passado por um procedimento de limpeza parcial com pincel ou pinças, de modo a reduzir a quantidade de sedimento que conservam quando coletados em campo.
- Os carvões devem ser guardados em sacos plásticos comuns ou em tubos plástico - de cristal ou do tipo eppendorf (preferencialmente as amostras mais adequadas para datação).

Sedimento

- O sedimento para recuperar vestígios arqueobotânicos e zooarqueológicos deve ser flotado.
- O sedimento deve ser colocado em bandeja para secar e depois acondicionado no saco plástico. Os sacos devem ser furados em sua parte superior, visando à troca de ar e a não instauração de microclima propício à proliferação de fungos devido à umidade.

Material botânico

- Sementes, frutos e materiais lenhosos carbonizados devem ser acondicionados em frascos pequenos de material inerte – tubos plásticos ou tubos do tipo eppendorf.

Materiais Históricos: vidros, metais, ferro, telha, louça (porcelanas, faianças)...

- O material deve ser estabilizado (corrosão em metais, desalcalinização em vidro, ataque de agentes biológico como fungos, etc.), conduzido por profissional especializado da área de conservação e os procedimentos adotados devem ser documentados em meio físico e digital.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu
Amazônico

POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

- Os artefatos de metais devem ser acondicionados por grupos semelhantes, ou seja, por especificidade de material (ferroso, cobre, estanho, não ferroso, etc.). Deve-se buscar manter certa estabilidade na pátina das peças metálicas, especialmente em objetos que não apresente corrosão ativa, porque estas ajudam a proteger o metal de base.
- Os materiais podem ser guardados em sacos plásticos e envoltos em manta de polietileno expandido ou TNT, evitando colocar muitos fragmentos em um mesmo invólucro, de modo a reduzir impactos e atritos sobre as peças, sobretudo o vidro. O plástico bolha pode ser utilizado para acomodar as peças nas caixas. Nas caixas onde estão os objetos metálicos, pode ser inserido sílica gel que permita a absorção e controle da umidade relativa. A sílica, colocada separada do artefato, em saco plástico, e com pequenas perfurações para ocorrer troca de ar com o ambiente e absorver a umidade.

Referência Bibliográfica

NEVES, W. 1988. *Uma proposta pragmática para cura e recuperação de coleções de esqueletos humanos de origem arqueológica*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica, 4(1): 3-26.

ANEXO H Protocolo de manutenção dos espaços do Laboratório



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu
Amazônico

POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Protocolo de Manutenção dos Espaços

O protocolo de manutenção dos espaços do laboratório da Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico está associado aos serviços de higiene, conservação e segurança, contando com o apoio técnico de uma equipe terceirizada (agente de portaria e de limpeza - Anexo I). As atividades visam garantir a qualidade e o bom funcionamento da estrutura física, zelando pela salubridade e seguridade dos ambientes que abrigam o acervo, armazenado em duas reservas técnicas localizadas no andar térreo - denominadas de reserva técnica I e reserva técnica II. Além das reservas, o prédio conta com os seguintes espaços internos: sala da administração, almoxarifado, biblioteca, sala de exposição, sala de aula, sala de equipamentos, sala de recebimento de material arqueológico, sala de lavagem, laboratório I, II e III, copa e banheiros, e para tanto, são necessárias medidas como as que seguem:

As reservas técnicas

- Estão equipadas com armários deslizantes, são climatizadas com ar condicionado e possuem aparelhos termohigrômetros, instrumentos destinados a medir a temperatura e a umidade relativa. Na reserva técnica I dois aparelhos de ar condicionado são ligados, a temperatura adotada é de 22°C e a umidade relativa entre 50 a 60% e na reserva técnica II apenas um aparelho de ar condicionado é utilizado a uma temperatura de 21°C e a umidade também é de 50 a 60%. São ligados dois desumidificadores na reserva técnica I e um aparelho na reserva técnica II. O técnico responsável pela aferição semanal, verifica duas vezes ao dia as medidas de controle e funcionamento dos equipamentos (Anexo IV). Assim, após a conferência diária é observado os índices, e se necessário, feita a reprogramação dos equipamentos ligando aparelhos auxiliares como em períodos mais chuvosos (de maior umidade) ou de temperatura muito elevada. Resta esclarecer que, os valores de temperatura e umidade são condizentes ao volume e tipologia de material predominante nas reservas: cerâmica, lítico, ossos humanos, carvões, material vegetal carbonizado e sedimento. Caso novos volumes de materiais e outros tipos entrem nas reservas, como metais, os valores de controle ambiental podem ser revistos.



**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

- As janelas e as portas das reservas técnicas permanecem constantemente fechadas pela necessidade do monitoramento estável destes indicadores ambientais, pois índices inadequados devido às modificações sazonais do tempo podem desencadear ou acelerar o processo de degradação do acervo, ainda mais pelo clima quente e úmido da região Amazônica, extremamente favorável a infestações associadas à biodeterioração.
- As reservas técnicas possuem climatizações diferenciadas, devido o tipo de material em cada uma delas. Na reserva técnica II não é permitido o armazenamento de objetos orgânicos.
- As reservas técnicas são constantemente inspecionadas por um técnico responsável, visando identificar danos no material arqueológico, como aqueles de correntes da atuação de agentes físicos (umidade e temperatura), os quais podem causar infiltrações, rachaduras e goteiras; de agentes químicos (poeiras e outros poluentes); de agentes biológicos (insetos, aves, roedores, fungos) ou agentes antrópicos, como em eventuais manuseios incorretos das peças ou na forma de exposição do acervo. Importante destacar que, as reservas técnicas não possuem cestos de lixo e ralos, de modo a evitar o surgimento e/ou proliferação de agentes biológicos.
- Para evitar a entrada de elementos indesejáveis como insetos, roedores, emboás (piolho de cobra), os armários deslizantes das reservas técnicas são hermeticamente fechados.
- Os interessados em pesquisar as coleções do acervo devem guardar seus objetos pessoais em um guarda-volume localizado no andar térreo do prédio, não sendo permitido portar mochilas, bolsas, sacolas e afins, e tampouco consumir alimentos e bebidas. Portanto, as reservas se destinam exclusivamente para a guarda de material arqueológico, visto que, as atividades de higienização e análise ocorrem nos laboratórios, localizados no primeiro andar do prédio.
- O acervo é higienizado antes do armazenamento nos armários deslizantes e a limpeza das reservas técnicas é realizada três vezes por semana com aspirador de pó, visando minimizar a dispersão de poeira, e com pano pouco úmido para evitar a elevação da umidade. Na limpeza com pano é utilizado desinfetante neutro, e caso ocorra alguma necessidade específica é usado o removedor para retiraras sujidades mais encrustadas. Somente uma vez por mês é feita a retirada de pó (superficial) dos armários deslizantes, que é realizada com o uso de flanela e acompanhada por um arqueólogo do laboratório, de maneira a não interferir na disposição das caixas armazenadas nas estantes. Portanto, a limpeza mais profunda se restringe apenas ao espaço físico das reservas, pois as peças arqueológicas não devem ser tocadas.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **UFAM**
Amazônico

POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Demais espaços do laboratório

- A estrutura física do prédio conta com 3 laboratórios, nomeados laboratório I, laboratório II e laboratório III, localizados no 1º andar. No laboratório I e III ocorrem às atividades de curadoria e de análise dos materiais provenientes de pesquisas de arqueologia pré-colonial e histórica, e o laboratório II é usado exclusivamente para trabalhos de conservação e restauro. Nos três laboratórios os aparelhos de ar condicionado são ligados diariamente à temperatura média de 22°C e desligados ao final do expediente. Caso necessário, são ligados aparelhos desumidificadores, e ao final do dia é recolhida a água do recipiente dos equipamentos. A limpeza dos laboratórios é realizada diariamente. Também não é permitido o consumo de alimentos e bebidas.
- A sala de recebimento, instalada no andar térreo é o primeiro espaço de acondicionamento das peças arqueológicas. É um espaço destinado à higienização e a triagem do material. A limpeza da sala segue os padrões adotados nas reservas técnicas, e também não é permitido consumir alimentos e bebidas. Atualmente serve de local provisório para a guarda de algumas caixas contendo material arqueológico, portanto, o ar condicionado é ligado ininterruptamente a uma temperatura média de 22°C e se preciso os desumidificadores. Contudo, o material arqueológico será retirado da sala e acondicionado e guardado de forma definitiva nas reservas técnicas, tão logo passe pelo processo curatorial adequado.
- A sala de equipamentos localizada no andar térreo do prédio recebe uma limpeza diária, retirando as sujidades do piso e das prateleiras.
- O laboratório dispõe de um espaço para extroversão das suas coleções, a *Sala de Exposição Dr. Carlos Augusto da Silva*, com algumas peças em módulos e documentos textuais para apoiar as visitas guiadas. A sala é climatizada com ar condicionado, ligado continuamente a uma temperatura média de 22°C e a limpeza segue os mesmos procedimentos que evitam dispersar sujidades decorrentes de poeira, ou seja, é feita com aspirador de pó e pano pouco úmido. O controle da umidade é realizado com desumidificadores.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu
Amazônico

POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

- Na biblioteca e almoxarifado, onde são guardados os materiais expedientes do laboratório, as janelas são abertas diariamente para permitir a troca de ar no ambiente, exceto quando há chuva, sendo mantidas fechadas.

Outras especificações

- A limpeza do filtro do ar condicionado de todas as salas do laboratório é feita mensalmente.
- A segurança do prédio envolve cuidados ainda parciais, relativos à proteção contra incêndio, depredações, acesso de pessoas estranhas e roubos. Neste caso, porque o agente de portaria verifica diariamente o fechamento de portas e janelas ao final do dia e conserva um jogo de chaves das salas do prédio, exigindo que o técnico assine uma planilha de controle ao receber e devolver as chaves (Anexo V). Cópias das chaves também são mantidas na sala da administração e entregues aos técnicos somente após autorização. Além do mais, o laboratório é equipado com extintores e sinalizadores de saída do prédio, embora esteja em andamento o processo de vistoria do corpo de bombeiros para normatização de um Plano de Prevenção de Incêndios e de um Plano de Evacuação visando à instalação de detectores de fumaça e de iluminação de emergência. O uso de tinta resistente à propagação de chamas e anti-mofos nas reservas já é uma prioridade posta, bem como, o sistema de segurança relativo à instalação de alarmes, câmeras de vigilância e gradeamento e o seguro contra roubos e incêndios.
- O sistema elétrico do prédio ainda é deficitário, porquanto padece de frequentes quedas de energia. Desta forma, a aquisição de um gerador é uma prioridade do laboratório. Ainda em relação à eletricidade, as lâmpadas LED já foram instaladas gradativamente visando ao controle de radiação ultravioleta.

Contatos:

Museu Amazônico

Rua Ramos Ferreira, nº 1036, Centro. CEP: 69010-120 - Manaus (AM) Telefones: (92) 3305-1181 / ramal 2021

E-mail: museuamazonico@ufam.edu.br

Diretor: Dysson Teles Alves

Divisão de Arqueologia



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu
Amazônico

**POLÍTICA DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO
DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU AMAZÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, nº3000 - Coroado I - Setor Sul (Mini Campus) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM) CEP: 69077-000 - Manaus (AM)
Telefones: (92) 3305-1181 / ramal 2112
E-mail: darqueologiamuseu@ufam.edu.br

Anexo I - Atribuições dos serviços de colaboradores do laboratório (serviços gerais)

Agente de Portaria
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e fazer o controle de pessoas que pretendem entrar no laboratório. - Avisar a administração sobre a presença de visitantes e que fins se destinam. - Encaminhar os visitantes aos locais desejados. - Executar outras tarefas e atividades correlatas. - Atentar a utilização do elevador (e sustar o uso do equipamento, baseando-se na constatação de desarranjos ou mau funcionamento, para evitar danos aos usuários).
Agente de Limpeza
<p><i>Diariamente</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Remover com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como, dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc. - Retirar o pó dos telefones, computadores, impressoras e demais aparelhos, com flanela e produtos adequados. - Lavar bacias, assentos e piaas dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia. - Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário. - Varrer e passar pano úmido nos pisos cerâmicos. - Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copa e outras salas, duas vezes ao dia. - Passar pano úmido nos tapetes de mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições. - Limpar o elevador com produto adequado e os corrimões da escada. - Limpar os balcões dos três laboratórios (quando não houver material arqueológico exposto). - Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos, removendo-os para local adequado. - Varrer o piso de cimento da entrada do laboratório. - Durante a limpeza das reservas técnicas observar qualquer alteração nas condições de manutenção das salas como manchas nas paredes, infiltrações, ação de agentes biológicos (insetos, fungos, bolor), aparelhos queimados e outras situações fora do usual, e informar ao setor de administração do laboratório. <p><i>Semanalmente (ou quando explicitado diferente)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos, de quinze em quinze dias. - Limpar divisórias, portas e cortinas, as forrações dos assentos e poltronas, uma vez na semana.

ANEXO I Protocolo do termo de uso de imagem



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Museu Amazônico/Laboratório de Arqueologia



POLÍTICA DE USO DE IMAGENS DO ACERVO – COLEÇÕES DE ARQUEOLOGIA

I – PROCEDIMENTOS PARA USO DE IMAGEM DO ACERVO

Carta/e-mail do interessado solicitando uso dos acervos imagéticos do Laboratório de Arqueologia, informando a finalidade do uso (publicação, pesquisa, etc);

- Dados do Solicitante:
- Nome completo do solicitante;
- Documento de identidade pessoa física (RG, CPF) / pessoa jurídica (CNPJ), endereço completo, telefones e e-mail para contato;
- Dados do Acervo:
- Número de registro peça e/ou imagem solicitada;
- Preenchimento do Termo de Uso de Imagem encaminhado em anexo. O Termo de Uso de Imagem deverá ser devolvido preenchido e assinado pelo solicitante

Apenas para Pesquisadores:

- Currículo vitae;
- Projeto de pesquisa;
- Vínculo institucional;
- Nome do orientador.

Encaminhar a documentação solicitada para a Divisão de Arqueologia: darqueologiamuseu@ufam.edu.br

II – AVALIAÇÃO PELA DIVISÃO DE ARQUEOLOGIA

A solicitação do interessado será encaminhada à Divisão de Arqueologia que emitirá parecer de mérito sobre o pedido;

Se a Divisão de Arqueologia emitir um parecer favorável será providenciada a liberação do material solicitado.

III – LIBERAÇÃO DA IMAGEM

Em se tratando de uso educativo/cultural, o Laboratório de Arqueologia não cobrará pelo uso da imagem. O Termo de Uso de Imagem será encaminhado para assinatura pelo(s) Diretor(a) do Museu Amazônico/UFAM e posteriormente uma via será encaminhada ao solicitante.

IV – LEGENDAS E CRÉDITOS

Legendas: solicitamos que as imagens sejam identificadas conforme informações disponibilizadas pela instituição;

Créditos: Laboratório de Arqueologia – Museu Amazônico/UFAM

V – DIREITOS AUTORAIS

Para as imagens de autoria de profissional do Museu Amazônico, deve-se mencionar a autoria do mesmo nos créditos/legendas;



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Museu Amazônico/Laboratório de Arqueologia



Para imagens de autoria de outros profissionais, caberá ao solicitante entrar em contato com os detentores dos direitos autorais.

Termo de Autorização de Uso de Imagens

Por meio do presente Termo de Autorização de Uso de Imagens o Laboratório de Arqueologia – Museu Amazônico/UFAM, sediado a Av. Ramos Ferreira, 1036 - Centro, Manaus - AM, 69010-120 aqui representado por seu Diretor(a), _____, autoriza o(a) Sr(a) _____, RG _____ / CPF _____ a utilizar as imagens abaixo descritas e que são parte do acervo do museu, exclusivamente na publicação: _____ de autoria _____.

O solicitante compromete-se a não utilizar tais imagens, seja de forma total ou parcial em outros meios ou para outras finalidades não descritas nesse Termo de Autorização tais como fotografias, vídeos, bancos de imagens, CD-Roms, sites ou outros meios digitais, publicações impressas e nem em qualquer outra mídia que venha a ser desenvolvida ou criada.

O Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas, como parte do acordo previsto no Termo de Autorização do Uso de Imagens, solicita a citação dos créditos para o Laboratório de Arqueologia – Museu Amazônico, bem como a citação dos dados referentes as peças.

Fica estabelecido que o solicitante ceda dois exemplares da publicação em questão para a Biblioteca do Laboratório de Arqueologia/Museu Amazônico

Descrição das imagens solicitadas:

Manaus / /

Solicitante

Manaus / /

Diretor do Museu Amazônico

ANEXO J Protocolo para concessão de apoio institucional (endosso)



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **UFAM**
Amazônico

Portaria nº 10, de 03 de dezembro de 2020

O DIRETOR DO MUSEU AMAZÔNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições e:

CONSIDERANDO: a legislação brasileira que rege os projetos de pesquisa arqueológica, em seus respectivos processos legais para a concessão de endosso institucional, especificamente a Lei n.3.924/1961, Portaria IPHAN n.07/1988, Portaria Interministerial n.60/2015, Instrução Normativa n.01/2015 e Portaria IPHAN n.198/2016;

CONSIDERANDO: a necessidade de estabelecer os procedimentos e política de concessão de endossos para guarda e preservação permanente de achados arqueológicos no âmbito do Museu Amazônico/ UFAM;

RESOLVE:

APROVAR a alteração da Portaria N. 008/2020, dando nova redação aos seguintes itens da segunda parte "Informações Gerais", onde se lê:

"- Em projetos de contrato (arqueologia preventiva), cópia autenticada em cartório do contrato de prestação de serviço assinado entre o contratante e o requerente (pessoa física ou jurídica), para o cálculo do endosso a partir do valor total do projeto." e:

"- Versão impressa e digital (CD-Room ou pen drive) do Projeto de Pesquisa (o mesmo a ser protocolado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN). Em conjunto devem ser entregues as declarações assinadas pela equipe de participação no projeto e o Curriculum vitae ou Lattes dos membros participantes da pesquisa."

Passa a ter a seguinte redação:

"- Em projetos de contrato (arqueologia preventiva), cópia de contrato ou proposta comercial que estabelece explicita a contratação da prestação de serviço entre o contratante e o requerente (pessoa física ou jurídica) para área de arqueologia, contendo os valores para o cálculo do endosso a partir do valor total do projeto." e:

"- Versão digital (Email, CD-Room ou pen drive) do Projeto de Pesquisa (o mesmo a ser protocolado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN). Em conjunto devem ser entregues as declarações assinadas pela equipe de participação no projeto e o Curriculum vitae ou Lattes dos membros participantes da pesquisa."

Esta Portaria toma sem efeito a Portaria 002/2018.

Dê-se ciência e cumpra-se.

DIRETOR DO MUSEU AMAZÔNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, em 02 de dezembro de 2020.

Dysson Teles Alves
Diretor do Museu Amazônico



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **UFAM**
Amazônico

PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE APOIO INSTITUCIONAL (ENDOSSO) EM PROJETOS DE ARQUEOLOGIA

1. SOBRE A POLÍTICA DE CONCESSÃO DE ENDOSSO

Considerando a legislação brasileira que rege os projetos de pesquisa arqueológica, em seus respectivos processos legais para a concessão de endosso institucional: Lei nº3.924/1961, Portaria IPHAN nº07/1988, Portaria Interministerial nº60/2015, Instrução Normativa nº01/2015 e Portaria IPHAN nº196/2016, seguem os procedimentos adotados pela Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), responsável pela guarda e preservação permanente do acervo.

2. INFORMAÇÕES GERAIS

A requisição de apoio institucional será submetida à análise pela Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico, após a ciência da Direção Geral, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- Pedido do requerente, encaminhado via correio eletrônico institucional à direção do museu, incluindo o nome completo do projeto, nome do arqueólogo responsável, da empresa contratante, do empreendedor e de seus respectivos contatos.
- Versão digital (Email, CD-Room ou pen drive) do Projeto de Pesquisa (o mesmo a ser protocolado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN). Em conjunto devem ser entregues as declarações assinadas pela equipe de participação no projeto e o Currículo vitae ou Lattes dos membros participantes da pesquisa.
- Endosso financeiro emitido pela empresa contratante (quem implantará a obra e/ou desenvolverá o projeto), atestando que fornecerá os recursos e garantirá a idoneidade financeira da pesquisa, atendendo a Portaria IPHAN nº 07/1988.
- Em projetos de contrato (arqueologia preventiva), cópia de contrato ou proposta comercial que estabelece explícita a contratação da prestação de serviço entre o contratante e o requerente (pessoa física ou jurídica) para área de arqueologia, contendo os valores para o cálculo do endosso a partir do valor total do projeto.
- Em projetos acadêmicos financiados por fonte de fomento à pesquisa, cópia autenticada em cartório, da documentação contendo o valor do apoio financeiro, para o cálculo do endosso a partir do valor total do projeto.

Após a entrega da documentação, de caráter sigiloso e visando unicamente cumprir as regulamentações do IPHAN e do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), o Museu



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

Amazônico tem um prazo de até 30 dias corridos para a análise do projeto e apresentação do parecer. Caso o parecer seja positivo, o requerente será informado via correio eletrônico para comparecer a instituição, assinar o Termo de Compromisso visando atender as diretrizes internas da Divisão de Arqueologia (Anexo 1) e receber a Carta de Endosso. Em caso de parecer negativo, segundo critérios técnicos da instituição (espaço físico disponível, documentação incompleta e outros) será justificada por ofício e encaminhado ao requerente.

3. DOS VALORES

O requerente deve contribuir com apoio financeiro, revertido para o processo curatorial do acervo, a ser depositado no laboratório de Arqueologia. Não é permitido o recebimento de dinheiro, somente doação sob a forma de equipamentos permanentes, materiais de consumo (acompanhado de nota fiscal original e "carta de doação"), serviços de terceiros ou para contratação temporária de colaboradores (pesquisadores e/ou estagiários). A contrapartida está estipulada em 10% do valor total da pesquisa arqueológica (acadêmica ou de contrato), garantindo ao requerente um espaço de 0,5 m³ na reserva técnica, porém, caso exceda este volume, será cobrado mais 10% sobre o valor total da pesquisa. Exclusivamente para Projetos de Salvamento (Resgate), a contrapartida é 30% do valor total da pesquisa, disponibilizando 1m³ de espaço na reserva técnica, e caso ultrapasse este volume, será cobrado mais 10%. Como projetos de resgate coletam grande quantidade de material, neste caso, o volume excedido será limitado a mais 1m³, portanto, caso a pesquisa colete mais de 2m³ de material o requerente deverá negociar sua guarda com a instituição.

4. DO REPASSE DA CONTRAPARTIDA

A supracitada contrapartida deve ser encaminhada ao Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia, em até 30 dias corridos após a publicação em Diário Oficial da União, da Portaria do arqueólogo emitida pelo IPHAN, autorizando a pesquisa. Antecipadamente, a lista com as demandas do Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia, será enviada via correio eletrônico ao requerente. A instituição de guarda e pesquisa se reserva no direito de suspender o endosso, cuja contrapartida não for cumprida no prazo estabelecido.

5. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

a. Do interessado na obtenção de endosso (requerente)

¹ Adotamos que 0,5 m³ de material arqueológico é correspondente a 7 caixas engradadas (figura 1).

² Adotamos que 1 m³ de material arqueológico é correspondente a 15 caixas engradadas (figura 1).



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

- Após a conclusão da pesquisa, realizar agendamento prévio para a entrega do material documental e arqueológico, antes do envio dos relatórios ao IPHAN, de maneira que a instituição de guarda repasse ao requerente uma cópia do Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas, segundo o Anexo III da Portaria IPHAN nº196/2016.
 - Entrega de cópia digital (CD-Room) de toda a documentação produzida após a conclusão do projeto de pesquisa (em campo e laboratório): diários de campo; fotos; imagens de satélite; fotografias aéreas; mapas; desenhos; plantas; perfis estratigráficos; fichas de registro; croquis; resultados de datações; inventários do acervo; planilhas de análise; fichas de cadastro nacional dos sítios (CNSA/IPHAN); ficha de cadastro de bem arqueológico móvel, preenchida conforme previsto no Inciso III do Art. 12 da Portaria IPHAN nº07/1988 e IN nº01/2015; relatórios parciais e relatório final e cópia de material didático de Educação Patrimonial confeccionado no âmbito do projeto. Os arquivos digitais devem ser entregues em formato PDF e as imagens em JPEG, com resolução mínima de 300dpi.
 - Entrega do material arqueológico triado, higienizado, inventariado e analisado. Deve ser acondicionado separadamente conforme a tipologia (lítico, cerâmica, sedimento, carvão, ossos, metal, louça, vidros e outros), acompanhado de etiqueta de identificação e discriminado por sítio arqueológico. As caixas devem conter a seguinte identificação: nome do projeto, nome do sítio, tipo e quantitativo de material.
 - Os carvões devem ser guardados em tubos plásticos comuns ou do tipo eppendorf, os remanescentes ósseos envoltos em manta de polietileno expandido, tecido TNT preferencialmente branco ou guardados em tubos plásticos (não recomendamos o contato dos ossos com isopor, papelão, metal, papel alumínio); as sementes em tubos plásticos e os demais materiais podem ser envolvidos por plástico bolha (lítico e cerâmica). Todos os materiais devem ser guardados em sacos plásticos transparentes, e aqueles mais frágeis e de menor dimensão em sacos com fecho hermético do tipo zip.
 - Para a entrega do material, quando houver um volume maior de peças arqueológicas, adotamos como padrão de recebimento o uso de caixas organizadoras e engradadas na cor branca. Quando o volume é menor, o material pode ser entregue em caixas do tipo box com a seguinte especificação: lítico e cerâmica (azul), ossos (amarela), carvão (preta). O volume de material deve seguir as especificações descritas na tabela 1.
-



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

- Para peças maiores como grandes vasilhames, urnas funerárias e outros, o responsável pelo projeto deve consultar a Divisão de Arqueologia via correio eletrônico institucional para, em conjunto, definir a forma mais adequada de armazenamento.
- Visando otimizar o espaço dos armários deslizantes de nossas reservas técnicas, a entrega do material deve estar condicionada as especificações que seguem na tabela.

Tabela 1. Estimativa do volume de material a ser entregue ao laboratório.

Para projetos cuja contrapartida é de 10% do valor da pesquisa (exceto resgate)	
Volume de material arqueológico	Correspondência de caixas a entregar
Até 0,025 m ³	Entregar em 2 caixas arquivo do tipo box. Se o material ultrapassar o volume de 2 caixas do tipo box, já deve ser entregue em caixas organizadoras com tampa.
Acima de 0,025 m ³ até 0,066 m ³	Entregar em 2 caixas organizadoras com tampa. Se o material ultrapassar o volume de 2 caixas organizadoras, já deve ser entregue em caixas engradados.
Acima de 0,066 m ³	Entregar em caixas engradados
Obs: Lembrando que o volume máximo disponível é de 0,5 m ³ , ou seja, no máximo 7 caixas engradado. Acima deste volume, novo valor de contrapartida será cobrado, isto é, mais 25%.	
Para projetos cuja contrapartida é de 30% do valor da pesquisa (exclusivamente de resgate)	
Volume de material arqueológico	Correspondência de caixas a entregar
Até 0,025 m ³	Entregar em 2 caixas arquivo do tipo box. Se o material ultrapassar o volume de 2 caixas do tipo box, já deve ser entregue em caixas organizadoras com tampa.
Acima de 0,025 até 0,066 m ³	Entregar em 2 caixas organizadoras com tampa. Se o material ultrapassar o volume de 2 caixas organizadoras, já deve ser entregue em caixas engradados.
Acima de 0,066 m ³	Entregar em caixas engradados
Obs: Lembrando que o volume máximo disponível é de 1 m ³ , ou seja, no máximo 15 caixas engradado. Acima deste volume, novo valor de contrapartida será cobrado, isto é, mais 10%. As informações aqui descritas visam apenas notificar o quantitativo de material recebido, porquanto via de regra, projetos de resgate estão associados a um volume maior de peças, ou seja, é quase certo que serão entregues em caixas engradado.	

- O requerente deve garantir a divulgação de apoio do Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia, citando o mesmo nos programas de Educação Patrimonial e publicações.

b. Do Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia

- Análise criteriosa (técnica) da solicitação de apoio institucional;



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

- Oferecimento da Carta de Endosso ao requerente, assinada pela direção da instituição, de modo que o projeto de pesquisa possa ser submetido ao IPHAN.
- Entrega do Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas (Anexo 3).
- Disponibilização de espaço físico e de condições adequadas, para a guarda definitiva dos materiais arqueológicos e de sua documentação (processo curatorial).
- Inserção de informações do projeto no banco de dados da instituição, possibilitando seu gerenciamento e futuros processos de extroversão do acervo;
- Arquivamento do processo após a finalização e o cumprimento dos procedimentos.

Figura 1. Tipos de materiais utilizados no processo de acondicionamento.



Museu Amazônico (*Para solicitar endosso e enviar documentação impressa e digital*)

Rua Ramos Ferreira, nº 1036, Centro

CEP: 69010-120 - Manaus (AM) Telefones: (92) 3305-1181 / ramal 2021

E-mail: museuamazonico@ufam.edu.br

Diretor: Dysson Teles Alves

Divisão de Arqueologia (*Para entrega do material arqueológico*)

Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, nº3000 - Coroado I

Setor Sul (Mini Campus) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

CEP: 69077-000 - Manaus (AM) Telefones: (92) 3305-1181 / ramal 2112

E-mail: darqueologiamuseu@ufam.edu.br

Diretor: Bruno Pastre Maximo



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu **UFAM**
Amazônico

Anexo 1 - Termo de Compromisso do Endosso Institucional

TERMO DE COMPROMISSO DO ENDOSSO INSTITUCIONAL

Eu _____,

Identidade _____, CPF _____.

Endereço: _____

Comprometo-me a cumprir o estabelecido, pelas diretrizes internas do Laboratório da Divisão de Arqueologia do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizar as compras do material e/ou arcar com as despesas dos serviços e demandas solicitadas.

Manaus, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Anexo 2 - Declaração de quitação da contrapartida

TERMO DE QUITAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 04.378.626/0001-97, neste ato é representada pela Direção do Museu Amazônico e pela Divisão de Arqueologia, situada no setor Sul do Campus Universitário, com sede na cidade de Manaus/AM, no endereço *vide* rodapé. Atesta o recebimento de equipamentos permanentes, materiais de consumo, serviços de terceiros e contratação temporária de colaboradores, como contrapartida do projeto xxxx.

PROCESSO IPHAN: xxxxx

Manaus, _____ de _____ de _____.

Dr. Dysson Teles Alves
Diretor do Museu Amazônico

Bruno Pastre Maximo
Diretor da Divisão de Arqueologia / Museu Amazônico



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Museu Amazônico - Divisão de Arqueologia



Museu UFAM
Amazônico

Anexo 3 - Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas

TERMO DE RECEBIMENTO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS

O Termo deve ser expedido pela Instituição de Guarda e Pesquisa em duas vias, uma a ser entregue ao pesquisador no ato do recebimento e outra a ser remetida ao Iphan.

“Eu, _____, responsável legal pela Instituição _____, CNPJ _____, localizada _____, declaro que recebi do pesquisador (s) _____, CPF _____, os seguintes bens arqueológicos coletados no âmbito da pesquisa _____, Processo Iphan n.º _____.”

Relação de Bens Arqueológicos por Sítio:	
Nome do Sítio:	
Tipologia material:	Quantidade:
Ex: Lítica	
	Total:

